ORGANIZADORES
Ricardo Assis Gonçalves
Thiago Sebastiano de Melo
Vanito Viriato Marcelino Frei
Daisy Caetano
Ernesto Jorge Macaringue

DIÁLOGOS DE SABERES ENTRE BRASIL & MOÇAMBIQUE

Interpretações do Sul Global



editora UEG

DIÁLOGOS DE SABERES ENTRE BRASIL & MOÇAMBIQUE

Interpretações do Sul Global

editora UEG

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Presidente
Antonio Cruvinel Borges Neto (Reitor)

Vice-Presidente
Claudio Roberto Stacheira (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral
Elisabete Tomomi Kowata

Assessor
Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Analista de Gestão Governamental – Biblioteconomia
Andressa de Oliveira Sussai

Preparação de Originais
Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Técnica
Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Ortográfica e Gramatical
Andrea Bittencourt

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Adriana da Costa Almeida

Conselho Editorial
Adolfo José de Souza Andre (UEG-IAEL)
Daniel Blamires (UEG-IACSB)
Juliano Rodrigues da Silva (UEG-IACT)
Maisa Borges Costa (UEG-IACT)
Raphaela Christina Costa Gomes (UEG-IACAS)
Renata Carvalho dos Santos (UEG-IACSB)
Roseli Vieira Pires (UEG-IACSA)
Sebastião Avelino Neto (UEG-IACAS)
Sônia Bessa da Costa Nicácio Silva (UEG-IAEL)
b iago Henrique Costa Silva (UEG-IACSA)

ORGANIZADORES

Ricardo Assis Gonçalves
Thiago Sebastiano de Melo
Vanito Viriato Marcelino Frei
Daisy Caetano
Ernesto Jorge Macaringue

DIÁLOGOS DE SABERES ENTRE BRASIL & MOÇAMBIQUE

Interpretações do Sul Global

editora UEG

ANÁPOLIS-GO | 2026

© 2026 – Editora UEG
A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Catalogação na Fonte
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, Brasil)

D537 Diálogos de saberes entre Brasil e Moçambique: interpretações do Sul Global / Organizado por: Ricardo Assis Gonçalves… [*et al.*] – 1. ed. – Anápolis, GO : Editora UEG, 2026.
218 p.: il.; 16x23 cm

ISBN 978-65-83606-49-5 (impresso)
ISBN 978-65-83606-51-8 (e-book)

1. Brasil - Relações exteriores - Moçambique. 2. Cooperação internacional. 3. Intercâmbio cultural. 4. Geografia humana. 5. Turismo - Aspectos sociais. I. Melo, Thiago Sebastiano de (org.). II. Frei, Vanito Viriato Marcelino (org.). III. Caetano, Deisy (org.). IV. Macaringue, Ernesto Jorge (org.). V. Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita).

CDU 911.3(81:679)

Andressa de Oliveira Sussai – CRB 1 / 3032

Esta obra é em formato de e-Book e Impresso e foi produzida com recursos do Pró-Programa, aprovado no âmbito da Convocatória PRP/UEG - N. 01/2024, Termo de Fomento n 96/2024 UEG (68336988), Processo SEI n. 202400020011253. Contamos também com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo n 309182/2022-0, Chamada CNPq Nº 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, Coordenado pelo professor Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade dos autores e das autoras.

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área – CEP: 75. 132-903
Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO
www.ueg.br/editora | e-mail: editora@ueg.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Diálogos do Sul: quando a língua tece solidariedade 7
Aldenir Dias dos Santos

APRESENTAÇÃO
Histórias compartilhadas, solidariedades vivenciadas 11

1 Moçambique e Brasil, relações além do tempo 17
Oscar Morais Fernando Namuholopa

2 Reescrever o futuro: apontamentos sobre a cooperação Brasil-Moçambique e o papel da reescrita para seu fortalecimento 37
Thiago Sebastiano de Melo

3 Moçambique-Brasil: travessias, desafios e possibilidades. . 47
Thiago Sebastiano de Melo
Daisy Caetano
Ricardo Assis Gonçalves
Vanito Viriato Marcelino Frei
Ernesto Jorge Macaringue

4 Solidariedade Brasil e Moçambique: troca e relato de experiências 61
Daisy Caetano
Carla Adriana Oliveira Silva

5 Cartas de jovens estudantes do Brasil e de Moçambique: afetos, memórias e histórias atravessando oceanos. 75
Valéria Correia Lourenço
Rita Alberto Ávila

6 Impressões e imprecisões de um geógrafo brasileiro em Moçambique. 97
Lucas Barbosa e Souza

7 Geografias ao Rés do Chão de Moçambique. 115
Ricardo Assis Gonçalves

8 A soberania alimentar e a relação cidade/campo: desafios do turismo em Inhambane-Moçambique-África 135
Eguimar Felício Chaveiro
Gilmar Elias Rodrigues da Silva
Jorge Ernesto Macaringue
Hélsio Amiro Montany de Albuquerque Azevedo

9 Percepções dos residentes sobre o desenvolvimento do turismo na cidade de Inhambane (Moçambique) 161
Pelágio Julião Maxlhaieie

10 Envolvimento de pais e encarregados de educação na formação dos alunos: implicações para o ensino e aprendizagem em Moçambique 187
Adelino Zuria Fernando
Eduardo Bata

Sobre os(as) organizadores(as) 207
Sobre os(as) autores(as) 211

Prefácio

DIÁLOGOS DO SUL

Quando a língua tece solidariedade

Aldenir Dias dos Santos[1]

Há uma pergunta que sempre me acompanhou em minha trajetória como pesquisadora: Por que cruzar o Atlântico apenas para dialogar com a Europa se há tantas histórias, lutas e saberes esperando para serem escutados do outro lado do oceano? Foi essa inquietação que me levou a Moçambique, tornando-me a primeira pesquisadora do meu grupo de estudos e pesquisa a escolher a África como destino da pesquisa de campo e não escolher os já tradicionais destinos em países europeus. Essa decisão não foi apenas geográfica – foi política. Pesquisar em regiões do Sul Global, ao contrário do Norte Global, evidencia o esforço de construir relações de cooperação e solidariedade acadêmica e científica com países, em especial, da África e da América Latina. Como bem lembrou o escritor moçambicano Mia Couto, "a ciência que vem de baixo é a que reconhece que o saber não tem dono". E é nesse espírito que este livro se insere: uma obra que nasce do encontro, da escuta e da recusa a hierarquias coloniais do conhecimento.

---

1 Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora Feminista sobre mulheres cooperativistas em Maputo, Moçambique.

É o mesmo desejo desta pesquisadora que vos escreve em atravessar o Atlântico na direção de territórios excluídos da educação formal brasileira sobre regiões fora do eixo Norte Global. O grande desafio foi despir-se das ideias deformadas, sobretudo no que diz respeito à experiência humana, construindo outras ideias, dentro de novas epistemologias.

Diálogos de saberes entre Brasil e Moçambique: interpretações do Sul Global é mais do que um título — é um manifesto. Fruto de quase quinze anos de cooperação entre universidades, movimentos sociais e pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e de Moçambique, este projeto é herdeiro de uma tradição intelectual que remonta a figuras como Amílcar Cabral, para quem a libertação dos povos passava necessariamente pela valorização de suas culturas e saberes. Aqui, a Geografia, a Literatura, a Agroecologia e o Turismo Crítico não são apenas temas de estudo, mas também ferramentas de transformação.

A obra reúne vozes que ecoam as preocupações compartilhadas por nossos territórios: os impactos do extrativismo, a luta por uma educação emancipadora, a resistência das mulheres camponesas, a agroecologia – tema caro à minha pesquisa – e a força dos diálogos entre saberes tradicionais e acadêmicos. Autora e autor moçambicano como Paulina Chiziane, com sua literatura que entrelaça gênero e ancestralidade, e José Castiano, cujas reflexões sobre epistemologias africanas desafiam a academia, nos lembram que o conhecimento não é neutro. Ele carrega em si a potência de questionar, descolonizar e reinventar.

Neste livro, a Universidade Rovuma (UniRovuma) e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI/UEM) firmam-se como espaços de resistência, assim como a Universidade Estadual de Goiás (UEG) no Brasil, mostrando que a verdadeira internacionalização não se mede por *rankings*, mas pela capacidade de tecer alianças que dignifiquem os povos. A Rede Reescrita, com seu compromisso crítico, nos ensina que o

turismo e o território podem ser narrativas de autonomia, não de exploração.

Ao prefaciar esta obra, não posso deixar de lembrar as palavras da filósofa ganense Ama Ata Aidoo: "Quando as pessoas do Sul global se encontram, é a história que se reescreve". É isso que celebramos aqui – uma escrita coletiva, onde a língua portuguesa, antes instrumento de colonização, torna-se ponte para a solidariedade. Que estas páginas inspirem novos encontros, porque, como dizem os Makonde de Moçambique, "uma só mão não cose um vestido".

Aos leitores e leitoras deixo um convite: que este livro não seja apenas lido, mas vivido. Que ele nos lembre que a academia pode ser um espaço de fronteiras abertas, onde Brasil e Moçambique, América Latina e África, seguem construindo, juntos, um futuro onde o Sul não é direção, mas destino.

Apresentação

HISTÓRIAS COMPARTILHADAS, SOLIDARIEDADES VIVENCIADAS

A organização deste livro faz parte de uma história coletiva e densamente construída por pesquisadores brasileiros e moçambicanos. No seu âmago há parcerias institucionais envolvendo pesquisas, missões científicas, cooperações em rede, eventos e publicações. Há também uma relação solidária e de amizade que abrange os professores que participam desta obra.

As trajetórias de alguns dos pesquisadores que colaboraram com a construção deste livro foram entrelaçadas em momentos de formação no decorrer do mestrado e do doutorado em Geografia e Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre 2011 e 2017. O contexto de desafios, sonhos, tristezas e alegrias que fazem parte da formação em pós-graduação propiciou a construção de amizades que se tornaram duradouras. Por isso, este livro tem suas raízes em laços de irmandades mantidos de um lado e outro do Atlântico.

Parte dessa caminhada foi fortalecida em 2014 com a aprovação do projeto "Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro às Savanas em Inhambane/

Moçambique", coordenado pelo professor Eguimar Felício Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esse projeto contou com efetiva participação de alunos e pesquisadores que compõem o grupo de pesquisa e extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira).

A solidariedade, a pedagogia freiriana e a bondade aglutinadas ao trabalho acadêmico rigoroso do professor Eguimar Felício Chaveiro abriram portas para muitos de nós que fazemos parte deste livro. Com o projeto coordenado por ele, as cooperações ou o diálogo de saberes Brasil-Moçambique foram fortalecidos. Isso possibilitou a realização de missões científicas e estágios de doutorado envolvendo participantes do Grupo Dona Alzira junto à Universidade Eduardo Mondlane (UEM, Inhambane) e à Universidade Rovuma (UniRovuma, Nampula), em Moçambique.

A partir dessas experiências iniciais, outras conquistas foram criadas e consolidadas, como a Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita). Após o doutorado ou no decorrer dele, muitos de nós brasileiros fomos aprovados em concursos e a partir de universidades e institutos como Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade de Brasília (UnB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), as aproximações, parcerias, eventos acadêmicos e missões científicas com universidades moçambicanas foram fortalecidas. Em 2024, por exemplo, a missão científica realizada em Moçambique envolvendo os organizadores deste livro consolidou a ideia de organizá-lo com pesquisadores de um lado e outro do Atlântico.

Nesse sentido, com o título D*iálogos de saberes entre Brasil e Moçambique: interpretações do Sul Global*, nosso propósito foi construir um livro que é parte de uma história, é o resultado de laços de solidariedade e amizade, é a expressão de saberes que aproximam dois países ou dois continentes irmanados em trajetórias de luta,

resistência e coragem. Percorrer as páginas deste livro é uma experiência de contato com interpretações mediadas por leituras afloradas de duas nações que compartilham a violência do colonialismo português e a mesma língua oficial. Por isso, na ação de solidariedade nos sentimos fortalecidos. Os diálogos de saberes arvorados em cada capítulo demonstram isso.

O livro divide-se em dez capítulos, além do prefácio escrito pela pesquisadora Aldenir Dias dos Santos. O primeiro capítulo intitula-se *Moçambique e Brasil, relações além do tempo*, de autoria de Óscar Morais Fernando Namuholopa. A pesquisa desenvolvida neste capítulo parte de uma ampla análise das relações históricas entre Moçambique e Brasil. Com efeito, é uma contribuição fundamental para se entender os fundamentos geográficos e históricos das relações de cooperação e amizade entre os dois países.

O segundo capítulo, *Reescrever o futuro: apontamentos sobre a cooperação Brasil-Moçambique e o papel da Reescrita para seu fortalecimento*, de Thiago Sebastiano de Melo, contém aspectos biográficos e acadêmicos sistematizados na interpretação do histórico de cooperação Brasil-Moçambique mediado pela rede Reescrita. Este capítulo demonstra a importância da Rede para o diálogo de saberes entre os países, aglutinando a pesquisa crítica do modelo de turismo hegemônico, predatório em territórios do Sul e do Norte Globais.

O capítulo *Moçambique-Brasil: travessias, desafios e possibilidades* é assinado pelos pesquisadores Thiago Sebastiano de Melo, Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano, Ricardo Assis Gonçalves, Vanito Viriato Marcelino Frei e Ernesto Jorge Macaringue. O esforço coletivo de envolver professores brasileiros e moçambicanos neste texto sintetiza diálogos de saberes e experiências vividas e compartilhadas na missão científica realizada em Moçambique no ano de 2024.

O capítulo *Solidariedade Brasil e Moçambique: troca e relato de experiências*, escrito pelas pesquisadoras Daisy Caetano e Carla

Adriana Oliveira Silva, detalha laços de parceria e solidariedade entre os dois países. Com efeito, temas como feminismo, gênero e igualdade étnico-racial permeiam os resultados debatidos no texto.

O quinto capítulo, intitulado *Cartas de jovens estudantes do Brasil e de Moçambique: afetos, memórias e histórias atravessando oceanos* e escrito pelas pesquisadoras Valéria Correia Lourenço e Rita Alberto Ávila, é um relato de experiência de duas professoras negras de Língua Portuguesa. Uma moçambicana, natural de Inhambane (Rita Alberto Ávila) e outra brasileira, nascida no Rio de Janeiro (Valéria Correia Lourenço) tecem narrativas das experiências desenvolvidas por meio de um projeto que envolveu a escrita de cartas por estudantes das duas nações. O capítulo também é uma importante contribuição ao debate sobre educação antirracista no Brasil e em Moçambique.

Com o título *Impressões e imprecisões de um geógrafo brasileiro em Moçambique*, o capítulo escrito por Lucas Barbosa e Souza é um relato de experiência da viagem realizada pelo pesquisador em Moçambique no ano de 2017. Conforme as palavras do autor, "a paisagem percebida, as informações recolhidas em conversas entrecortadas e a tentativa de conceber um panorama minimamente compreensível estão aqui voltadas àqueles que ainda não viveram a rica experiência de estar em Moçambique".

O sétimo capítulo, *Geografias ao rés do chão de Moçambique*, de autoria de Ricardo Assis Gonçalves, reúne impressões e olhares geográficos tecidos pelo pesquisador em missão científica realizada em Moçambique no ano de 2024. O capítulo apresenta relatos de densas experiências vivenciadas pelo pesquisador em territórios moçambicanos localizados em Nampula, Nacala Porto, Nacala Velha, Ilha de Moçambique, Inhambane e Maputo.

O capítulo *A soberania alimentar e a relação cidade/campo: desafios do turismo em Inhambane-Moçambique-África* é assinado coletivamente por pesquisadores brasileiros e moçambicanos: Eguimar Felício Chaveiro, Gilmar Elias Rodrigues da Silva, Ernesto Jorge

Macaringue e Hélsio Amiro Montany de Albuquerque Azevedo. O texto apresenta resultados de experiências de pesquisas focadas em temas como soberania alimentar e práticas turísticas no Brasil e em Moçambique. Esses resultados foram sistematizados no âmbito dos projetos "Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro e as Savanas em Inhambane/Moçambique" e "A produção de alimentos saudáveis no Cerrado goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos karajás-Aruanã-GO", ambos coordenados pelo professor Eguimar Felício Chaveiro.

O nono capítulo, *Percepções dos residentes sobre o desenvolvimento do turismo na Cidade de Inhambane (Moçambique)*, de Pelágio Julião Maxlhaieie, apresenta resultados de pesquisas sobre "as percepções dos residentes em relação aos impactos do desenvolvimento do turismo, tendo a Cidade de Inhambane (CI), em Moçambique, como objeto empírico, face à importância do turismo de Inhambane no contexto regional e nacional". A pesquisa colabora com o propósito de fortalecer processos de planejamento e tomadas de decisão no âmbito da gestão urbana integrada com as práticas de turismo.

O décimo e último capítulo deste livro, *Envolvimento de pais e encarregados de educação na formação dos alunos: implicações para o ensino e aprendizagem em Moçambique*, escrito por Adelino Zuria Fernando e Eduardo Bata, sistematiza resultados de pesquisas sobre experiências de práticas de ensino e aprendizagem em Moçambique. Para isso, os autores abordam aspectos como a participação de pais e professores na formação de alunos; ações promovidas por diretores escolares focadas no envolvimento de pais no cotidiano pedagógico de educandos; e, finalmente, experiências que demonstram a importância do envolvimento dos pais na qualidade de aprendizagem dos educandos. A leitura deste capítulo é oportuna para se conhecer melhor a educação em Moçambique.

Aproveitamos este espaço para agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelo apoio concedido aos organizadores deste livro, que viabilizaram a publicação desta obra.

Os organizadores

Capítulo 1

MOÇAMBIQUE E BRASIL, RELAÇÕES ALÉM DO TEMPO

Oscar Morais Fernando Namuholopa

Moçambique e Brasil são países da lusofonia na sequência de partilharem o mesmo explorador que mais tarde se tornaria colonizador, assenhorando-se das minorias nacionais, tendo sido autor moral e material de toda situação desumanizadora vivida nos territórios moçambicanos e brasileiros, cujo encontro histórico os faz dois países irmãos.

É nesse sentido que se discute no presente capítulo, de forma análoga, o resgate dos valores sócio-históricos e dos olhares interculturais entre os dois territórios. De maneira específica, analisam-se as relações históricas entre Moçambique e o Brasil, que, por sua sincronia, transcendem o tempo. Por isso, descrevemos os fundamentos factuais dessas relações ao longo da história e caracterizamos, de forma relacional, as sociedades moçambicana e brasileira, ontem e hoje, a fim de aferir o grau de aproximação histórica entre os dois países.

Os conteúdos desta discussão são referentes a uma breve caracterização socioespacial dos dois países; uma leitura crítica sobre a narrativa dos "descobrimentos", que marca o início da história de ambos na sua relação com Portugal; o fazer cultural

dos povos originários que se encontram pelo papel do acaso; e as dinâmicas das relações de amizade e solidariedade entre os seus povos, inspiradas em seus valores históricos. A discussão assenta os seus fundamentos teóricos no cruzamento das fontes bibliográficas que de forma contínua são indicadas ao longo das discussões e são apresentadas de forma extensiva nas respectivas referências finais.

Da discussão, constatou-se que Moçambique e Brasil são dois territórios diferentes, porém unidos pelos laços históricos, não só por fazerem parte da epopeia lusa quatrocentista, da qual a língua os une, mas também pelo encontro cultural dos seus povos. Pois Moçambique contribuiu para o povoamento brasileiro por meio de homens e mulheres arrancados violentamente dessas terras no contexto do tráfico humano e levados ao Brasil, colaborando decisivamente para sua edificação. Esses fatos inspiram as relações de amizade e ações de solidariedade entre os seus povos hoje.

TERRA E POVO: O LUGAR DE MOÇAMBIQUE E DO BRASIL

Localizado na Costa Oriental da África, Moçambique é um país da região Austral da África, banhado a leste pelo Oceano Índico por uma linha de 2.470 km de extensão de costa. Possui uma área de 799.380 km^2, incluindo a superfície líquida das águas do interior (Muchangos, 1999). Sua localização estratégica junto ao mar fez com que cedo mantivesse contato com os povos do além-mar, inicialmente com orientais e posteriormente com os europeus, que, por mar, procuravam contornar a África para chegar às Índias (Serra *et al.*, 2000; Ribeiro, 2014). Ainda hoje, continua a exercer grande influência na sua interação com povos do interior da região que buscam alcançar o mar através dele (Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, República Democrática do Congo e região interior da África do Sul).

A população de Moçambique é de origem *bantu*[1], grupo etnolinguístico de cerca de 500 línguas africanas espalhadas pela região meridional. Os *bantus* constituem os habitantes da África Austral de hoje, fruto da miscigenação entre esses emigrantes da região dos grandes lagos e a população autóctone (Dalby, 2010; Serra *et al.*, 2000). Se agrupadas em família, Moçambique possui aproximadamente 20 línguas de origem bantu distribuídas pelo território nacional (INE, 2010).

Porém, o contato de Moçambique com outros povos do mundo fez da sua identidade cultural difusa, pois,

> constatamos que a identidade moçambicana é pluricontinental, fruto de três historicidades, nomeadamente africana (bantu), asiática e europeia. A primeira é herança dos principais traços culturais autóctones, referências do DNA da identidade africana, que se tem atrofiado ao longo da história pelo fluxo das civilizações. A segunda resulta da aculturação mais ou menos consciente, fonte de alguns traços culturais, com ênfase às instituições religiosas orientais. A terceira é fruto da dominação europeia, responsável pela atual territorialidade e fonte de inspiração das instituições estatais moçambicanas, réplica da sociedade Ocidental (Namuholopa, 2022).

Esse encontro é responsável pela miscigenação da população de Moçambique fruto do contato entre a população de origem asiática e europeia com a população local e conferiu à população moçambicana e à sua cultura um caráter pluricontinental.

Por seu turno, o Brasil é um país da América do Sul, banhado a Leste pelo Oceano Atlântico, no qual estende-se por longos 7.367

1 O termo *bantu* foi extraído da palavra que significa "homem" ou "pessoa" em numerosas línguas desse grupo e foi proposto por Breek em 1851 (Greenberg, 2010).

km. O Brasil possui 8.515.767,49 km², uma dimensão continental que o faz o maior país da América Latina e o quinto maior do mundo. É um país tropical, com uma particularidade de ter 7% do seu território no hemisfério norte e 93% abaixo do Equador (Brasil, 2022; Schneeberger; Farago, 2003). A população brasileira é bastante heterogênea. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), os dados dão conta de que dos 203.080.756 habitantes, 45,3% declaram-se pardos[2]; 43,5%, brancos; 10,2%, pretos; 0,6%, indígenas; e 0,4, amarelos.

Várias são as origens da população brasileira. Os autóctones, à data da expansão europeia, os chamados índios[3], representam menos de 1% (0,6%) da população atual. Para além dos pretos que foram arrancados da África abruptamente em um processo compulsivo no quadro do tráfico humano do século XVI ao XIX, que grandiosamente contribuíram para a construção do Brasil, não obstante pouco ou nada serem referidos nesse processo, os demais grupos confluíram no quadro migratório atraídos pelas potencialidades do Brasil, principalmente no período posterior à abolição oficial da escravatura. De acordo com Schneeberger e Farago (2003), fazem parte dessa lista, os italianos, japoneses, espanhóis, alemães, sírio-libaneses e eslavos (poloneses e ucranianos), entre outros. Esses povos grandemente fixaram-se na região sul do país e fundaram novas cidades em réplica às da sua procedência – Nova Veneza, Nova Trento (italianas), Novo

2 Pardo é uma categoria que o IBGE usa para classificar pessoas que se identificam fisicamente como tendo descendência de dois ou mais grupos éticos diferentes. O termo foi usado inclusive pela armada de Cabral para caracterizar os povos indígenas, que os descreve como "pardos", à maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes (Ribeiro, 2014).

3 Designação dada pelo navegador a serviço da Espanha Cristóvão Colombo aos indígenas americanos em 1492. A caminho da Índia, Colombo alcançou as Américas e chamou de índios os povos que lá encontrou, julgando chegar às Índias. Pela relação colonial que o termo representa, convém, muitas vezes, designá-los de indígenas.

Hamburgo (alemã) – ou em homenagem aos seus fundadores, Orleans, Blumenau etc.

Moçambique é um dos países que contribuíram para a formação da população negra brasileira. Fontes revelam que grande parte dos desterrados de Moçambique rumou ao Brasil: em 1819 chegaram 5.234 dos 7.920 que embarcaram de Moçambique (Serra *et al*., 2000). Os restantes terão morrido e talvez alimentado os tubarões ao longo do trajeto. Curioso, ao que parece, terem sido feitas reservas internas exclusivas ao Brasil, pois, de acordo com José Fernandes e José Capela ([s.d.]), a partir do ano de 1781 os escravizados que saíram do Porto de Quelimane (Zambézia), seguiram rumo ao Brasil. Embora o tráfico de escravizados tivesse sido oficialmente abolido em 1836 e 1846, até pelo menos 1850 continuavam a sair da Zambézia pessoas escravizadas (Serra *et al*., 2000). Moçambique tornou-se importante fornecedor clandestino pós-abolição, pois

> a decisão da Inglaterra, então senhora dos mares, de policiar o Atlântico, aprisionando os navios negreiros, fez crescer a importância e o valor do tráfico clandestino de escravizados a partir de Moçambique. O Índico não era patrulhado, e, da costa moçambicana, os navios, passando pelo Cabo da Boa Esperança, contornavam pelo sul o bloqueio inglês (Cabaço, 2011, p. 90).

De acordo com Cabaço (2011), pelas demandas do ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro, o destino dos moçambicanos escravizados foi principalmente o Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde deixaram vestígios culturais assinaláveis.

Esse dado mostra não só as relações de amizade de Moçambique com o Brasil, mas também a existência de laços de identidade étnica entre os seus povos.

O que há de comum entre esses territórios, para além de terem as suas costas banhadas pelo oceano Índico (Moçambique) e Atlântico (Brasil), é o fato de estarem localizados no mesmo

hemisfério (Sul), embora cerca de 7% do território brasileiro esteja situado no hemisfério norte.

A língua oficial de ambos os países é o português, em razão da comunhão do colonizador. Enquanto a língua facilita a partilha da cultura como patrimônio intangível (forma de ser e estar), a pertença ao mesmo hemisfério e a semelhança climática predominantemente tropical permitem a partilha das mesmas culturas agrárias, como escrevem Frei e Peixinho (2016) em sua obra de título poético *Do Brasil a Moçambique, uma travessia, um fruto*, na qual estudam os sistemas de produção de caju[4] e a dinâmica socioespacial no distrito de Angoche, Moçambique.

EPOPEIA DE UM EQUÍVOCO DE DESCOBRIMENTO DE MOÇAMBIQUE E BRASIL

A territorialidade de ambos os países se insere na história quatrocentista de Portugal. Reza a história que, em Portugal, tal como acontecia pelo resto da Europa, faltavam as especiarias da região que veio a ser conhecida como Oriente, particularmente da Índia.

De acordo com o historiador inglês Malyn Newitt (2012), a pobreza levou Portugal, cedo, a lançar-se na aventura expansionista pelo mundo afora, em busca de recursos para sustentar a sua população, que progressivamente crescia. Faltavam em Portugal, diz Newitt (2012), terras férteis para a agricultura, o que fez da pesca e da produção do sal as principais fontes para o sustento da população quanto à participação no comércio internacional.

Esse dado despertou o espírito de expedições armadas. Progressivamente, crescia a tenência de invasão de novas terras. Os

4 O cajueiro é uma planta originária do Norte e Nordeste do Brasil e desenvolve-se em países tropicais. Esta planta foi importada para Moçambique a partir de meados do século XVI, no contexto da expansão mercantil portuguesa.

príncipes Henrique – conhecido também por navegador – e Pedro instruíram os seus cavaleiros e escudeiros a invadir as ricas terras das cidades costeiras de Marrocos, a norte da África, e a abordar os navios marroquinos para saquear, exigir resgate e obter escravos. Não obstante os riscos, a prática durou até o século XVI, e considerável número de embarcações portuguesas escalou a costa do nordeste africano, atacando as populações indígenas, negociando com os reis negros para obter ouro e escravos. Assim, os portugueses lucraram muito com o comércio na costa ocidental africana e obtiveram possessões comerciais importantes nessa região (Newitt, 2012).

Em 1481, D. João tornou-se rei de Portugal e fez disso uma oportunidade para pôr em prática os seus interesses de expansão marítima. Desde então, começou com o seu ambicioso projeto de substituir os venezianos que detinham o monopólio das especiarias do Oriente. Mas, os portugueses tinham um desafio: encontrar outro caminho alternativo que evitasse o Mediterrâneo para chegar à Índia (nome genérico com o qual era conhecida a região do Oriente). Isso passava por necessariamente ter que contornar o continente africano por mar, o que não se revelava fácil. Prova são as duas primeiras viagens de Diogo Cão (1482 e 1485) que foram um fracasso (Newitt, 2012).

Contudo, a pobreza de Portugal e a vontade de superá-la tornou os portugueses cada vez mais ávidos e persistentes. Não existia outra possibilidade: ou tentavam o Mediterrâneo, cuja partida estava proibida, ou descobriam um caminho alternativo, ou perdiam a causa. Desse modo, ao fim de cada tentativa fracassada era mobilizada uma nova expedição, supostamente preparada para suplantar as dificuldades anteriores (Newitt, 2012).

Foi assim que, em 1489, coube a Bartolomeu Dias, que tendo conseguido contornar o Cabo da Boa Esperança[5], viu-se obrigado

5 Encontro entre os oceanos Índico e Atlântico. Assim designado pois se entendia que, pela força das águas, após contornar, havia esperança de se chegar à tão

a regressar a Portugal devido ao motim dos seus homens. Uma outra tentativa seria feita em 1490 por Pero da Gavilhã, que, ao que parece, teria alcançado a costa moçambicana e visitado Sofala disfarçado de um mercador muçulmano (Newitt, 2012).

Em parte, as tentativas de alcançar o Oriente fracassaram devido aos problemas diplomáticos sobre as esferas de influência que culminaram com a assinatura do *Tratado de Tordesilhas* em 1494, sob arbitragem do Papa. O tratado que dividiu o mundo em duas partes: Portugal ao Oriente e Espanha ao Ocidente, estabelecendo uma linha divisória a 370 léguas a oeste de Cabo Verde (Ribeiro, 2014). Essa medida fazia-se necessária para evitar colisões de interesse entre os dois aventureiros marítimos e justifica a existência de dois mundos coloniais ibéricos.

Em 1497, partiu de Lisboa uma armada chefiada por Vasco da Gama, que conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África, e prosseguir pela costa oriental africana. Em março de 1498, a expedição alcançou a Ilha de Moçambique.t Não tendo alcançado o seu objetivo, Vasco da Gama prosseguiu sobre as águas do Índico, chegou à Índia e completou a primeira viagem dos portugueses ao Oriente (Newitt, 2012). Foi assim que supostamente estava descoberto um território que viria a ser chamado de Moçambique.

O nome de Moçambique resulta da evolução diacrônica do nome do sultão da região com o qual era igualmente conhecido o seu território. Da linha sucessória, o primeiro chamava-se Bin-Mbiki. A este sucedeu seu filho Mussa, que, conforme os costumes entre os mouros, herdou o nome do pai pelo sobrenome, passando a ser conhecido pelo nome de Mussa Bin-Mbik, assim como o seu território (Leite, 2010). Por meio das deformações e adequações da fonética portuguesa, a ilha passou a ser conhecida por Moçambique,

desejada terra das Índias.

a primeira cidade (1818) e capital da colônia portuguesa na África Oriental com o mesmo nome.

Localizada a norte do país na província de Nampula, a Ilha de Moçambique, Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco (1991). Deixou de ser capital em 1898, ano em que a sede do governo colonial foi transferida para a cidade de Lourenço Marques, extremo sul do país, hoje Maputo, desde 1976 (Leite, 2010).

Em 1500, Pedro Álvares Cabral fez a segunda viagem ao Oriente, de onde regressou com informações geográficas pormenorizadas. Feito o caminho, navios portugueses eram enviados anualmente à Índia em busca da pimenta indiana, que, uma vez no mercado europeu, reduziria a importância do comércio veneziano (Newitt, 2012).

Foi nessa segunda viagem triunfal de Portugal ao Oriente que Pedro Álvares Cabral, ao chegar às encostas da margem direita do Oceano Atlântico, descobriu sinais vitais. As fontes históricas sugerem que o primeiro ponto de desembarque de Cabral teria sido a Bahia de Santa Cruz, que também já foi conhecida por Bahia Cabrália, em homenagem, claro, ao primeiro português a desembarcar naquelas terras. Portanto, Santa Cruz seria o nome deste território recém-alcançado pelos portugueses. Assim, o ano de 1500 foi conhecido na epopeia da aventura portuguesa como sendo o ano de descobrimento do Brasil (Ribeiro, 2014; Oliveira, 2010).

Todavia, antes, um navegador espanhol, Vicente Pinzon, em 20 de janeiro de 1500, alcançou a costa que viria a ser o Brasil e chamou-o de Cabo de *Rostro Hermoso*, ao que os portugueses chamariam de Cabo de Santa Cruz, terra à qual chegaram somente a 22 de abril do mesmo ano pelo calendário juliano. Durante sua passagem, Pinzón deixou marcas de ocupação, incluindo inscrições nas árvores e rochas (Ribeiro, 2014). Nessas circunstâncias,

> o Brasil também necessariamente teria de ser descoberto numa dessas viagens do ciclo ocidental, e de fato o foi. Ojeda

> e Vespúcio tocaram a terra brasileira no extremo norte em 1499; Vicente Janez Pinzon e Diego de Leppe atingiram o Brasil em janeiro, fevereiro e talvez março de 1500, precedendo a Pedro Álvares Cabral, o descobridor português (Ribeiro, 2014, p. 21).

Os factos atestam, sem dúvida, que os espanhóis tiveram a prioridade histórica ou cronológica no "descobrimento" do Brasil. Outras razões, porém, haviam de prevalecer. Entre estas, sobretudo, o prévio acordo diplomático entre a Espanha e Portugal, sob a arbitragem da Santa Sé, chamada a intervir entre os dois países ibéricos, como antes referido (Ribeiro, 2014, p. 23).

O território que hoje chamamos Brasil, no pretérito já foi conhecida por *Vera Cruz*, depois *Ilha da Cruz* e *Santa Cruz*, em referência à suposta ilha onde inicialmente aportaram os navegadores portugueses. Devido à abundância do pau-brasil, madeira de importante valor comercial, a terra de *Santa Cruz* passaria a ser designada por *Brasil* (Ribeiro, 2014).

Por até aqui dito, mostra-se com clareza que, antes dos portugueses alcançarem os atuais territórios de Moçambique e Brasil, estas terras já haviam recebido visitantes de outra proveniência com os quais os seus povos mantiveram contatos, espanhóis para o Brasil, por exemplo. Na passagem por Moçambique, Vasco da Gama explorou as proximidades junto do rio Cua Cua (braço do Oceano Índico) e tendo encontrado vestígios dos comerciantes árabes na região de Quelimane, chamou-o de rio dos Bons Sinais, pois estava convicto de estar próximo da Índia. A presença mercantil árabe-persa em Moçambique data do século IX (Newitt, 2012; Namuholopa, 2022). Esses fatos tornam vazio o discurso de "descobrimento". E é por isso que Oliveira (2010, p. 13), de forma categórica, afirmou que "o termo 'descoberta' é equívoco e inaplicável, mas a sua substituição por eufemismos como 'encontro de culturas' ou 'encontro de civilizações' pode ser inócua se deixar intocadas as regras de sintaxe e os pressupostos do discurso

colonial".. Esse discurso simplesmente serve para exaltar o feito luso e de pretexto para reivindicar os valores e sua importância histórica global. Ainda mais, antes da presença portuguesa, nestes territórios floresceram civilizações que espantavam os seus visitantes. Gozavam de uma autonomia territorial, política e administrativa. Os reinos do Zimbabwe, o Estado do Muenemutapa, Estados Marave, para o caso de Moçambique, são disso exemplos.

ENCONTROS CULTURAIS E OBRA DO ACASO

Os povos autóctones dos dois territórios preservam práticas culturais que se encontram por obra do acaso. Arraigados nos valores culturais, ambos os povos se preocupam com a educação dos seus filhos, salvaguardando as suas tradições. É o caso da celebração dos ritos de iniciação entre os povos *yaawo*, na província de Niassa, conhecido pelo nome genérico de unyago, por exemplo, ocorre na terceira infância, entre os seis e os doze anos de idade. A iniciação, que marca a transição da infância para a fase adulta, incutindo na adolescente valores e princípios coletivos da comunidade, é possível encontrar também entre os povos indígenas do Brasil, com um procedimento idêntico.

A festa da menina moça, como é conhecido o processo, é muito celebrada entre os índios da etnia Nambikwara em Sapezal (Mato Grosso), por exemplo. Por ocasião da primeira menstruação, entre os nove e os treze anos de idade, as meninas são levadas à reclusão. Em ambos os contextos, o processo ocorre em local afastado do convívio habitual, onde é construída uma cabana para esse fim, ou uma casa que, em princípio, deve ser isolada. Esse local é proibido aos homens, estando reservado às mulheres. A menina moça toma remédios de raízes para a sua fortificação e outros efeitos que se acredita serem possíveis através dessas infusões (Oliveira; Satnos; Satnos, 2013). De acordo com os autores, depois de findar o período de reclusão e instrução, organiza-se uma grande festa,

para a qual são sacrificados animais e preparada uma diversidade de comidas e bebidas. As danças e canções acompanham o momento de muita euforia comunal, durante o qual a menina moça permanece cabisbaixa. As letras das canções fazem referência aos espíritos que são evocados para agirem em proteção da vida da menina e da comunidade. Conforme explicaram os autores em referência, a menina moça é presenteada com diversos bens por essa ocasião. A festa junta desde familiares, convidados até curiosos.

Consumada a festa, a menina é retirada da cabana que, em seguida, é destruída pela mãe. A festa serve para apresentar à comunidade a moça que cumpre com os requisitos culturais e está pronta para casar e formar família. O momento serve igualmente para preservar a cultura e identidade dos povos indígenas (Oliveira; Satnos; Satnos, 2013).

Tais práticas histórico-culturais caracterizaram esses povos e servem de instrumento de coesão entre os membros da comunidade. São, igualmente, um depositário válido dos princípios psicológicos e asseguram a moral coletiva, num processo em que a experiência e a oralidade são garantidoras da sua vitalidade.

Essa prática é semelhante à dos povos *yaawo,* no norte de Moçambique, por exemplo, e de outros grupos étnicos, obviamente. A festa serve implícita ou explicitamente para apresentear à comunidade a existência, naquela família, de uma moça pronta para se tornar mulher e procriar. Sobre as matérias, dizem respeito à ética e à moral, ao domínio da corporeidade, à vida sexual, às questões de gênero e habilidades pessoais. Essa formação visa tornar o indivíduo útil do ponto de vista cultural (Namuholopa, 2019; Wegher, 1995).

AS RELAÇÕES DE AMIZADE E SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS

As relações de Moçambique e Brasil estariam dependentes do contexto do momento. Quando começaram a existir sinais claros de desenvolvimento de movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas na África, Portugal assinou com o Brasil, em 1953, o Tratado de Amizade e Consulta, no qual o Brasil não deveria apoiar as lutas de libertação nacional dos territórios portugueses na África. Em razão do tratado, o Brasil absteve-se, em 1960, na votação da resolução das Nações Unidas que condenava Portugal pela manutenção do regime colonial na África, numa altura em que vários países africanos já estavam independentes (Bussotti; Macamo, 2018).

A indiferença do Brasil em relação ao direito de independência e autodeterminação dos povos fez com que não apoiasse os movimentos de independência dos territórios portugueses ultramarinos. Portanto, o Brasil terá se aliado ao bloco liderado pelos Estados Unidos, que apoiou o regime do *apartheid* para evitar o avanço do bloco socialista na região, no contexto da Guerra Fria. Na sequência disso, em 1973, dezessete países africanos votaram uma declaração que identificava seis países, entre os quais o Brasil, a serem submetidos a sanções econômicas e diplomáticas, caso não retirassem o apoio à África do Sul. Talvez esta seja uma das razões pelas quais o governo militar do General Ernesto Geisel, em 1974, antes da deposição de Marcelo Caetano, a 25 de abril desse mesmo ano, em uma declaração, manifesta a necessidade de desvinculação das alçadas de Portugal e lança uma nova visão da política externa para a África. Após a revolução dos cravos, o governo de Geisel teve uma atitude inédita: de imediato apoia Angola em luta e condena o *apartheid*, e foi o primeiro a reconhecer o governo resultante do movimento de 25 de abril, liderado pelo General António de Spínola, embora mantivesse a África do Sul

como principal parceiro econômico entre os países africanos (Bussotti; Macamo, 2018)". Era o começo de uma nova era da política externa para a África.

Com esse objetivo, o governo brasileiro buscou ocupar posição de destaque nas negociações diplomáticas, para se tornar mediador entre Portugal e suas colônias nas negociações pela independência, mas o governo português preferiu fazê-lo sozinho. A tentativa de se aproximar da Frelimo foi inicialmente fracassada e viu o seu interesse manifesto de participar das cerimônias da independência recusado. Os únicos brasileiros presentes no ato da independência foram Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes, exilados pela ditadura militar brasileira e convidados pessoalmente por Samora Machel (Cabaço, 2011).

Se no período de luta de libertação nacional as relações entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e o Brasil foram tímidas e de desconfiança, pela vigência da ditadura militar no Brasil, que representava os interesses capitalistas, por um lado, e pelas tendências lenino-marxistas da Frelimo, por outro, após a independência começaram a se tornar evidentes. Os primeiros contatos, diz-nos Cabaço (2011), foi com os brasileiros exilados pela ditadura, aos quais o governo de Moçambique recém-independente formulou convite para fazer face ao déficit de quadros qualificados, na sequência do êxodo maciço dos colonos inconformados com a independência. Assim, começam a chegar brasileiros que aceitaram o desafio de viver e trabalhar em Moçambique, contribuindo solidariamente para um povo historicamente irmão.

Em meio aos esforços diplomáticos, em dezembro de 1974, o governo de Geisel decide criar embaixadas em todos os Palop, mas foi somente em novembro de 1975 que estabeleceu relações diplomáticas com Moçambique, e em março de 1976 abriu sua embaixada em Maputo. Foi a relação diplomática mais difícil que o Brasil já experimentou na África e é reconhecido o trabalho do

primeiro embaixador brasileiro em Moçambique independente, Ítalo Zappa, que intermediou a aproximação entre os dois governos. Com ele, nascem os primeiros projetos de cooperação econômica e social (Bussotti; Macamo, 2018; Cabaço, 2011).

Apesar de a Frelimo, que governa o país há 50 anos, perder a identidade ideológica e confirmar a tese de Marx e Engels (2013, p. 13) de que "o Poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia", a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), principal partido da esquerda brasileira, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, cuja política externa foi caracterizada por uma abertura à África, fortaleceu as relações bilaterais entre Moçambique e Brasil.

O papel fundamental da cooperação do governo de Lula com a África foi a construção de uma nova geopolítica que engloba nações emergentes e em desenvolvimento do Sul, a que se designa de cooperação Sul-Sul, para em conjunto fortalecerem as suas relações com o Norte (países desenvolvidos). Diante do fato de o discurso sobre a presença brasileira na África vir a apontar uma espécie de imperialismo, Lula argumentava que o Brasil daria uma ajuda "desinteressada" para pagar uma dívida histórica de três séculos de escravidão. A retribuição do Brasil pela contribuição dos africanos na construção e povoamento deste país seria cooperando nas áreas de Educação, Saúde e Agricultura (Rossi, 2015).

Se não é imperialista a cooperação Brasil-África, mas a verdade, e essa não vai nos ser negada, é a expansão capitalista. A África não é apenas beneficiária dos programas de cooperação com o Brasil, mas é também um dos mercados mais importantes do país. Com efeito,

> passada uma década da política africana petista, a principal faceta da presença do Brasil é econômica. Entre 2003 e 2013, o comércio

> exterior entre as duas regiões subiu de 6,1 para 28,5 bilhões de dólares-crescimento acima do registrado pela balança comercial brasileira em geral (Rossi, 2015, p. 51).

Para a área da saúde, a maior referência da cooperação é a construção da primeira fábrica de medicamentos em Moçambique para produzir fármacos de combate ao *Human Immunodeficiency Virus* (HIV), viabilizada pela brasileira Fiocruz. Na educação, a Universidade Aberta do Brasil é responsável pelo projeto de formação de professores do Ensino Básico em Moçambique, via internet. A partir do mesmo período, vários convênios são abertos com vistas à formação de moçambicanos nas instituições brasileiras de Ensino Superior. No domínio da agricultura e da transferência de tecnologia, foi concebido um projeto agrícola bastante ambicioso chamado ProSavana, que para além de Moçambique e Brasil, contava com a participação do Japão. Com o projeto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pretendia implementar em Moçambique a experiência do Cerrado brasileiro. A iniciativa abrangeria as províncias da Zambézia, Nampula e Niassa ao longo do Corredor de Nacala (Rossi, 2015).

Não obstante a Embrapa tivesse realizado ensaios das variedades brasileiras na região, o ProSavana não avançou. Partindo da percepção dos impactos ambientais no cerrado brasileiro com o megaprojeto agrícola e da futura desestruturação rural da sociedade moçambicana, a maioria no país, o projeto hibernou em meio às críticas movidas pela União Nacional dos Camponeses (Unac), pela ONG Justiça Ambiental, Fórum Mulher, que constituíram o Movimento Não ao ProSavana (Bussotti; Macamo, 2018).

Outra cooperação importante entre esses dois países é no setor da defesa, com vistas à modernização das Forças Armadas. Destacam-se ainda os megaprojetos, como o da mineradora Vale, que extraiu carvão em Moatize, Tete, e o da construtora Odebrecht,

que construiu o Aeroporto Internacional de Nacala, em Nampula, entre outros (Rossi, 2015).

Portanto, os encontros históricos pela partilha do mesmo colonizador; a localização no mesmo hemisfério com as condições agroecológicas similares, o que permite intercâmbio das chamadas culturas tropicais; a contribuição de Moçambique para o povoamento brasileiro por meio dos antigos escravizados; o encontro cultural dos povos autóctones de ambos os territórios, fruto do papel do acaso, fazem as relações Moçambique-Brasil ultrapassarem o tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre as relações entre Moçambique e Brasil, ressaltamos que as relações entre os dois países dizem respeito à partilha dos mesmos valores históricos, condicionados inicialmente pelo facto de terem sido dominados pela mesma potência colonizadora, de cuja dominação resultou a imposição de parte de sua cultura, no caso específico, a língua, que constitui um dos principais fatores que os une.

A construção dos laços dos dois países com Portugal insere-se no contexto da epopeia quatrocentista de Portugal, uma aventura sobre os mares em busca de um caminho alternativo para chegar ao Oriente, região de onde saíam as especiarias muito apreciadas na Europa. Motivada pela sua pobreza e relativo ao conhecimento das técnicas de navegação, Portugal pretendia ser senhor dos mares e dominar o negócio das especiarias orientais na Europa.

Foi nesse processo que Portugal alcança Moçambique, na costa oriental africana, e Brasil, junto do Atlântico. A esse processo designou-se de "descobrimentos", uma aplicação imperfeita do conceito para se referir a territórios com evidências de desenvolvimento de relações comerciais com outros povos árabes, para Moçambique e da presença anterior a si dos navegadores espanhóis (ou até de outros para o Brasil). O termo é usado para exaltar a

suposta grandeza lusa e pretexto para reivindicar os valores e sua importância histórica global. O certo seria designar simplesmente de expansão marítima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Geografia*. Ministério das Relações Exteriores, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-bogota/o-brasil/Geografia. Acesso em: 3. jul. 2025.

BUSSOTTI, L.; MACAMO E. A Cooperação Bilateral Brasil-Moçambique, com enfoque especial na área da defesa. *Cadernos de Estudos Africanos* [*online*], n. 36, p. 113-136, jun./des., 2018. Disponível em http://journals.openedition.org/cea/3243. Acesso em: 7. jul. 2025.

CABAÇO, J. L. O. Moçambique-Brasil*:* os caminhos da Diplomacia. *Boletim de Economia e Politica Internacional,* n. 6, p. 87-93, abr./jun. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4692/1/BEPI_n6_mocambique.pdf. Acesso em: 8. jul. 2025.

DALBY, D. Mapa linguístico da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org.) *et al*., *História geral da África*, I: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 337-344.

FERNANDES, J.; CAPELA, J. *Quelimane, Zambézia, Moçambique*: enquadramento histórico e urbano. [S. d]. Disponível em: https://hpip.org/pt/Contents/Place/339. Acesso em: 10 out. 2020.

FREI, V.; PEIXINHO, D. M. *Do Brasil a Moçambique, uma travessia, um fruto*: sistemas de produção de caju e a dinâmica socioespacial no distrito de Angoche. Goiânia: Kelps, 2016.

GREENBERG, J. H. Classificação das línguas da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org.) *et al*., *História geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 317-336.

IBGE. *Conheça o Brasil*: cor ou raça. IBGEeduca, 2022. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso em: 29 jun. 2025.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *III Recenseamento Geral da População e Habitação – 2007:* indicadores sócio-demográficos, Moçambique, Maputo: INE, 2010.

LEITE, P. J. de O. P. *Casa Muss-Amb-Ike*: o compromisso no processo museológico. 631 folhas. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MUCHANGOS, A. dos. *Moçambique:* paisagens e regiões naturais, [*s. l.*], [*s. n.*], 1999.

NAMUHOLOPA, Ó. *Relações étnicas em Moçambique e a formação do MOCIZA*. Goiânia: Redelp, 2022.

NAMUHOLOPA, Ó. Práticas educacionais a partir de ritos de iniciação: evidências da comunidade *yaawo* em Moçambique. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais,* v. 8, n. 3, p. 6-29, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9898. Acesso em: 8 jul. 2025.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, 2012.

OLIVEIRA, A.; SATNOS, L. T. M.; SATNOS, M. *Festa da Menina Moça*. Reportagem. Sapezal: RSTV Sapezal, 2013. 1 vídeo (14min23seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bnc_1BVK8Io&list=PLrq3pwrUbrSyzw5nIbxqgfBDCll HamNds. Acesso em: 1 jan. 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. O nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. *Anuário Antropológico*, Brasília: UnB, v. 35, n. 1, p. 11-40, 2010. Disponível em: https://jpoantropologia.com.br/wp-content/uploads/2024/07/JPOA-O-nascimento-do-Brasil.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIBEIRO, J. *História do Brasil*. Basília: UnB Editora, 2014.

ROSSI, A. *Moçambique, o Brasil é aqui*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHNEEBERGER, C. A.; FARAGO, L. A. *Minimanual compacto de Geografia do Brasil*: teoria e prática. São Paulo: Rideel, 2003. Disponível em: https://coletivoagir.files.wordpress.com/2019/02/Geografia-do-brasil.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

SERRA, C. (org.). *et al*., *História de Moçambique*Maputo: Livraria Universitária, 2000. v. 1.

WEGHER, Pe. L. *Um olhar sobre Niassa*. Maputo: Paulinas Editora, 1995. v. 1.

Capítulo 2

REESCREVER O FUTURO

Apontamentos sobre a cooperação Brasil-Moçambique e o papel da Reescrita para seu fortalecimento

Thiago Sebastiano de Melo

Pra se olhar Moçambique de verdade
O Ilê Aiyê
Lembra a Luso Sangria e a pilhagem
E faz um coro
Junto a Samora Machel
Cantando abaixo ao tribalismo
Lusa herança e cruel[1]
(Ilê Aiyê)

Inicio introduzindo o passado. As parcerias com as universidades moçambicanas que ensejam o livro e, por conseguinte, este texto já estavam articuladas em 2014. Quando cheguei à Goiânia (GO) para cursar o doutorado, conheci vários docentes moçambicanos fazendo pós-graduação em Geografia nos programas da Universidade Federal de Goiás (UFG), nos *campi* de Goiânia (*campus* II – Samambaia) e de Jataí (que em 2018 virou Universidade

1 Música-poesia moçambicana, do grupo Ilê Aiyê. Conferir em: https://www.letras.mus.br/ile-aiye/1537299/.

Federal de Jataí – UFJ). Eguimar Felício Chaveiro, carinhosamente chamado de Egui, cuja felicidade de ter tido como orientador no doutoramento eu compartilho com algumas pessoas que compõem esta obra, era quem orientava todos os que conheci inicialmente.

Aos poucos fui conhecendo outros, que trabalhavam com outras pessoas e em outros cursos/programas. Nesse primeiro momento, todos eram homens, um dado que já revelava e alertava sobre a dificuldade em relação à questão de gênero e, notadamente, da mulher em Moçambique, ainda que naquele momento eu não soubesse.

Como as questões de gênero, muitas outras estavam na ordem do dia, de forma mais ou menos explícita, nas parcerias que se constituíam gradativamente: alimentação; infraestrutura; turismo; educação, com especial atenção para a capacitação do quadro docente das universidades; a relação campo-cidade; as abordagens teórico-conceituais da Geografia brasileira e suas possibilidades de leitura das realidades moçambicanas; as questões de método; as cosmovisões e suas sínteses e atualizações no universo acadêmico, dentre tantas outras, que ora emergiam como atravessamentos e mediações, ora eram foco das pesquisas cá e lá.

O grupo Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira (CNPq/UFG) –, sob coordenação do Egui, era e é para a construção dessas dinâmicas de cooperação em tela um fórum de aproximações e trocas intensas, das quais derivavam e derivam a organização de participação coletiva em eventos, trabalhos de campo, reuniões de aprofundamento sobre ambas as realidades, intercâmbio de saberes e experiências.

Resultado dessa premissa de construção de unidade de ação, em 2015 boa parte do Dona Alzira, sobretudo as pessoas ligadas à pós-graduação, fez as malas e foi para Cuba participar do XV Encontro de Geógrafos/as da América Latina (EGAL). Nos dias que correram na ilha caribenha, pesquisadores e pesquisadoras de vários países e continentes se encontraram. Em um desses

encontros, tratamos da necessidade de articular internacionalmente as ações e pesquisas que envolviam turismo-território-dinâmicas de organização popular/comunitária. Estavam presentes, além de mim, Eguimar Felício Chaveiro (UFG, Brasil); Ernesto Jorge Macaringue, Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI, Moçambique); Hugo Ivan Romero Aravena, Universidade do Chile (UCh, Chile); Jeffer Chaparro Mendivelso, Universidade Nacional da Colômbia (UNAL, Colômbia); Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves, Instituto Federal de Goiás (IFG, Brasil); Xosé Manuel Santos Solla, Universidade de Santiago de Compostela (USC, Espanha). Fruto de um acúmulo de conversas anteriores, a proposta foi: construir uma rede.

Destarte, e retomando o ensejo reiteradamente posto pelo Xosé desde o início daquela década, a ideia foi pensar a partir da centralidade que o turismo passa a ter no atual momento histórico e sua incidência nas sobredeterminações territoriais e, portanto, nas dinâmicas de reestruturação produtiva.

Nasceu, assim, a inicialmente batizada Rede Internacional de Pesquisas Críticas sobre Turismo (Ripect). Assumindo a totalidade como categoria do método materialista histórico-dialético, os pesquisadores unidos na Ripect viam e tinham como objetivo efetuar análises que buscassem uma epistemologia do turismo assentada na categoria trabalho.

Em 2016, com uma bolsa de doutorado-sanduíche da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fui para Moçambique realizar atividades vinculadas ao doutoramento por quatro meses, momento no qual, durante os trabalhos de campo organizados, aproximamos outras pessoas do país da rede em formação.

Diante da premência de uma nova reunião entre os membros da Ripect e como condição para firmá-la como fórum de reflexões e debates acerca dos efeitos contemporâneos do turismo como fenômeno social, e para aglutinar mais pesquisadores afeitos a

essa abordagem, a Rede propõe seu primeiro evento científico em Moçambique, na cidade de Nampula, considerada a capital da região Norte do país.

Em outubro de 2017 realizou-se o primeiro encontro da Ripect, durante o qual a rede foi rebatizada e passou a se chamar Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita), mantendo como perspectiva e elo aglutinador o anticapitalismo. Com a incorporação de dois novos eixos, território e autodeterminação, o anticapitalismo da rede se projeta como mediação fundamental das ações coletivas para pensar e agir com os sujeitos nas dinâmicas de territorialização e, por isso mesmo, também de (auto)organização.

Nesse mesmo mês surgiu outra rede que passou a compor e ampliou o escopo de leituras da Reescrita: a Rede de Pesquisa Geografia, Turismo e Literatura (Entremeio). Assim como a Reescrita, novamente colegas de Moçambique ajudam a fundar e organizar a Entremeio, o que contribui para sua aproximação e relação com a Reescrita, incorporando, reciprocamente, elementos de uma na realização de ações da outra.

DESENVOLVIMENTO DO PRESENTE

A síntese do presente é o futuro. Esta compreensão aponta um futuro que está escrito. Não nas estrelas, nem pelo senhor do destino, mas pelas relações sociais, em função da correlação de forças que expressam projetos. Os projetos que, com variações de conteúdos, narrativas/discursos, práticas e agentes, se pautam pela lógica de que o crescimento econômico que tem no massacre do povo o seu ônus virarão desenvolvimento social para sobreviventes desse massacre e, em nome do lucro, podem até, em alguma medida, salvaguardar interesses populares, como se vê no Brasil nos mandatos presidenciais de ampla coligação geridos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, o que igualmente

se vê em casos como esse é que o ônus para que tais coligações não tenham o fim ainda mais perverso com a classe trabalhadora que teve a ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) é justamente um arrocho infinito, que penaliza primeiramente e de forma mais aviltante, obviamente, a base da pirâmide social.

Tratar da concretude do fenômeno turístico nas cooperações Brasil-Moçambique não pode correr ao largo da raia da política partidária. Não com compromisso e restrito a ela, mas consciente de que as determinações sociais e as sobredeterminações territoriais estão subjugadas às decisões político-partidárias-governamentais. Assim, uma coisa aproxima a realidade dos dois países nesse particular. Ambas as populações tinham maiores expectativas com a presidência de um governo popular. Não há dúvidas de que são trajetórias distintas e marcadamente afastadas em termos de cenário político. No entanto, o que quero ressaltar é que, de formas diferentes, as relações partidárias e governamentais em ambos os países contam com o desagrado de parte substancial da população. E mais do que o campo das percepções, esse descontentamento se sente nas urnas e revela seus motivos nas decisões de governantes.

No caso moçambicano, é digno de nota que o Brasil, com consentimento do governo local, teve papel fundamental para uma transformação da produção agrícola camponesa que vai na contramão do que os movimentos sociais e populares têm apresentado enquanto agenda de transição agroecológica. Em Inhambane, por exemplo, num cenário no qual grande parte das famílias ainda contava com acesso às sementes crioulas e tinham uma produção de autoconsumo considerável, operava uma lógica de substituição por sementes transgênicas e vendas da produção quase que exclusivamente para equipamentos turísticos, como os hotéis das praias da Barra e do Tofu, cujas contradições são conhecidas (Mate; Azevedo, 2023). No levantamento que fizemos durante o doutorado sanduíche, em 2016, constatamos que 17

das 20 associações de produção agrícola já utilizavam sementes transgênicas em suas machambas.

A falta de orçamento para as atividades de cooperação internacional, contrastando com a importância dada pelas agências de fomento e instituições de ensino, ecoa o arrocho que atinge os investimentos sociais em áreas prioritárias, como educação e saúde. Não há dúvida de que as diferentes composições governamentais implicam quadros mais ou menos graves, do que são prova gestões como as de Bolsonaro (2019-2022), mas que são sempre no horizonte político-regressivas para o programa da classe trabalhadora, como se vê atualmente com o terceiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), intentando salvaguardar superávit primário à custa de duros golpes nos orçamentos da educação e saúde.

A situação é agravada pelas condições concretas de ambos os países. Na missão acadêmica organizada pela Reescrita e realizada em junho de 2024, mais uma vez tivemos imposturas de agentes moçambicanos que levaram à extorsão de membros da missão, o que já havia ocorrido em 2017, incidências que, mesmo pontuais, mas sobretudo numa realidade na qual se paga para trabalhar, são altamente prejudiciais ao andamento dos trabalhos.

Não obstante a complexidade dos cenários e, muitas vezes, desfavoráveis, as parcerias têm avançado e se fortalecido. Nas frestas do enxugamento orçamentário, contornando a dificuldade de pessoal e de tempo, os países têm consolidado ações entre as instituições representadas na Reescrita.

Tais atividades abarcam desde troca de conhecimento e oficinas em editoração e manutenção de periódicos, passando por intercâmbio de discentes e docentes, num fluxo de mão dupla, até elaboração conjunta de textos e obras, como se vê no presente livro, o que, nesse caso, deságua em oferta de referencial que coaduna com os princípios e objetivos da Reescrita de contribuir para a construção de uma práxis emancipatória.

As experiências de troca entre os países nas atividades executadas pela Reescrita apontam que a chegada de novas mediações, termos e culturas no debate não só amplia o (re)conhecimento mútuo, como também propicia uma (re)organização dos horizontes políticos, inclusive no tocante às dinâmicas acadêmicas, trazendo novas temáticas, novos referenciais e novas sínteses. Lutar, no presente, pela reconfiguração da correlação de forças e para avanços táticos que propiciem consolidar, no futuro, uma estratégia emancipatória é reescrever esse futuro, de outro modo já dado pelo projeto societário posto, que muda e varia de intensidade no tocante às contradições, a depender do governo, mas não abre mão de espoliar o povo e pôr em xeque conquistas históricas da classe trabalhadora, tanto no Brasil quanto em Moçambique (Melo; Oliveira; Barbosa Junior, 2018; Macaringue, 2023; Macaringue; Melo, 2020).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO

No lusco-fusco, não se sabe se é dia ou se é noite! A Reescrita se põe à tarefa de reescrever com seus países-membros um amanhecer emancipatório e um anoitecer equitativo. Passada a beleza confusa e quase misteriosa do lusco-fusco, não queremos que tudo siga como está. Se as dificuldades impõem limites, as necessidades ensejam coragem, organização e determinação. E os laços de afetos, tantas vezes descartados como pouco ou nada científicos, cimentam, para nossa rede, a solidariedade entre os povos.

Nascem desse entendimento novos projetos. Dentre as muitas atividades em curso e em construção, destaco uma que passa por mim diretamente e tem grande potencial de contribuir para catalisar esforços na esfera da pesquisa e extensão entre os dois países. A ponta de lança do desenvolvimento técnico-científico e o turismo se encontram numa proposta que entrecruza

turismo-nanotecnologia-agroecologia. O projeto *Desenvolvimento Rural: plantando com nanotecnologia, colhendo com turismo*, institucionalizado na Universidade de Brasília (UnB) e em operação com territórios vinculados ao Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e às comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, tem como objetivo central impulsionar a transição agroecológica e a produção de alimentação saudável, articulando tais ações às dinâmicas do turismo, numa abordagem de promoção da saúde (Melo; Ribeiro, 2025).

Em vista das demandas e objetivos expressos pela Universidade de Rovuma durante a missão científica realizada pela Reescrita em Moçambique em junho de 2024, estruturamos a abertura de uma frente de trabalho do projeto Desenvolvimento Rural no *campus* de Napipine, com a destinação de uma área inicial de 25 hectares, que receberá o bioinsumo Arbolina, composto com nanopartículas, com reconhecida eficácia na potencialização da produtividade.

A estruturação de uma área de produção agroecológica capaz de fornecer alimentos saudáveis às comunidades do entorno, bem como ao próprio *campus*, tem, como nas frentes de trabalho no Brasil, também o intuito de articular esta produção às dinâmicas turísticas, seja por meio do fornecimento de alimentos saudáveis aos equipamentos turísticos (bares, restaurantes, cafés etc.), seja por meio da comercialização direta em feiras, com troca de conhecimento entre os países em termos de processamento e beneficiamentos de itens comuns aos dois países, como a mandioca.

Uma agenda de ações compõe o plano de trabalho estruturado para esta cooperação, fortemente assentada nas convergências entre o Cerrado e a savana africana e nas relações identitárias, por exemplo, entre a juventude moçambicana e a juventude quilombola do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). Essa agenda tem ainda um segundo encaminhamento da referida missão: a construção de um curso de especialização em transporte e turismo que está em fase de articulação.

Tanto a troca de tecnologias quanto a aproximação de respostas aos desafios construídos nos territórios indicam que a Reescrita pode cumprir um papel importante na conexão de realidades e construção coletiva de alternativas às determinações da ordem capitalista imposta à maioria das populações do Sul Global. A incorporação de densidades e perspectivas teóricas distintas pode subsidiar novas sínteses, criando caminhos e pontes entre sujeitos e territórios.

No caso da cooperação Brasil-Moçambique, reescrever o futuro tem sido um exercício que completará 10 anos e, a despeito das inúmeras contradições e dificuldades, tem conseguido, por exemplo, pautar temas como a diversidade existencial e seus marcadores sociais, tão significativos em ambas as realidades.

A aproximação e o fortalecimento das parcerias entre as instituições dos países-membros carregam a expectativa de que as cooperações em curso e a participação crescente de pesquisadoras e pesquisadores de Moçambique na Reescrita subsidiem melhores leituras sobre o país e envolvimento com outros países, permitindo elaborarem propostas conjuntas e trocas de experiências.

É crucial a participação de países do Sul Global para construção de caminhos que não legitimem as velhas e as novas dinâmicas de colonização, inclusive as capitaneadas por países como Brasil em relação a Moçambique. Que os versos do Ilê Ayê orientem a consolidação e ampliação da cooperação no âmbito da Reescrita, particularmente no caso Brasil-Moçambique, que carrega um histórico de revolução, insurgências, autodeterminação e ações emancipatórias!

REFERÊNCIAS

MATE, A. J.; AZEVEDO, F. F. de. O turismo na praia do Tofo: Inhambane (Moçambique) e sua relação com os circuitos espaciais de produção. *Revista Da ANPEGE*, 19(40), 2024.

MENDIVELSO, J. C.; BALSAN, R.; MELO, T. S. de. Apresentação: Reescrevendo os caminhos para um turismo crítico comprometido com a emancipação humana: propostas, dimensões, temas e abordagens. *Revista da Anpege*, v. 19, n. 40, 2023.

MACARINGUE, E. J. Turismo: possibilidades e ilusões em Moçambique. *Revista da Anpege*, v. 19, n. 40, 2023.

MACARINGUE, E. J.; MELO, T. S. de. Território: conflitos e reprodução do capital em Moçambique. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, p. 249-259, 2020.

MATE, A. J.; AZEVEDO, F. F. de. O turismo na praia do Tofo: Inhambane (Moçambique) e sua relação com os circuitos espaciais de produção. *Revista da Anpege*, v. 19, n. 40, 2023.

MELO, T. S. de; SAFADI, S. de O.; SILVA, J. R.; GONÇALVES, L. R. F. Reescrita: do México ao Brasil: desafios organizativos, fortalecimento da Rede e constantes (re)elaborações. *Revista Terceiro Incluído*, Goiânia, v. 15, n. 2, 2025.

MELO, T. S. de; RIBEIRO, J. C. A. Turismo e promoção da saúde: das leis e documentos ao território. *Revista Terceiro Incluído*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 1-22, 2025.

Capítulo 3

MOÇAMBIQUE-BRASIL

Travessias, desafios e possibilidades[1]

Thiago Sebastiano de Melo
Daisy Caetano
Ricardo Assis Gonçalves
Vanito Viriato Marcelino Frei
Ernesto Jorge Macaringue

Na costa leste do continente africano, banhado pelo Oceano Índico, com uma população atual estimada em 32 milhões de habitantes (INE, 2024) e mais de 17 línguas locais (Ngunga; Faquir, 2012), Moçambique se conecta com o Brasil há séculos. O maior e mais traumático desses laços é certamente o longo processo de escravização de pessoas levadas aos territórios brasileiros pelos caminhos ultramarinos.

Com a conquista da independência política em 1975, após intensa mobilização popular em prol da revolução socialista, Moçambique viu os horizontes políticos girarem e se depara nas primeiras décadas do século XXI (do calendário cristão) com contradições profundas derivadas das opções político-partidárias adotadas pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), responsável pela revolução moçambicana e pela independência de Portugal. Tal cenário é sobredeterminado pelas imposições das políticas econômicas internacionais.

---

1 Uma versão preliminar dos resultados apresentados neste capítulo foi publicada na Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade (v. 6 n. 2, 2024).

Na busca por parcerias que fortaleçam as aspirações dos países do Sul Global, Moçambique tem sido um dos países africanos mais beneficiados pela política de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT). Isso ocorre desde o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), sendo o fato de ambos serem lusófonos um elemento de facilitação.

No âmbito das aproximações que efetivam a tática geopolítica de fortalecimento das relações Sul-Sul, inserem-se os incentivos para que a internacionalização das universidades caminhe neste prumo. Assim, desde editais específicos, passando por critérios de priorização, chegando à sensibilização de pesquisadores e pesquisadoras sobre a importância de tal fortalecimento, as parcerias institucionais têm crescido substancialmente no meio acadêmico (ainda que a mudança de rota iniciada com a deposição ilegítima da ex-presidenta Dilma e reforçada no governo antipopular do ex-presidente Bolsonaro tenha efeitos notáveis).

Apresentamos, neste texto, breves notas sobre uma missão científica realizada no escopo das aproximações e diálogos de saberes entre Brasil e Moçambique no ano de 2024. Para tanto, explicamos o que e como foi a missão; elencamos apontamentos que nos parecem centrais para a proposta de trabalho, evidenciando desafios comuns às realidades de ambos os países e oportunidades que permitam o compartilhamento de boas experiências; descrevemos os principais encaminhamentos construídos, tendo como foco a internacionalização das instituições envolvidas; e, por fim, algumas considerações sobre as próximas ações conjuntas envolvendo as instituições participantes.

A MISSÃO CIENTÍFICA REESCRITA

O continente-mãe, o berço de fato da humanidade, nos termos propostos por Nascimento (2009), tem nos guiado em diferentes esforços, desde o combate firme para que superemos o racismo,

passando pela valorização da multiculturalidade, ancorada nas cores, ritmos e demais expressões que caracterizam o continente africano e que, na atualidade, constituem formas de resistência à homogeneização promovida pela indústria cultural ocidental. Fato esse que suscita o desafio de impedir sua redução à mera exotização ou sua apropriação como nicho de mercado. Nessa mesma perspectiva, inserem-se as expressões religiosas que se enraizaram nos diferentes territórios de destino das populações escravizadas, onde essas populações se organizaram, resistiram e recriaram modos de vida que asseguraram a continuidade de suas práticas culturais.

No entanto, diante da imprescindível reconfiguração geopolítica que retire os países do Sul Global das sobredeterminações da divisão internacional do trabalho imposta pelo modo de produção hegemonizado pelos interesses do Norte Global, e seus rebatimentos no controle exógeno de suas dinâmicas efetivas de autodeterminação, o Brasil, infelizmente, constrói uma política (interna e externa) com contradições cujos movimentos pendulares possíveis não são capazes de sanar a força dos agentes hegemônicos presentes. Assim, qinda que dito, em ações como a promoção da internacionalização com foco, dentre outros, no continente africano, o Brasil tem levado (inclusive com a participação ativa do presidente Lula) o pior de suas construções sociais coletivas. Dizemos o pior tendo como métrica o interesse popular, como se segue.

Entre as múltiplas presenças brasileiras em Moçambique — a ponto de se poder afirmar, como observa Rossi (2015), que "o Brasil está lá", em referência à extensão e às contradições dessa inserção — destacam-se alguns eixos centrais que orientam as propostas de trabalho entre as instituições envolvidas na missão científica aqui relatada. Esses eixos sintetizam, de forma expressiva, as tensões e contradições existentes entre as demandas populares moçambicanas e as diferentes formas de presença brasileira no

país. São eles: turismo, território e autodeterminação da existência. Desdobram-se, ainda, em temas mais específicos, como mineração, educação, gênero, alimentação e saúde, separados meramente por questões didático-metodológicas, compondo a totalidade indissociável do ser social.

Partindo desses eixos, basta assinalar três representações da presença brasileira para entendermos o nível do descompasso entre as demandas e necessidades populares moçambicanas e as ações brasileiras. A mais direta é certamente a forma como a mineradora Vale entrou e organizou seus negócios, deixando um legado de reassentamentos compulsórios, desagregação social, interdição cultural, impactos ambientais negativos, contrapartidas sociais pífias e, finalmente, sua retirada recente em meio a tamanho desajuste (Frei, 2017).

A segunda e talvez a mais temerosa do ponto de vista ambiental é a que podemos chamar de representação produtiva, da qual a chegada da Embrapa com seu "pacote tecnológico" do agronegócio e a compra de cervejarias nacionais pela empresa Anheuser-Busch InBev (formada em 2004 por meio da fusão da belga Interbrew e da brasileira Ambev, atualmente de capital transnacional sediada na Bélgica) são sintomáticas. Estas, aliadas aos efeitos do modelo minerário, são incompatíveis, como já indicado (Melo; Oliveira; Barbosa Jr., 2018), com as pretensões moçambicanas de que o turismo seja vetor de crescimento econômico e desenvolvimento social.

A terceira incorpora níveis de contradições muito difíceis de mensurar. A religiosidade demonstra a presença brasileira particularmente por meio das duas principais igrejas neopentecostais: Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus. Como já foi dito (Melo, 2018), a bancada evangélica no Brasil, capitaneada por essas duas igrejas, é hegemonizada por um programa que é antipopular e intolerante com a diversidade existencial, do qual, para os propósitos deste texto, importa destacar a atualização

da desumanização da população negra e de sua cultura. Assim como acontece com a população quilombola brasileira, também as tradições das comunidades moçambicanas são apontadas por líderes religiosos como pecaminosas, atrasadas e ofensivas aos valores cristãos. O crescimento de conversões ao cristianismo neopentecostal assinala uma disputa por hegemonia de concepções de mundo que se expressa, por exemplo, no controle de meios de comunicação, dando o tom das atuais correlações de forças que apontam para lados, por vezes, opostos.

Diferentemente dessa cruzada religiosa e econômica contra as culturas moçambicanas, a missão científica em tela se organizou no seio das pretensões de cumplicidade e solidariedade internacional que alinhavam as relações entre os países do Sul Global na perspectiva de consolidar um cenário geopolítico calcado em outra divisão internacional do trabalho, que respeite a soberania desses países e cesse a expropriação neocolonial que colore as dinâmicas atuais de reprodução ampliada do capital transnacional.

Organizada pela Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita), a missão científica foi nomeada "Colóquio Internacional Desenvolvimento e Determinações Territoriais no Sul Global" e realizada entre os dias 17 de junho e 2 de julho de 2024 (Figura 1). Foi dividida em dois grandes momentos: o primeiro, no norte do país, com trocas e diálogos de saberes com a Universidade Rovuma (UniRovuma), e o segundo, no sul, com construções e experiências acadêmicas com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Figura 1 – Cartaz de divulgação da Missão Científica Brasil-Moçambique, 2024



Fonte: Reescrita, 2024.

Em ambos os momentos compartilhamos experiências e saberes com as comunidades acadêmicas e trabalhos de campo em diálogo com as comunidades, focando nos eixos que estruturaram a missão científica. Foram seis instituições de ensino participantes: Universidade de Brasília (UnB), Instituto Federal de Goiás (IFG), campus Águas Lindas, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina, Universidade de Santiago de Compostela

(USC), Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Universidade Rovuma (UniRovuma). Destaca-se também o Sistema Único de Assistência Social (Suas), representado pela assistente social do município de Senador Canedo-GO. A missão contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UEG, por meio da PrP/UEG. Fez parte do plano de trabalho de pesquisa de pós-doutorado selecionado na chamada CNPq 14/23 – Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação.

A missão retoma as cooperações que foram, presencialmente, paralisadas em decorrência da pandemia de Covid-19. Longe do "conto da sereia", que ganhou forma ainda durante a emergência sanitária, não há indícios de que vivemos um novo normal. É a velha lógica imperialista que segue dando o tom das relações. Podemos dizer que as questões suscitadas pela missão descortinam a persistência e a atualização da sociabilidade própria, e perversa, do modo de produção capitalista, incluindo seus rebatimentos e a incorporação ao discurso religioso que nega as existências negras, como bem demonstrado pelas posições públicas do ex-presidente da República (referente ao período 2019-2022), que é membro da bancada evangélica no Brasil, durante seu mandato.

Os esforços da Reescrita, portanto, após sete anos de seu lançamento em outubro de 2017, na então Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula –, visam catalisar uma gama de ações que propiciem que os desafios comuns se transformem em possibilidades compartilhadas.

INTERNACIONALIZAR A LUTA, INTERNACIONALIZAR A ESPERANÇA

A palavra de ordem dos movimentos sociais (internacionalizar a luta, internacionalizar a esperança) faz muito sentido para a relação Brasil-Moçambique. Encontramos, por exemplo, dona Ana, que nos conduziu e informou em um dos trabalhos de campo em Moçambique e que foi uma das camponesas que participaram da formação na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Este diálogo de experiências e propostas programáticas para a classe trabalhadora tem se revertido em implementações de práticas agroecológicas (Foto 1).

Foto 1 – Trabalho de campo em comunidades rurais costeiras de Inhambane, Moçambique



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Thiago de Melo, 2024.

Imbuídos desse espírito de solidariedade, ao longo de pouco mais de duas semanas, construímos memorandos de entendimento e esforços de cooperação com pesquisadores e universidades moçambicanas (Foto 2) que estão sendo

encaminhados administrativamente para fortalecer as ações, respaldando-as com a institucionalização das dinâmicas de internacionalização.

Os dados empíricos e os diálogos de saberes sistematizados resultaram na elaboração deste livro, com capítulos que resgatam e documentam o histórico da parceria Brasil–Moçambique construído pela equipe, em articulação com a colaboração de numerosos pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao grupo de pesquisa Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira).

Foto 2 – Mosaico de fotografias da Missão Científica Brasil-Moçambique



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024
Autor: Thiago de Melo e Oscar Namuholopa, 2024

Anote-se a parceria construída para avanço na área da produção e publicação acadêmica, que terá como primeiro passo a realização de oficinas de editoriação pela UEG, bem como de estabelecimento de parcerias de publicações conjuntas entre pesquisadores(as) das instituições envolvidas. Neste último ponto, as propostas apresentadas pelo IFG de Águas Lindas para atender às demandas por cooperação na área da saúde salientam que o

projeto já em curso sobre a relação Brasil-Moçambique terá mais desdobramentos do que foi inicialmente proposto.

Outro encaminhamento que merece ser registrado foi o acordo com a UniRovuma para iniciar uma frente de trabalho do projeto de extensão vinculado à UnB, denominado *Desenvolvimento Rural – Plantando com Nanotecnologia, Colhendo com Turismo*, cujos detalhes podem ser acessados pelo perfil na rede social Instagram (@desenvolvimentorural.unb). O objetivo é construir uma plataforma de trabalho que, em um primeiro momento, incorpore o biofertilizante Arbolina, desenvolvido no Instituto de Química da UnB, e que, a partir do aumento da produção por área, impulsione a produção de alimentos saudáveis sob a perspectiva agroecológica. Em um segundo momento, busca-se vincular essa produção aos equipamentos e às experiências turísticas, incluindo o beneficiamento dos produtos, o intercâmbio de receitas, a construção de feiras e outras possibilidades de circuitos curtos de comercialização, promovendo saúde, bem como a geração de emprego e renda.

Por fim, as instituições seguirão adensando seu compromisso mútuo pautado na soberania popular e na solidariedade internacional para que seja possível esperançar por um futuro de equidades e anticapitalista, no qual as populações não tenham que ser submetidas às sobredeterminações orientadas pela lógica concorrencial do lucro (Marx, 2013) que colocam efetivamente suas vidas em risco (Foto 3), o que infelizmente fez com que presenciássemos um atropelamento fatal em um dos trabalhos de campo no norte de Moçambique. Por isso, além de apostar no prosseguimento dos intercâmbios, está em construção um curso de especialização em turismo e transporte (UnB-UniRovuma) que permita compreender a dimensão dos desafios na mobilidade e avançar na segurança dessa dimensão fundamental para as populações locais e para as visitações.

Foto 3 – Mosaico de fotografias da Missão Científica Brasil-Moçambique, com ilustrações das condições de transporte e do cotidiano de cidades moçambicanas como Nampula



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Thiago de Melo, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a Missão Científica Brasil-Moçambique foi essencial para lograrmos retomar ações presenciais conjuntas entre os dois países, no âmbito das relações desenvolvidas ao longo dos últimos anos pelos sujeitos coletivos que integraram a missão, bem como incorporar novas articulações. Os encaminhamentos elencados (ressaltados por sua centralidade para a proposta) indicam que a retomada das ações presenciais certamente incorporará novos elementos, expandindo o campo de atuação e absorvendo novos eixos que envolvem experiências de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e moçambicanos.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de pós-doutorado concedida ao primeiro autor, que permitiu realizar o plano de trabalho proposto, do qual este trabalho de campo faz parte. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelos recursos concedidos através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico; e ao CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) concedida ao professor Ricardo Assis Gonçalves. Finalmente, o professor Ricardo Assis Gonçalves agradece à Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelos recursos concedidos através do Pró-Programas.

REFERÊNCIAS

FREI, V. V. F. *No país do mano muça, eu sou carvão:* implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – UFG, Goiânia, 2017.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeções da população 2017-2050.* Disponível em: https://mozambique.opendataforafrica.org/. Acesso: 22 set. 2024.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MELO, T. S.; OLIVEIRA, A. R.; BARBOSA JUNIOR, R. Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique: da (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular. *Revista da Anpege*, v. 14, p. 83-114, 2018.

NASCIMENTO, E. L. (org.). *A matriz africana no mundo.* São Paulo: Selo Negro, 2008.

NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas:* relatório do III Seminário. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA) – UEM, 2012. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/laliafro/PDF/Ngunga,%20Armindo%20Padronizacao%20ortografica%20-%203nd%20correcao.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

ROSSI, A. *Moçambique, o Brasil é aqui.* Rio de Janeiro: Record, 2015.

Capítulo 4

SOLIDARIEDADE BRASIL E MOÇAMBIQUE

Troca e relato de experiências

Daisy Caetano
Carla Adriana Oliveira Silva

A relação entre Brasil e Moçambique é a materialização da irmandade e solidariedade de povos e territórios que passaram por uma história violenta de colonização portuguesa, bem como de países que hoje estão, na organização geopolítica, no Sul Global. Cientes de que os países do Sul Global são estigmatizados como atrasados, menos tecnológicos e dependentes daqueles países que compõem o Norte Global, nada mais bonito que o apoio e a cooperação chamada Sul-Sul, em que nós dos países do Sul Global nos ajudamos.

Brasil e Moçambique apresentam elementos que os distanciam e tantos outros que os aproximam, e saber disso nos ajuda a pensar em intercâmbios que sejam de movimentação recíproca e interessantes para ambos.

Da nossa perspectiva, não nos interessa que o Brasil, tendo mais elementos de força financeira e tecnológica, possa cavar qualquer espécie de neocolonização ou buscar prêmios por caridade. Aqui falamos de intercâmbio e solidariedade entre povos e territórios. Na nossa caminhada buscamos aproximação, enquanto Brasil, com Moçambique, para que possamos efetivar intercâmbios que têm ocorrido de diversas formas.

CONSTRUINDO LAÇOS

De nosso lado, essa aproximação se inicia na convivência com estudantes moçambicanos de mestrado e doutorado e se efetiva em 2016 quando passamos a compor o projeto "Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro às savanas em Inhambane/Moçambique". Esse projeto foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Brasil) em um edital específico da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Do lado moçambicano, o projeto foi coordenado pelo Prof. Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo, da Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Inhambane (UEM-ESTHI). Do lado brasileiro, o projeto foi coordenado pelo professor Eguimar Felício Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambientais (UFG-Iesa).

Naquele ano realizamos uma missão científica que percorreu o sul moçambicano, conhecendo um pouco do território das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, com atividades na Universidade Pedagógica e Universidade Eduardo Mondlane. Na ocasião também tivemos a oportunidade de realizar trabalhos de campo na cidade de Maputo, na cidade de Inhambane e Tofo. Participamos de eventos científicos, visitamos feiras com diversas características, associações de camponeses e suas machambas, praias e equipamentos turísticos.

Em 2018, em atividades do mesmo projeto, foi realizado doutorado-sanduíche na UEM-ESTHI. Essa experiência foi mais profunda que a anterior por ter se passado de forma individual no território. Houve a oferta, por nossa parte, da disciplina Sociologia do Turismo para as turmas dos cursos de graduação na área de Turismo. Foi feito um trabalho de assessoria e acompanhamento do Movimento Moçambicano de Mulheres Rurais (MMMR).

Acompanhamos as atividades da União dos Camponeses da Cidade de Inhambane (UCCI), vinculada à União Nacional dos Camponeses (Unac), movimento que organiza camponeses em todo o país e que tem inspiração na Via Campesina, que articula organizações camponesas internacionalmente. Tivemos a oportunidade de ministrar uma palestra para camponeses com temática de gênero e agricultura a convite da organização não governamental espanhola "Arquitetos sem fronteiras".

Foram desenvolvidos diversos trabalhos de campo em associações camponesas de produção agrícola com aplicação de questionários referentes a pesquisas da Universidade e em equipamentos turísticos na província de Inhambane. Organizamos dois eventos científicos na Universidade naquele ano, sendo que um ocorreu durante uma missão científica brasileira, ocasião em que realizamos exposição fotográfica de trabalhos com as camponesas da UCCI e do MMMR e uma oficina sobre solidariedade de gênero. Ministramos ainda um curso de extensão intitulado "Sociologia e Feminismo" com duração de dois meses e certificação para as mulheres participantes, sendo que contamos com a participação de universitárias e mulheres da comunidade.

Apresentamos esta relação sólida com Moçambique para que fique explicada a razão que motivou a execução de um novo projeto em 2022, do qual iremos falar mais cuidadosamente a partir deste ponto. Propusemos alimentar as parcerias estabelecidas nas províncias de Maputo, Inhambane e Nampula em Moçambique para trocar experiências diversas, mas também sobre as questões étnico-raciais nos dois países.

TECENDO A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Atuando em Águas Lindas de Goiás-GO, município goiano situado no chamado entorno do Distrito Federal (DF), resolvemos trazer junto ao debate étnico-racial a troca de experiências com

pessoas que fazem parte desse país irmão, deste continente que marca nossa existência e nossa resistência no Brasil. Em 2022, participamos do Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa – Proapp/IFG, que foi um Edital de apoio às pesquisas sobre a promoção da Equidade Étnico-racial – Edital n. 22/2022-PROPPG, de 29 de junho de 2022, com o projeto "Trocar experiências para tecer a igualdade étnico-racial: um intercâmbio Brasil – Moçambique", que foi aprovado para execução de pesquisa e extensão. Esse projeto pretendeu se efetivar pelo intercâmbio de experiências sobre questões étnico-raciais entre pessoas de Moçambique e Brasil, com diferentes atuações em seus territórios.

Realizamos ações qualitativas na modalidade de pesquisa ação (Severino, 2010), com revisão bibliográfica sobre a história da colonização portuguesa de Brasil e Moçambique, com destaque para o fato de que houve tráfico e escravização de pessoas africanas e seus descendentes no Brasil. Também estudamos sobre as questões étnico-raciais no Brasil e o racismo existente no país. E, por fim, fizemos as atividades de intercâmbio com os moçambicanos e moçambicanas que receberam convite para participar do projeto gravando vídeos com seus relatos e/ou questionamentos. Essas atividades geraram análises comparativas sobre as questões étnico-raciais entre os dois países.

Realizamos pesquisa e extensão ao ouvir e dialogar com professores e professoras das Universidades, estudantes, trabalhadores da cadeia produtiva do turismo, mulheres camponesas, ativistas sociais e extensionistas para entender semelhanças e diferenças na busca pela igualdade étnico-racial nos dois países. Além disso, trazer experiências e dar visibilidade para pessoas negras, tanto de Moçambique quanto de Águas Lindas, é importante para o fortalecimento desses grupos e da consequente promoção da igualdade étnico-racial.

Dessa forma, contribuímos para a internacionalização das discussões acadêmicas e ao mesmo tempo fortalecemos o diálogo

e a irmandade entre os países. Assim, ao materializar o projeto, realizamos intercâmbio de experiências pessoais e acadêmicas, sobre questões étnico-raciais entre pesquisadores/as, ativistas e camponeses/as de Moçambique e Brasil, além de promover o estudo sobre essas questões étnico-raciais no Brasil. Um importante desdobramento desse projeto foi a fundação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena Leodegária de Jesus no IFG *campus* Águas Lindas, que se estabeleceu logo após a finalização do projeto Brasil-Moçambique, como mais um espaço antirracista que também atuará no desenvolvimento de ações no *campus* Águas Lindas.

A interação entre as culturas brasileira e moçambicana remonta às origens brasileiras com seu povo negro advindo da África. Mas há diferenças significativas na promoção da igualdade nos dois países. Os marcadores sociais da diferença atuam com maior ou menor intensidade em cada cultura. No entanto, devido ao fato de terem sido colonizados pelo mesmo país europeu, Portugal, há também marcas sociais de semelhanças entre os dois países, a começar pela língua oficial, o que facilitou a execução desse projeto.

A ação institucional de estimular ações para a igualdade étnico-racial vai ao encontro da necessidade social de garantir a igualdade entre todas as pessoas e da previsão constitucional proclamada pela atual Carta Magna, de 1988, em seu artigo 5º, além da promulgação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010. Enquanto instituição educacional, essa responsabilidade é reforçada pela possibilidade de lançar mão do tripé ensino-pesquisa-extensão para contribuir para uma sociedade em que as diferenças não se tornem desigualdades. Afinal, as características étnico-raciais demarcam diferenças, quais sejam, fenotípicas e/ou culturais, que não podem imprimir juízo depreciativo de forma a gerar desigualdades de quaisquer formas.

A Constituição Federal do Brasil (1988) refuta o racismo quando assevera, entre os Direitos Fundamentais, que as pessoas residentes neste país são iguais em direitos. Ademais, o Brasil é

signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que também reforça que todas as pessoas são dignas dos mesmos direitos. Contudo, a história de construção do Brasil atual, pós-chegada dos europeus, é marcada pela colonização, exploração, tortura e escravização dos povos não europeus, sobretudo indígenas e africanos e seus descendentes. Esta pretensa subalternização marcada pela diferença étnica se arrasta até o momento presente. As características fenotípicas de uma pessoa no Brasil, com destaque para a cor da pele, são marcadores sociais da diferença que culminam em práticas racistas e discriminatórias (Garcia; Moraes, 2010).

Para eliminar mitos que visam perpetuar a desigualdade e a injustiça tomando as questões étnico-raciais como justificativa, precisamos atuar constantemente rememorando a formação territorial e social do Brasil. Essa formação tem raízes indígenas e negras. Por isso, a Lei n. 10.639/2003, fruto de luta do movimento negro, torna obrigatório "o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil". Estudar a história africana ajuda a população brasileira a reconhecer suas origens e contribui também para alargar os horizontes sobre a cultura e a organização social africana, que vai muito além da escravização e que também auxilia a entender a África e os países africanos de hoje.

Para pensar a estrutura das relações étnico-raciais, recomendamos o estudo de Garcia e Moraes (2010), bem como os trabalhos de Florestan Fernandes (2017), Nascimento (2003), Silva (2009) e Moura (2009). Entendendo a importância de abordar as diferenças e trazer elementos de gênero e classe, os estudos de Ângela Davis (2017a; 2017b), Bell Hooks (2015) e Parks (2020) foram de grande valia. Para nos aproximar da realidade africana atual, o livro de Rossi (2015) ajudou a compreender as semelhanças existentes

entre Brasil e Moçambique. Ao mesmo tempo, o trabalho de Melo (2018) apresentou contribuição na leitura geopolítica das relações Brasil e Moçambique.

Os países que cercam Moçambique, no sul do continente africano, também sofreram com a colonização europeia. No entanto, ao contrário dos vizinhos que foram colônias inglesas, este país foi colônia de Portugal, assim como o Brasil. Isso garante características semelhantes aos dois países, a começar pelo fato de a língua portuguesa ser a oficial. Essa condição proporciona a fácil comunicação entre pessoas dos dois países, o que foi um ponto favorável para a aproximação acadêmica relatada e a realização deste projeto.

Para a execução do projeto, foi fundamental a nossa parceria com a Comissão Permanente de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (CPPIR) do Instituto Federal de Goiás – *campus* Águas Lindas. A CPPIR surgiu em 2014 como um espaço institucional, incentivado pela luta de pessoas antirracistas da instituição que, em júbilo pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, movimentaram a instituição (Carvalho, 2025). O funcionamento se deu a partir de 2014 com uma composição provisória que caminhou pelos *campi* e em 2016 foram formadas as comissões central, da reitoria e de todos os *campi* com pessoas eleitas.

A CPPIR tem por objetivo instigar, formular, coordenar, articular e acompanhar a efetivação das políticas e diretrizes institucionais para a promoção da igualdade étnico-racial e defesa dos direitos humanos no IFG. A Comissão atua de forma integrada entre a comunidade acadêmico-escolar e a população do município, tendo os seus representantes eleitos democraticamente (docentes, técnicos administrativos em educação, discentes e comunidade externa). Ao longo dos últimos dez anos, a CPPIR tem se consolidado como um espaço fundamental de debate e reflexão sobre as pautas afro-brasileiras e indígenas, estando presente, ocupando e movimentando o espaço físico do *campus* em prol de atividades

que dialoguem com seus objetivos. Assim, as ações envolvendo este projeto fortaleceram ainda mais esta Comissão.

Conforme a contagem de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Águas Lindas de Goiás possui 225.693 habitantes e é o quarto município mais populoso do Estado de Goiás-GO, ficando atrás apenas de Goiânia (1.437.366), Aparecida de Goiânia (527.796) e Anápolis (398.869), localizando-se imediatamente no Entorno do Distrito Federal e compondo a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). Como os demais que são limítrofes ao Distrito Federal, Águas Lindas possui população composta majoritariamente por famílias negras, migrantes e em vulnerabilidade social (Mello, 2009). O município também é estigmatizado devido aos índices de violência. Portanto, as ações de pesquisa e extensão, assim como as atividades desenvolvidas pela CPPIR, que combatem o racismo e exaltam as características da população negra, são fundamentais para a população local, sendo perceptível quando observamos o grande envolvimento estudantil nas ações e de membros da comunidade externa ao IFG com as atividades da CPPIR. Isso ocorre porque há uma identificação com as pautas étnico-raciais e com as vivências racistas da cidade, que os atravessam.

Sabemos que as formas de racismo existentes no Brasil são diferentes daquelas estabelecidas em Moçambique, sendo que outros marcadores sociais de diferença podem ser mais presentes no cotidiano. Ao mesmo tempo, é importante o exercício da escuta e do conhecimento sobre a África, que guarda muito sobre as origens do povo brasileiro em suas práticas culturais e características fenotípicas. Portanto, em meio ao estudo e problematizações, foram iniciadas as ações do projeto, com ação em sábados letivos, atividades de música, dança, poesia e partilha de alimentos produzidos por mulheres camponesas moradoras de assentamento de reforma agrária. Foi também realizada atividade acerca da religiosidade de matriz africana com objetivo de combater o racismo religioso.

O Encontro de Culturas Negras é um evento institucional do IFG que em 2023 teve a sua 5ª edição, sendo um momento importantíssimo para o aprofundamento dos debates sobre as pautas étnico-raciais no âmbito do IFG, e também para socialização das pesquisas e projetos que vêm sendo desenvolvidos nos 14 *campi* que estão espalhados pelo estado de Goiás. Neste ano, o *campus* Águas Lindas pôde levar 30 pessoas, entre estudantes, técnicos administrativos em educação e docentes, que participaram do evento trajando as camisetas que foram confeccionadas durante a execução do projeto "Brasil-Moçambique", em parceria com a CPPIR, compartilhando, de tal forma, um pouco deste projeto que foi pensado e executado pela comunidade de Águas Lindas, nesse intercâmbio com pessoas de Moçambique.

Já em 2024, executamos uma nova missão em Moçambique com atividades, durante o mês de junho, realizadas na Universidade Rovuma, na cidade de Nampula, localizada no norte do país. Ademais, fizemos um trabalho de campo, durante o qual viajamos de ônibus do sul ao norte do país. Durante as atividades da missão foi possível fortalecer as relações institucionais internacionais e criar oportunidades vindouras de colaborações e termos de cooperação interinstitucionais.

Em 2024, durante trabalho de campo, foi possível dialogar com moçambicanos e moçambicanas e realizar novas observações. Como citamos acima, foi possível gravar vídeos com pessoas de Moçambique, para que pudéssemos compartilhar essas experiências no Brasil. Foi uma troca muito rica tanto para os participantes brasileiros como para os moçambicanos, que puderam fazer perguntas sobre curiosidades que tinham sobre a rotina acadêmica e vivências em cada um dos países, propiciando assim um intercâmbio cultural e virtual, muito formativo, tanto para os que participaram gravando os vídeos perguntando, ou respondendo as perguntas, como para aqueles que puderam assistir ao documentário produzido após a sistematização das gravações.

Foi produzido um documentário com o material gravado, que foi exibido na X Secitec – Semana de Educação, Ciência e Tecnologia. Na oportunidade, realizamos uma mesa-redonda com integrantes da CPPIR e da banca de heteroidentificação do *campus* para tratar de assuntos étnico-raciais, contextualizar o projeto e apresentar o vídeo. Em seguida, ocorreu um momento de partilha de alimentos de origem moçambicana: matapa, frango à zambeziana e doce de mandioca. Durante o 6º Encontro de Culturas Negras – O começo, o meio e o começo: Resistência e Ancestralidade –, que ocorreu de 12 a 14 de dezembro de 2024, em Uruaçu, Goiás, tivemos a oportunidade de apresentar o projeto e suas ações na mesa-redonda "Antirracismo em Ação".

Para marcar o encerramento do projeto em 2025, realizamos um Trabalho de Campo "Roteiro Afro-Brasileiro e Indígena no Distrito Federal", durante o qual visitamos alguns pontos da cidade que trazem uma relação com a ancestralidade africana e indígena na capital. Os locais visitados foram o Memorial dos Povos Indígenas, o Centro de Convivência Negra na Universidade de Brasília (UnB), a Praça dos Orixás e a Praça Zumbi dos Palmares. A visita técnica foi finalizada na Asa Norte, em frente a uma árvore conhecida como "Baobá", que é uma árvore de origem africana e símbolo de ancestralidade e sabedoria. Esse momento foi uma forma especial de encerrar essa trajetória de imersão na cultura africana, proporcionando uma experiência concreta com símbolos dessas culturas.

Ainda em 2025 foi criado o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e de Gênero (Neabi) Leodegária de Jesus, o que era um resultado esperado do desenvolvimento do projeto. Este Neabi conta com a participação de docentes, estudantes e técnicos administrativos em educação do IFG, *campus* Águas Lindas e Reitoria e de outras instituições, como a UnB, UFG e Universidade Federal do Tocantins (UFT). O grupo já está cadastrado no Diretório de Grupo de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com duas linhas de pesquisa.

MOÇAMBIQUE É TERRA IRMÃ DO BRASIL

> Moçambique carrega suor e alegria, carrega trabalho, muito trabalho, danças e cores / Ah, isso não é o Brasil?/ Um passado marcado pela invasão portuguesa / Uma língua chamada portuguesa para nos comunicar oficialmente / Maus tratos a quem na terra vivia e trabalhava / Genocídio, catequização, escravização, pilhagem, barbárie / Ah, isso não é o Brasil?/ Gente da gente, pele parda, pele preta, racismo, machismo, lgbtqifobia, capacitismo / Muitas culturas, histórias apagadas / Sul, Sul Global, globalização, Pacote tecnológico, savanas degradadas, fome / Ah, isso não é o Brasil? / Lindas praias, deliciosas comidas, boa prosa, boa gente Extorsão no turismo, chorar no preço, gostar do que é de borla / Brasil – Moçambique / Olhar para a negritude brasileira e para a negritude moçambicana compreendendo as nossas histórias, nossas aproximações e diferenças / Nos acolher, nos respeitar, solidariedade, irmandade!

Por fim, agradecemos a todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento do projeto e reafirmamos nosso compromisso com uma colaboração saudável entre Brasil e Moçambique, que não reforce estereótipos, que seja sincera e acolhedora e que, a exemplo do que escrevemos em Sebastiano de Melo *et al*. (2024), tenha uma ação pautada nos desafios (comuns) e oportunidades (compartilhadas).

REFERÊNCIAS

ARGEL, L. *Audiodocumentário Samba de Guerrilha*. 16 fev. 2021. 1 vídeo. (44min46seg). Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0FmMZ10XKKQ. Acesso em: 25 ago. 2022.

CARVALHO, M. S. de. *Enegrecer, descolonizar e emancipar:* uma análise das práticas das Comissões Permanentes de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) no âmbito do Instituto Federal de Goiás. 2024. 275 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiás, Anápolis, 2025.

DAVIS, Â. *Mulheres, cultura e política*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

DAVIS, Â. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, co-edição Editora Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA, R. R.; PIOVESAN, F.; ROSTON, A. *et al*., *Trabalho escravo:* condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Fazenda Brasil Verde. Brasília: Conatrae, 2017.

GARCIA, A. F.; MORAES, C., C. C. P. *Introdução conceitual para ERER:* curso de educação para as relações etnicorraciais. 1. Goiânia: UFG/Ciar: Funape, 2010. v. 1 (Material Pedagógico).

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.16, p.193-210, jan./abr. 2015.

MELO, T. S. *Solvitur ambulando:* uma viagem rumo à autodeterminação popular. Análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como componentes da metanarrativa capitalista. 2018. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MELLO, M de. *Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (des)encontro da racionalidade com a irracionalidade*. 204 f. Tese (Doutorado em Ciencias Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MOURA, C. Prefácio. In: SILVA, M. J. *Racismo a brasileira:* raízes históricas – um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4ª ed. Ver. Amp. e atualizada. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

PARKS, L. Mesa: a mulher negra, os feminismos e os desafios estruturais. In: I *Seminário Internacional Gêneros e Interdisciplinaridades: A Práxis da Interseccionalidade na Contemporaneidade*, 2020, Brasília. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8q0RtYHHuIw. Acesso em: 29 mar. 2022.

ROSSI, A. *Moçambique, o Brasil é aqui*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SEBASTIANO DE MELO, T.; CAETANO, D. L. do N. S.; GONÇALVES, R. J. de A. F.; FREI, V. V. M.; MACARINGUE, E. J. Moçambique-Brasil: desafios (comuns) e oportunidades (compartilhadas). *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, 6(02), 708-717, 2024.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. J. *Racismo a brasileira:* raízes históricas – um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4ª ed. Ver. Amp. e atualizada. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

Capítulo 5

CARTAS DE JOVENS ESTUDANTES DO BRASIL E DE MOÇAMBIQUE[1]

Afetos, memórias e histórias atravessando oceanos

Valéria Correia Lourenço
Rita Alberto Ávila

> O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada de preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas (Munanga, 2005, p. 16).

O texto a seguir, um exercício de escrita a quatro mãos, é um relato de experiência de duas professoras negras de Língua Portuguesa, Rita Alberto Ávila, moçambicana, natural de Inhambane, e Valéria Correia Lourenço, brasileira, nascida no Rio de Janeiro, que, em 2018, tiveram a ideia de realizar um projeto em que estudantes do ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Crateús, localizado no sertão cearense, Brasil, e do Instituto Industrial e Comercial

1 As características da grafia da língua portuguesa utilizada em Moçambique foram mantidas nas cartas citadas neste capítulo, com o propósito de preservar sua redação original.

Eduardo Mondlane de Inhambane (IICEMI), localizado em Moçambique, trocariam cartas.

Enquanto eu, Valéria Correia Lourenço, estava do lado de cá do Atlântico, no Brasil, atuando como professora em uma instituição pública federal no sertão do Ceará, Rita Alberto Ávila estava lá, em Inhambane, banhada pelo Índico, no sul de Moçambique. Mas esse mar, que, por tanto tempo foi memória de dor e separação para corpos negros escravizados estava agora a unir histórias, memórias e afetos, nossos e de nossos(as) estudantes.

Optamos por dividir o texto em algumas seções. Inicialmente, iremos compartilhar como nasceu a ideia do projeto intitulado "Afetos, história e memórias cruzando oceanos: narrativas de estudantes do Brasil e de Moçambique" e, em seguida, traremos reflexões sobre os gêneros textuais em diálogo com uma educação antirracista e, na última parte, compartilharemos algumas cartas dos(as) estudantes que participaram desse processo. Destacamos que todos(as) alunos(as) autorizaram que esse material fosse utilizado e concordaram com a citação de seus nomes reais.

Compreendendo que "o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais" (Almeida, 2019, p. 63), percebemos que a escola não está isenta de práticas racistas. No entanto, é também nesse espaço, mas não só, que, por vezes, práticas e histórias racistas podem ser repensadas e/ou desconstruídas. Com essa ideia, no ano de 2018, recém-ingressada como professora do Ensino Básico técnico e tecnológico do IFCE, *campus* Crateús, diante de uma turma com cerca de trinta estudantes de Ensino Médio técnico em Química, abriu-me a possibilidade de discutirmos sobre qual representação da África era acionada ao nos referirmos a esse continente tão próximo culturalmente do Brasil, mas tão distante geograficamente e imaginariamente. Afinal, o Brasil é forjado sobre um racismo que estrutura toda a nossa

sociedade (Almeida, 2019), o que faz com que sempre tenhamos uma história única sobre a África.

Dentre algumas ideias iniciais, a troca de cartas entre estudantes foi a que se mostrou mais pertinente. Afinal, além de trabalhar a língua portuguesa, seria um momento em que os(as) estudantes mesmos(as) construiriam suas narrativas sobre o território que eles habitam, além de falar sobre seus gostos, saberes e fazeres. Com isso, pensei que seria uma oportunidade para que tanto os(as) jovens brasileiros(as) quanto os(as) moçambicanos(as) pudessem se reconhecer em atividades comuns como gostos musicais, livros, filmes e séries. Pronto! Ideia definida. Precisava de algum(a) docente moçambicano(a) que estivesse disponível para levar esse projeto adiante comigo do outro lado dos oceanos Atlântico e Índico.

Entrei em contato com Nerito Aminde, um amigo moçambicano, hoje professor do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), *campus* Angra dos Reis, que conheci no Rio de Janeiro em 2012. Falei com ele sobre o projeto que estava idealizando e solicitei a indicação de professores(as) de Moçambique que pudessem me ajudar neste plano. Nerito prontamente me indicou o nome de três pessoas que ele conhecia, mas somente a professora Rita Alberto Ávila, natural de Inhambane, Moçambique, me respondeu e se mostrou muito animada em fazer comigo este projeto. Conexão estabelecida e ali iniciamos a nossa troca de mensagens sobre como conduziríamos nossas aulas a partir daquele momento para acolher a ideia que agora ganhava forma.

De minha parte, Rita Alberto Ávila, por meio de Nerito Aminde, que se encontrava no Brasil em formação, conheci a professora Valéria Correia Lourenço. Nerito havia ligado para Gracinda, uma amiga e formadora do Instituto Superior Dom Bosco, que me conhecia, e ela falou-me da possibilidade de uma troca de experiência com uma professora brasileira. Em seguida, ligou-me com o Nerito, que prontamente me conectou com Valéria,

e logo começamos a troca de mensagens e o planejamento de nossas atividades.

Reescrevemos o projeto juntas e delineamos a metodologia de trabalho. Valéria falou da possibilidade de enviar as cartas por serviço postal, mas eu disse que seria caro e demorado. Assim, decidimos que as cartas seriam enviadas por *e-mail* para garantir uma entrega quase instantânea e, assim, conseguiríamos cumprir o cronograma. Também ficou acordado que os(as) primeiros(as) a enviar os textos seriam os(as) estudantes brasileiros(as) e nós escreveríamos uma remessa de respostas àquelas cartas. Mas o que os(as) adolescentes escreveriam nas cartas? Decidimos que iríamos começar explorando teoricamente os gêneros textuais, depois, com maior profundidade, o gênero textual carta e, por fim, elaboraríamos um modelo de carta que os(as) estudantes deveriam seguir.

No Brasil, optei por ministrar algumas aulas introdutórias sobre o continente africano, e sobre Moçambique. Trouxe músicas, filmes, literaturas e imagens para que os(as) alunos(as) fossem se aproximando daquelas culturas. Como em Moçambique há uma entrada massiva de televisões brasileiras, como a Globo e a Record e os(as) moçambicanos(as) têm a vida cotidiana atravessada por músicas, novelas e memes brasileiros, essa apresentação sobre o Brasil não era tão necessária em Inhambane, o que mostra o quanto o racismo marca tanto a sociedade brasileira a ponto de desconhecermos informações básicas sobre países que compõem o continente africano. Com isso, dificilmente um(a) brasileiro(a) vai saber dizer o nome de um cantor ou artista moçambicano, enquanto o contrário não é verdadeiro. Nesse sentido, essas aulas iniciais sobre a África, Moçambique e Inhambane foram essenciais para minhas turmas no Brasil.

No IFCE *campus* Crateús, o projeto ainda envolveu cinco alunos de Graduação em Letras do Instituto: Antônio Anderson Silva, Antônio Wadan, Jhonhantan Gabriel e Léia Rodrigues – que revisaram os textos dos nossos estudantes – e Neila Marques

– uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) que, além de auxiliar um estudante surdo, também participou como escritora de uma das cartas. Além disso, tivemos o apoio do professor Marcelo Araújo Lima, da área de Informática, que foi o responsável por auxiliar os(as) discentes na transposição do texto manuscrito para a tela do computador. Durante as aulas no Ensino Médio, houve um exercício de escrita e Reescrita constante das cartas com a revisão e as sugestões que os(as) graduandos(as) faziam.

A escolha pelo gênero textual carta foi intencional. Com um caráter um tanto mais intimista, vislumbramos a possibilidade de aproximação entre jovens estudantes de continentes tão distantes geograficamente, mas tão próximos culturalmente. Assim, além de os(as) discentes poderem compreender a escrita enquanto um processo que requer a prática – escrita, revisão, Reescrita –, a produção textual das cartas permitiu que eles(as) se apropriassem das narrativas autobiográficas, com todos os aspectos positivos e negativos que podemos encontrar nesse gênero textual.

Mais do que um simples exercício de Língua Portuguesa, os(as) estudantes tiveram a oportunidade de narrar as suas histórias e apresentar a comunidade em que estavam inseridos(as), além de se autorrepresentarem. Tal atividade pode ser lida como um processo de protagonismo ao trazer cada um(a) deles(as) como autores(as) de suas histórias.

Um dos momentos emblemáticos dessa introdução sobre a África, Moçambique e Inhambane foi quando levei uma cartolina para a aula, posicionei-a no centro da sala e, sentados(as) em roda, solicitei que cada estudante escrevesse ali que imagens eles mobilizavam quando eu falava na África. Surgiram palavras como *savana*, *alegria*, *cores*, mas também *fome*, *miséria* e *seca*. Ao falar de Inhambane, ao contrário do sertão, que enfrentava um período longo de seca devido à pouquíssima chuva e à distância em relação ao mar, os(as) estudantes do IFCE ficaram surpresos(as)

por saber que o lugar era uma província litorânea, com muitas praias lindas. Uma pergunta surgiu: "Professora, e em que língua escreveremos?". Afirmei que, apesar de Moçambique ter mais de 20 etnias, o que acaba compreendendo diversas línguas como o ronga, o macua, o changana, os(as) estudantes escrevem em língua portuguesa, o idioma oficial do país. Tal informação trouxe debates longos sobre o motivo de falarmos somente a língua portuguesa e nenhuma língua indígena ou africana em sala de aula.

Voltando às cartas, a escolha por fornecer um modelo para os(as) estudantes não teve como objetivo cercear a criatividade deles(as) ou suas expressões. Foi somente um cuidado maior, pois tratava-se de estudantes muito jovens, alguns (algumas) menores de idade, e, como no ambiente escolar somos nós as responsáveis por eles(as), optamos por ter zelo. Cabe ressaltar que, dentro dos temas propostos (casa, família, gostos musicais, sonhos e projetos de futuro, leituras e comidas preferidas), eles(as) poderiam ficar à vontade em sua escrita e fabular suas histórias e memórias.

UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ATRAVÉS DOS GÊNEROS TEXTUAIS

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados durante a colonização. Segundo o *slavevoyages.org*, o maior banco de dados do mundo sobre a escravidão, 11,2 milhões de africanos saíram da África e quase cinco milhões de corpos pisaram nesse território. Além disso, ficamos atrás somente do continente africano, da Nigéria especificamente, quando nos referimos ao local do mundo que tem a maior quantidade de negros(as) entre seus habitantes. Somos quase 56% de pessoas negras (pretas e pardas) segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) realizado no país. No entanto, mesmo

com a herança cultural africana tão fortemente marcada em nosso cotidiano, devido à diáspora africana, por vezes, ainda há uma visão estereotipada por parte dos(as) brasileiros(as) no que se refere ao continente africano.

Entretanto, assim como alguns países da África, a cidade de Crateús, localizada no estado do Ceará, Nordeste do Brasil, está inserida em uma região classificada como sertão nordestino e, diante disso, é constantemente representada de forma estereotipada por uma parte da população brasileira. Desse modo, o sertão é, muitas vezes, reconhecido somente sob o critério da falta, assim como a África. Falta de água, de oportunidades, de histórias, de culturas. Entretanto, sabemos que essas são histórias únicas sobre o Nordeste e sobre o continente africano e compreendemos o quanto elas são perigosas.

Segundo a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, em sua famosa palestra *O perigo de uma história única*, transformada em livro no Brasil, "a história única cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história" (Adichie, 2009, *online*). E ela continua: "A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes" (Adichie, 2009, *online*). Ou seja, uma única história tem sido contada sobre Crateús para o restante do Brasil, assim como uma história única sobre a África tem sido constantemente acionada por parte dos(as) brasileiros(as).

Diante desse contexto e sabendo que a escola pode ser um espaço em que histórias podem ser recontadas ou imaginadas, a proposta da escrita de cartas entre estudantes do ensino médio do IFCE *campus* Crateús e IICEMI tinha como objetivo promover um intercâmbio cultural para que o Oceano Atlântico e o Oceano Índico, antes espaços de separação, se tornassem um

elo para ligar dois países tão distantes geograficamente, mas tão próximos culturalmente. Além disso, há o uso da língua que nos une, a Língua Portuguesa, que, apesar de ser falada de modo tão diverso aqui e acolá, e de ter-nos sido imposta pelo colonizador, também nos permitiu uma aproximação de afetos, de histórias, de memórias, mas também de músicas, de literaturas e de textos diversos.

No ano de 2003, por uma demanda do Movimento Negro, que contou com um presidente progressista no poder, Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovada a Lei 10.639, que tornava obrigatório o ensino da história, da cultura e da literatura africana e afro-brasileira em todas as instituições de ensino do país. No ano de 2008, por uma luta dos movimentos indígenas, essa lei foi ampliada e a Lei 11.645 foi implementada, trazendo também o ensino de histórias e culturas indígenas.

Entretanto, ainda hoje, mais de 20 anos após a aprovação da Lei 10.639, e mais de 16 anos após a aprovação da Lei 11.645, muitas escolas ainda não tratam das temáticas preconizadas pela legislação. Nesse sentido, todos(as) saem perdendo como sociedade, afinal, contar a história de africanos, afro-brasileiros e indígenas e visibilizar a colaboração desses grupos em nossa formação intelectual e cultural pode contribuir sobremaneira com uma educação antirracista.

Como professoras de Língua Portuguesa, compreendemos que o debate racial pode transversalizar ainda o ensino de língua, logo, o ensino de gêneros textuais. Afinal, toda língua é ensinada tendo como base os gêneros textuais. Diante dessa dinamicidade dos gêneros textuais e sua relação com a sociedade, o ensino de gênero textual pode servir para ensinar aos(às) estudantes sobre características formais deste ou daquele gênero. No entanto, uma vez dominando a forma de um gênero textual, podemos ousar e trazer diversas temáticas para trabalhá-lo em sala de aula. Nesse sentido, o ensino de gênero textual pode abarcar debates que estão

na ordem do dia de nossa sociedade. E o que são, afinal, gêneros textuais? Para Marcuschi,

> Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. [...] Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, *outdoor*, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante (Marcuschi, 2005, p. 22-23).

De acordo com Luiz Antônio Marcuschi, os gêneros textuais são parte de nosso dia a dia. Para ele, um dos teóricos brasileiros que mais refletiram sobre gêneros textuais, "a língua é tida como uma forma de ação social e histórica que, ao dizer, também constitui a realidade, sem, contudo, cair num subjetivismo ou idealismo ingênuo" (Marcuschi, 2005, p. 22). Afinal, é impossível se mover na e pela linguagem se não for por meio dos gêneros textuais.

Ainda segundo o pesquisador, "os gêneros não são entidades naturais como as borboletas, as pedras, os rios e as estrelas, mas são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Não podemos defini-los mediante certas propriedades que lhes devam ser necessárias e suficientes" (Marcuschi, 2005, p. 30). Se estamos falando de artefatos construídos e reconstruídos na forma, eles também o são no tema. Por exemplo, durante a escravidão no Brasil, era comum o anúncio de venda de seres humanos escravizados como se objetos fossem. Hoje, os classificados não mudaram

tanto quanto à forma, precisamos citar dados básicos para anunciar a venda ou a compra de um objeto: descrição do item, telefone de contato, nome e preço. Desde os anos 2000, com o avanço da internet, o suporte também passou por modificações. Agora, os anúncios são realizados nas redes sociais, em *sites* de internet, mas ainda assim a forma dos classificados não se modificou. Como os gêneros são realizados de acordo com contextos socioculturais, o tema dos anúncios, ou seja, o que pode ou não ser vendido num classificado de jornal passou por transformações. Desse modo, causará espanto e horror se nos depararmos com o anúncio de uma pessoa sendo vendida ou alugada, o que era normal durante a escravidão.

Nesse sentido, entrelaçando ensino de gênero textual e antirracismo, podemos pensar o quanto a escola pode contribuir com esse debate, além de auxiliar na desconstrução de preconceitos e estereótipos acerca de grupos subalternizados. Para Kabengele Munanga, antropólogo nascido no Congo e naturalizado brasileiro, com uma larga experiência em pesquisas sobre o racismo no Brasil, "sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais, carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental" (Munanga, 2005, p. 12). Nesse sentido, cabe aos(às) professores(as) comprometidos(as) com a causa antirracista elaborarem materiais, aulas e estratégias de ensino para desconstruir tais imaginários preconceituosos que pairam no ambiente escolar.

Valendo-nos dos artigos 215 e 216 da *Constituição Federal* de 1988, que tratam da cultura e da valorização das manifestações culturais do país, incluindo modos de fazer, criar e viver, que contribuem com nossa identidade, podemos pensar no quanto esse diálogo Brasil e Moçambique possibilitou a esses(as) alunos(as) envolvidos nessa atividade um olhar mais amplo sobre a herança

cultural africana, por vezes relegada a um segundo plano em nossa sociedade, mas que é parte do patrimônio cultural material e imaterial. Ainda segundo Munanga,

> a presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos, e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado (Munanga, 2005, p. 20).

Entretanto, com um olhar atento e cuidadoso de professores(as) letrados(as) racialmente, os livros didáticos e paradidáticos podem ser aliados na implementação de uma educação antirracista. Ainda em Munanga (2005, p. 17), "apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalha, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima".

Temos acordo com o pesquisador quando este afirma que é necessário, em primeiro lugar, transformar a forma de pensar dos(as) professores(as) ou ao menos mostrar diferentes modos de ensinar um mesmo conteúdo, de maneira que abarque lutas que estão na ordem do dia de nossa sociedade, como a igualdade de gênero, a desconstrução do racismo, do machismo, a luta pela terra, por uma educação e uma saúde de qualidade.

Compreendemos, no entanto, que uma formação continuada seria exigida desses(as) docentes para tratar de determinados temas em sua sala de aula, já que muitas licenciaturas não traziam esses debates em seus componentes curriculares. Além disso, muitos(as) professores(as) afirmam não ter materiais disponíveis para trazer para suas aulas o componente do antirracismo. Nesse sentido, iniciativas como a nossa, de troca de cartas, ou uma aula sobre países africanos contribuiu para ampliar o conhecimento desses(as) estudantes sobre a África sem que tivéssemos que

comprar livros novos, por exemplo. Usamos cartolina, vídeo, imagens da internet, poemas de escritores(as) moçambicanos. Sobre esse desconhecimento acerca da África, que, muitas vezes, é generalizado entre docentes e discentes, reproduzimos um trecho da carta de Ana Karoline (Crateús) para Eunésia (Inhambane):

> Ao falar sobre a África, a primeira imagem que vem à cabeça é a imagem de um povo guerreiro e feliz, que vive de cabeça erguida apesar de todas as adversidades encontradas. Confesso que não sei muito sobre a África, e tudo que sei aprendi na escola, e lá tudo que eles ensinavam era que os africanos eram um povo pobre, sem muitas oportunidades e expectativas. Mas depois de algumas pesquisas, observei que nem tudo realmente é como aprendi, vejo que não somos muito diferentes, e espero que ao longo do projeto possamos encontrar mais semelhanças (Ana Karoline, Carta, 2018).

Num único excerto, vimos o quanto a escola pode reproduzir histórias únicas: "Lá, tudo que eles ensinavam era que os africanos eram um povo pobre", ou construir outras narrativas: "Mas depois de algumas pesquisas, observei que nem tudo realmente é como aprendi". Essas pesquisas foram provocadas durante as aulas e após. Para Silvio Almeida (2019, p. 32), "o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam". Estando o ambiente escolar inserido na dinâmica da sociedade brasileira e sendo a sociedade brasileira construída sobre o racismo, logo, a escola é, em sua origem, racista e reprodutora do *status quo*. Por isso, cada vez mais a importância de trazer outros aspectos sobre os países que nos formaram para o ambiente escolar.

NARRATIVAS DAQUI

Para Marcuschi (2005), ao ensinarmos os gêneros textuais em sala de aula, também podemos incentivar os(as) alunos(as) a produzirem ou analisarem eventos linguísticos diversos. Podemos discutir a formalidade e informalidade da língua, a variação linguística, gêneros orais, escritos. Para o pesquisador,

> é um exercício que, além de instrutivo, também permite praticar a produção textual. Veja-se como seria produtivo pôr na mão do aluno um jornal diário ou uma revista semanal com a seguinte tarefa: "Identifique os gêneros textuais aqui presentes e diga quais são as suas características centrais em termos de conteúdo, composição, estilo, nível linguístico e propósitos". É evidente que essa tarefa pode ser reformulada de muitas maneiras, de acordo com os interesses de cada situação de ensino. Mas é de se esperar que por mais modesta que seja a análise, ela será sempre muito promissora (Marcuschi, 2005, p. 35).

Ou seja, as possibilidades de trabalhar com os gêneros textuais são tão infinitas quanto os próprios gêneros textuais o são. Cabe à criatividade e disposição de cada docente provocar os(as) discentes e cabe aos(às) estudantes aceitarem a proposta e usarem seu repertório cultural para adaptarem o que estão aprendendo com sua realidade. Foi assim, neste diálogo entre professoras e alunos(as), que as cartas foram sendo produzidas. A partir daqui, traremos mais alguns desses textos para compartilhar.

Como é ser uma menina negra no sertão cearense? Uma menina negra no Brasil? É um pouco dessa realidade que Delmira traz em sua carta. Um relato sobre preconceito racial é o que ela envia para Idelson da Carla, seu correspondente em Moçambique. Um tema tão difícil de ser falado em sala de aula, por vezes, de partilhar entre os colegas, e Delmira consegue sentir-se segura

em escrever para seu amigo do outro lado do oceano em 6 de setembro de 2018. Vejamos:

> Olá, querido estudante Idelson da Carla, tudo bem com você?
> Oi, me chamo Maria Delmira da Conceição da Silva Nunes, tenho 22 anos, moro em Crateús, Ceará, Brasil, sou estudante de Integrado em Química, sou negra, cabelos crespos pretos, olhos pretos, sou uma menina sorridente, carismática e romântica, gosto de tudo e um pouco, aventuras, músicas, e também gosto muito de dançar. Bom, eu curso Química no melhor Instituto de Crateús (Instituto Federal Ceará *campus* Crateús), e eu sou uma menina do interior da minha cidade, mas devido à distância passo a semana na cidade para poder estudar. Vou lhe contar um pouco mais sobre a minha vida. Durante toda a minha infância sofri muito preconceito nas minhas antigas escolas, mas em nenhum momento pensei em desistir da escola, sempre seguir de cabeça erguida, nunca deixei que pessoas hipócritas e preconceituosas acabassem com meus sonhos, sofri muito até os meus 18 anos de idade, depois tudo foi mudando, mas ainda hoje eu não tenho muita confiança nas pessoas, sou uma menina que prefiro ficar sozinha, tenho amigos próximos, mas gosto de ficar sozinha, não sou muito de conversar. Um abraço.

Ao final, a estudante fala o quanto ainda prefere ficar sozinha por não confiar nas pessoas. Mas confia em Idelson e conta um pouco de sua história. O gênero textual carta traz essa aura de intimidade entre quem escreve e o nosso interlocutor.

Em outra carta que partiu do Brasil até Moçambique, Isabelle citou seus cantores favoritos, falou de seu pertencimento indígena e de sua paixão pelos livros. A carta foi enviada em 29 de junho de 2018.

> Crateús, 29 de junho de 2018.
> Caro Elisangelo, tudo bem com você?
> Meu nome é Isabelle Batista, tenho 15 anos e vivo em Crateús desde que nasci. Moro com meus pais e com minha irmã Iara, que está morrendo de inveja por eu estar me comunicando com você. Eu gosto muito de ler e esse é meu passatempo preferido, além de ouvir música. O melhor livro que já li foi *Harry Potter* e eu até te mandaria um adesivo dele do meu caderno se pudesse. Gosto muito de música, principalmente as internacionais de cantores como Ed Sheeran, Shawn Mendes e o grupo de K-POP Coreano BTS, te recomendo as músicas deles, a propósito. Acho que o lugar mais legal que já visitei foi a Fazenda Gospel aqui no Ceará. Eu me considero indígena, pois minha avó é uma chefe da nossa etnia. Eu gosto de morar na minha cidade e a única coisa que pediria era que colocassem mais livrarias e bibliotecas aqui. Eu adoro escrever e algum dia gostaria de publicar um livro (já escrevi seis, mas tenho vergonha de mostrar a alguém). Sou muito fã de ficção e gosto de qualquer filme que inclua coisas imaginárias. Eu vivo viajando nos meus próprios pensamentos e gosto de estar sozinha para escrever e pensar. Ainda não sei a carreira que vou seguir quando crescer, mas, se não encontrar algo que realmente goste, vou cursar faculdade de Direito para ser juíza.

Os sonhos e projetos para o futuro apareceram em muitas cartas dos(as) jovens, assim como o desejo de viajar. Na carta de Isabelle, o deslocamento também aparece quando a estudante fala da viagem que faz constantemente dentro de si mesma, em seus pensamentos.

A carta seguinte, de Laura, é interessante por dois aspectos, ela faz uma representação positiva sobre o lugar onde vive e mostra que outras pessoas não acham o mesmo do sertão. Em seguida, fala da representação única dela sobre a África.

Crateús, 29 de junho de 2018.
Querida Davínia, tudo bem com você?
Eu nasci em Crateús, no estado do Ceará, onde moro com meu irmão e minha mãe, e me chamo Laura. Eu e meu irmão temos pais diferentes e, quando nascemos, ele nos deixou sozinhos com nossa mãe. Meu irmão tem 23 anos e vai ser pai logo, logo. Ainda não sabemos o sexo do bebê. Amo escutar músicas e ler livros. Já faz um tempo que não leio, porém sou apaixonada por textos e por um livro chamado *Belo Desastre*, uma trilogia que fala sobre um casal de jovens. Não assistimos mais a novelas, hoje em dia a moda são séries, assisto a algumas, mas gosto mesmo de "Teen Wolf", uma série americana. Sou apaixonada por viagens, amo viajar seja para onde for e o que penso para meu futuro é ser uma pessoa realizada e feliz. Acho que coisas materiais são apenas consequências dos nossos estudos, trabalho e nossa vontade de conseguir realizar nossos sonhos, e estudar no IFCE foi um deles. O instituto é muito proveitoso e diferente, por isso que gosto. Sobre minha cidade, não é ruim morar aqui, pois há muita cultura em um sertão cearense e aprendemos todos os dias algo novo sobre isso, quando falam em sertão, já pensam em uma terra seca, mas não é assim. Não posso mentir, mas, na maioria das vezes que ouço falar na África, são sobre aqueles lugares mais carentes. Seja em relação a trabalho, alimentação ou algo do tipo, mas lógico, na escola, aprendi que a África não é só isso, que lá tem vários tipos de povos, e é um continente muito rico em relação à cultura. Acredito que temos sim nossas semelhanças como adolescentes. Acho que o que nos faz diferentes é somente as nossas culturas e o lugar onde vivemos. Mas isso vamos descobrir ao longo desse projeto.

Laura é honesta ao afirmar seu desconhecimento sobre o continente africano, mas mostra estar disposta a desconstruir esse imaginário.

NARRATIVAS DE LÁ

O indígena brasileiro e agora imortal da Academia Brasileira de Letras, Ailton Krenak, em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, afirma que adiamos o fim do mundo quando podemos contar mais uma história. É que o ato de partilhar vivências, memórias e histórias de vida pode contribuir para construir empatia entre quem escreve e quem lê. Além disso, é uma possibilidade de repassar adiante nossas experiências diante da vida. Reproduzimos algumas cartas de estudantes de Inhambane que chegaram em resposta às cartas brasileiras.

> Inhambane, 26 de setembro de 2018
> Querida Laura, tudo bem com você?
> Meu nome é Emanuel, sou aluno do IICEM, actualmente me formando no Curso de Contabilidade Vocacional. Estou ainda no primeiro ano e gosto muito do curso. Nasci na cidade da Maxixe, que está separada da cidade de Inhambane através do mar. Estou a estudar na cidade de Inhambane onde é a capital da província do mesmo nome, estou cá somente pelos estudos e quase sempre regresso a minha cidade. São 3 km de separação entre as duas cidades, as águas deste mar são provenientes do grande Oceano Índico. Eu sou uma pessoa que se considera simples, falar de mim é muito fácil e em poucas palavras acho que dá para ter uma noção daquilo que sou. Sou apaixonado pelas artes marciais e, como resultado disso, sou capoeirista e actualmente estou a treinar taekwondo. [...] Na área da música, gosto bastante dos cantores: Chris Brown, Usher, August Alsina, Chunda Munck, Calvin Harris, Hardwell, Tchami, Hernany, NGA e do falecido grande DJ Avicii e muitos outros. Confesso também que quando me falam do Brasil, me vem à cabeça essa coisa de criminalidade e insegurança. Gostaria de saber mais sobre o seu país e da vossa cultura. Aqui em Moçambique tem

> muita coisa boa, país calmo e pacífico, na verdade fiquei sem palavras ao mencionar o meu país, pois é tanta coisa boa que gostaria de partilhar acerca do meu país, que nem sei por onde começar. Vou começar a falar de nós como moçambicanos, somos um povo acolhedor e simpático, não é à toa que Vasco da Gama quando chegou em Moçambique pela primeira vez, em especial, na minha província, disse o seguinte "Inhambane, terra de boa gente" isso porque somos realmente bons. Uma das coisas mais belas que tem são as praias lindas e limpas, com águas azuis. Aqui na cidade de Inhambane temos as famosas praias do Tofo, Barra e Baía dos Cocos que são lindas e atraem a qualquer turista de diferentes cantos do mundo. Não leio muito, mas quando se trata de livros ou poesias que contam a História antiga, dou-me um tempo para tal. Gosto de algumas poesias como "Magaiça", de Noemia de Sousa, "Grito negro", de José Craveirinha, "Voz Renascente", de Marcelino dos Santos. O prato típico que não resisto é a matapa. Preparada com amendoim, folhas de matapa, coco, hummm … é uma delícia, fica ainda muito boa acompanhada do som das músicas do estilo moçambicano marrabenta [...] Tenho uma forma de ver as coisas um pouco diferente dos outros, pois tento sempre ver o lado positivo das pessoas e me inspiro em tudo que possa ser bom para mim. Gosto muito de conversar com qualquer um, pois é assim que aprendo mais sobre a vida e sobre as coisas boas e más. Qual é o seu estilo de música preferido? O que você gosta mais de fazer? Qual é a sua maior inspiração? Um outro forte abraço! Do seu amigo Emanuel.

A carta de Emanuel para Laura traz uma partilha de música, de alimentação, com o preparo da matapa, mas especialmente da literatura moçambicana, com referência a grandes escritores daquele país, como José Craveirinha e Noémia de Sousa. Na última carta trazida para ilustrar nosso texto, Francisco demonstra sua admiração pela história de Delmira e partilha um pouco de si.

> Inhambane, 26 de Setembro de 2018
> Olá, querida Maria Delmira, tudo bem com você?
> Chamo-me Francisco Milice Jr., nasci a 10 de janeiro de 2002, tenho 16 anos, resido na cidade de Inhambane, sou estudante de Contabilidade, sou negro, olhos pretos, possuo cracterísticas iguais às tuas, como ser sorridente, carismático e muito irrequieto. Na verdade, não sei por onde começar a falar da minha vida. Eu curso Contabilidade no IICEMI há 5 anos, sendo este o meu penúltimo ano, se Deus quiser. Sou o terceiro filho dos quatro filhos dos meus pais e acho que sou o sortudo, pois o meu pai deu-me o seu nome e sou muito grato. Em toda a minha infância tive apoio dos meus pais, irmãos, porque tudo de errado que acontecia comigo, eu me queixava, como dizem cá, eu era uma Maria queixinha, mas com o tempo aprendi a proteger-me, não no entanto de lutar, mas de me afastar das pessoas que não valiam a pena, pessoas que praticariam atitudes que feriam sensibilidades e que iam contra os princípios ensinados pelos meus pais. [...] Para terminar, gostaria de te parabenizar por ter superado os preconceitos na infância e por ser uma mulher forte. Assim, desejo a você e a sua família votos de paz, amor, felicidade e união. E fico na esperança de continuar a receber e escrever para você, podendo no final conhecê-la pessoalmente, seja em Moçambique ou no Brasil.
> Beijinhos e abraços do seu novo amigo moçambicano, Francisco Alberto Jr.

A carta de Francisco em resposta à carta de Delmira revela uma afinidade que foi criada, um olhar atento para o fato de Delmira enfrentar os desafios e continuar a lutar pelo que deseja. Por fim, revela a esperança de um dia se encontrarem, seja no Brasil ou na África, para estabelecerem uma amizade.

E CONTINUAMOS A NAVEGAR POR OCEANOS...

O Projeto iniciado em 2018 e finalizado ainda naquele ano ultrapassa datas. Ainda hoje, nós, professoras, nos deparamos com alguns desses(as) estudantes que já são mães, pais, alguns(mas) seguiram seus sonhos, outros(as) construíram outras histórias, alguns moram em outras cidades, em outros estados, mas sempre se lembram daquela atividade com muito carinho. Para nós, como professoras, foi gratificante acompanhar a escrita e a Reescrita das cartas, revisão cuidadosa, análise, escolha de palavras, emoção e empolgação ao escrever para alguém real do outro lado dos oceanos Atlântico e Índico. Havia também momentos de ansiedade ao esperar a resposta de cada uma de suas cartas. Mas, ainda mais profícuo foi poder debater acerca de aproximações e diferenças com adolescentes tão distantes territorialmente, mas que se parecem tanto ao desejarem ser felizes, ter uma vida com muito mais oportunidades e viajar seja por terra, por mar, pelos livros ou pela imaginação. Contribuir com a construção de um outro imaginário sobre a África e sobre o Brasil foi uma das tarefas mais bonitas que já realizamos enquanto professoras. E, se antes eram corpos escravizados que cruzavam o Atlântico, hoje são memórias e afetos que refazem essa reconexão. A diáspora separa, mas também nos une.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas.* Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Palestra apresentada no TEDGlobal 2009, Oxford, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 21 jul. 2025.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2022*. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 7 dez. 2024.

IBGE Censo 2022. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 7 dez. 2024.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MUNANGA, K (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 16.

Capítulo 6

IMPRESSÕES E IMPRECISÕES DE UM GEÓGRAFO BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE

Lucas Barbosa e Souza

A oportunidade de conhecer Moçambique e de, pela primeira vez, pisar em solo africano chegou-me por meio do Grupo Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira), ao qual me vinculei em 2017, durante o estágio de pós-doutorado junto ao Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Sob a supervisão do Prof. Eguimar Chaveiro, líder do grupo, me engajei em inúmeras atividades, entre elas a missão científica junto a duas instituições moçambicanas, a Universidade Eduardo Mondlane (na cidade de Inhambane) e a Universidade Rovuma (na cidade de Nampula).

Intensos foram os preparativos nos meses que antecederam a viagem, com a realização de reuniões de planejamento, alinhamento das atividades com colegas de Moçambique então vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFG e outros trâmites burocráticos para a estada naquele país. A leitura de Mia Couto, igualmente, fez parte desses preparativos, aguçando a imaginação e ajudando a construir ideias preliminares sobre um país marcado pela independência relativamente recente, com desafios a serem superados e notórias potencialidades. Enquanto

caminhava diariamente pelos arredores do *campus* da UFG, recordo-me de olhar para o céu azul do inverno goiano e de pensar na presença além-mar das terras moçambicanas que haveria de conhecer em breve.

A viagem teve início em 23 de setembro de 2017, com saída de Goiânia em direção a São Paulo, de onde partimos rumo a Joanesburgo e, posteriormente, a Maputo. Na chegada, tivemos a chance de explorar um pouco da capital moçambicana, entre os dias 24 e 25 de setembro. Ainda que o tempo fosse exíguo, uma criteriosa organização da agenda tornou possível uma rica programação de visitas, como na orla da cidade junto ao Oceano Índico, na feira popular de Xipamanine e na comunidade da Mafalala, além de um jantar com pratos tradicionais na casa de um anfitrião local, nosso amigo Obed.

Em 26 de setembro de 2017, o grupo partiu em direção a Inhambane, em viagem rodoviária por cerca de 500 quilômetros, permanecendo naquela cidade até o dia 1º de outubro. Muitas atividades foram desenvolvidas junto à Universidade Eduardo Mondlane, incluindo reuniões de trabalho com pesquisadores locais, participação em evento acadêmico e oferta de um minicurso (sobre percepção ambiental e turismo) voltado aos estudantes da instituição, além de visitas à orla da cidade, à feira de Machavenga e à cidade vizinha de Maxixe, no lado oposto da baía de Inhambane.

No dia 2 de outubro, retornamos a Maputo para, no dia seguinte, fazer o deslocamento por via aérea até a cidade de Nampula, a quase dois mil quilômetros. Nessa importante cidade do norte do país, as principais ações transcorreram na Universidade Rovuma (à época uma delegação da Universidade Pedagógica), com reuniões de trabalho, participação em evento acadêmico e a formalização de uma rede internacional voltada a estudos sobre turismo, território e autodeterminação (atual Reescrita). Além disso, foram realizadas visitas à Ilha de Moçambique, onde se localiza um museu colonial, a antiga fortaleza de São Sebastião e

um dos principais pontos de deportação de escravizados do leste africano. A viagem também incluiu a cidade de Mossuril e a praia de Choca, em área de expansão de empreendimentos voltados ao turismo. Por fim, foram visitados o Museu de Etnologia e o Museu da Academia Militar, ambos em Nampula.

O retorno a Maputo ocorreu no dia 8 de outubro de 2017, a fim de que fosse iniciado o regresso ao Brasil no dia seguinte, 9 de outubro. Na bagagem, trouxemos muitas vivências marcantes, lembranças de um povo acolhedor e reflexões que, ao menos em parte, pretendemos compartilhar com a ajuda deste texto. Como diz o próprio título, são impressões (com suas inevitáveis imprecisões) construídas a partir da conjuntura do olhar, do momento vivido e daquele que vê[1]. A paisagem percebida, as informações recolhidas em conversas entrecortadas e a tentativa de conceber um panorama minimamente compreensível estão aqui voltadas àqueles que ainda não viveram a rica experiência de estar em Moçambique.

O QUE SE REVELA À PERCEPÇÃO E À MEMÓRIA: DAS IMPRESSÕES E IMPRECISÕES

Um geógrafo não é um viajante qualquer, um mero turista encantado e curioso pela novidade dos lugares que visita. O geógrafo está sempre em trabalho de campo, pronto a ler o espaço por meio de suas diferentes linguagens, signos e contradições. Carrega consigo as teorias e os conceitos que aprendeu, estabelece relações, busca motivos e explicações... Assim, as ideias se encarnam nos fatos, tornando-se Geografia. O olhar também é carregado pelos filtros pessoais, pela perspectiva própria do vivido, da cultura e de tudo aquilo que, por arraigamento, acaba por implicar expectativas

1 Em virtude da opção pelo formato de ensaio, tomou-se a liberdade de abdicar das referências bibliográficas e de se manter exclusivamente fiel às percepções, às memórias de viagem, ao conhecimento (certamente limitado) e às reflexões do próprio autor.

pessoais e outras intencionalidades à percepção. Afinal, o que se percebe é fruto de transcendências e de imanências, conforme nos impõe a natureza humana.

Considerando essa inevitável premissa, se me fosse dada a tarefa de resumir Moçambique em poucas palavras, a partir do que vi, diria tratar-se de um país em formação, com suas diferentes línguas nativas em convívio com o português, que talvez constitua um traço de unificação diante da diversidade própria da África. A tentativa de implantar um regime socialista, a partir da independência alcançada na década de 1970, e o apoio a movimentos contra o *apartheid* na África do Sul e no Zimbabwe, conduziram a uma relação controversa com esses vizinhos e a dificuldades para a estabilização nacional. Ainda hoje, se trata de um país eminentemente rural que, a despeito de suas potencialidades naturais e econômicas, luta para alcançar melhores índices de desenvolvimento.

Maputo se configura como uma pequena metrópole, com população superior a um milhão de habitantes, criada há quase um século e meio, para onde afluem pessoas de todo o país em busca de opções de trabalho e renda. Para além da capital, a África do Sul também acaba por atrair moçambicanos em busca de melhores condições para ganhar a vida e sustentar suas famílias. Maputo, como centro político e administrativo de Moçambique, além da presença de embaixadas, apresenta ares mais cosmopolitas, quando comparada a outras cidades de Moçambique. Contudo, ainda restam marcas coloniais, como a paisagem urbana atravessada pela avenida que antes separava os bairros dos brancos e os bairros dos negros, como é o caso da comunidade de Mafalala. Dessa segregação colonial fermentaram ideais de emancipação, sob a liderança de importantes nomes da política e das artes, que se tornariam personalidades pós-independência.

A capital possui deficiências de infraestrutura comuns a outras cidades do país, como parte das vias sem calçamento e

problemas relacionados ao saneamento básico, assim como também ocorre em muitas partes do Brasil. A paisagem central é marcada pela presença de edifícios antigos que, em muitos casos, necessitam de manutenção em suas fachadas. Visivelmente, há uma parte significativa da população que vive da economia informal, como vendedores ambulantes e feirantes, sempre ativos pela cidade.

Em Maputo, informações de nossos anfitriões davam conta de que a maioria da população é cristã, contudo, essa característica parece diferir na comunidade de Mafalala, que contava com quinze mesquitas à época da visita. Assim, a diversidade étnica, linguística e cultural mostra-se ainda maior nessa porção da cidade, com traçado urbano espontâneo, o que acaba por favorecer a sociabilidade e as diferentes manifestações da vida coletiva, em um ambiente aparentemente agradável e pacífico. Na ocasião, o grupo brasileiro acompanhou uma bela apresentação de um grupo de tufo, formado por mulheres que cantam e dançam seguindo o ritmo de tambores. É inevitável a comparação com as favelas brasileiras, que a despeito do crime organizado, acolhem a diversidade e se tornam berços de uma cultura própria e pungente.

O deslocamento até a cidade de Inhambane possibilitou observar trechos da região de Manhiça, ainda na província de Maputo, onde a planície litorânea banhada pelo rio Incomate encontra-se ocupada por canaviais, sob a iniciativa de capital moçambicano e sul-africano. Ao longo da rodovia, mulheres trabalhavam em machambas (roças) com pequenos cultivos familiares que dominam as paisagens, além de artesanato em cerâmica e palha. Na província de Gaza, adiante, mais planícies e várzeas cultivadas com arroz e pastagens, junto ao vale do rio Limpopo, abrigando investimentos agrícolas de capital chinês.

Ao contrário do que estamos acostumados no Brasil, o espaço rural não é vazio de habitantes, sendo que a viagem revela grande quantidade de pessoas caminhando pelas margens da estrada, entre machambas e pequenas aldeias. A vida rural se anima pelo

vaivém de pessoas e mercadorias, diferente da monotonia dos latifúndios que se estendem em boa parcela do território brasileiro. Nesse aspecto, a estatização das terras, segundo o modelo socialista implantado após a independência, parece ter levado a um desenho fundiário favorável ao povo moçambicano, possibilitando sua permanência e autossustento no campo. Contudo, pouco avanço parece ter sido obtido no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, sendo que a experiência de caráter socialista acabou por se restringir, em maior medida, à questão da terra.

Somam-se a isso pressões recentes, principalmente diante de interesses externos. Esse ponto de reflexão está embasado no empenho de capitais internacionais que buscam se reproduzir e se territorializar às custas da exploração dos recursos naturais de Moçambique: suas extensas planícies férteis e importantes jazidas minerais. Em contrapartida, devido à farta parcela de população rural (em pequenas aldeias espalhadas por distintas províncias), verifica-se o risco de aceleração do êxodo em direção às áreas urbanas, notadamente às periferias pouco assistidas em termos de infraestrutura e de saneamento.

Trata-se de um nítido conflito de interesses entre o autossustento de comunidades locais e os ganhos corporativos viabilizados pela produção de *commodities* agrícolas e minerais. De um lado, tais comunidades parecem indicar, em sua maioria, o desejo de permanência na terra (considerando sua característica ancestral), aliada a uma assistência mais efetiva por meio de políticas sociais (ações públicas nas áreas de trabalho, saúde, educação e moradia, entre outras). De outro, vê-se o ímpeto de agentes externos, a exemplo de governos e de corporações, com o propósito de abertura de novas frentes de negócios e de territorialização de seus modelos produtivos.

Não se estranha o fato de o senso comum e a ideia hegemônica de "progresso", por meio de um crescimento econômico excludente e que aprofunda clivagens sociais, se manifestarem em uma parte dos discursos populares. Ainda que Moçambique tenha

conquistado sua independência há cerca de 50 anos (no momento em que este texto é escrito) e que as feridas da colonização não pareçam plenamente cicatrizadas, opiniões divergentes sempre se fazem presentes, em especial pela força de ideias (ultra)liberais que circulam facilmente em nosso tempo. Nesse quesito, nós brasileiros estamos familiarizados, quando presenciamos a adesão de camadas populares a valores e projetos claramente alheios aos seus interesses, sob a influência da escassez, da falta de perspectivas, do conservadorismo de base religiosa e de vários outros fatores mais ou menos conhecidos.

Em Inhambane, vimos uma cidade com cerca de 80 mil habitantes, mas igualmente segregada, o que se nota pela própria paisagem urbana: uma porção central, anteriormente destinada aos colonizadores, relativamente organizada, limpa e agradável, com suas construções em estilo *art déco*, destinadas a uma burguesia tipicamente europeia. No entanto, percebe-se ao redor a existência de uma cidade distinta, com suas habitações tradicionais de caniço ou de zinco, vias sem pavimentação e saneamento, isto é, a área dos sujeitos locais, onde pouco se fala a língua portuguesa no cotidiano.

Nesses arredores, a feira de Machavenga é exemplo da riqueza cultural e dos modos de vida das camadas populares moçambicanas. Moradores da própria Inhambane e de aldeias próximas comercializam seus produtos oriundos de quintais e machambas, essencialmente gêneros alimentícios necessários à manutenção básica da vida. A poucos metros do local da feira, estivemos em uma pequena aldeia, com moradias de caniço, em geral de um único cômodo para o uso coletivo da família, chão batido coberto com esteira de palha, potes cerâmicos para o acondicionamento de alimentos e de água potável, fogo de chão para o preparo das refeições e quase nenhum mobiliário. Nessa aldeia, a proximidade com uma rodovia pavimentada favorecia o acesso à energia elétrica, uma condição de privilégio naquele contexto.

Contudo, as moradias não possuem abastecimento de água, sendo que o acesso ocorre por meio de um poço ou cisterna (escavado manualmente), de uso coletivo. Em geral, somente as cidades contam com abastecimento domiciliar de água, geralmente extraída de poços artesianos, distribuída em rede e mensurada em hidrômetros individuais. Em aldeias rurais, em ocasiões em que se dispõe de energia elétrica, pode haver o abastecimento por meio de poço semiartesiano, que requer o bombeamento da água. Já no caso dos poços ou cisternas, a menor profundidade amplia o risco de contaminação pela presença de fossas sem revestimento, o que requer maior atenção quanto à proximidade entre ambos.

Na ocasião, recebemos a explicação de que a moradia feita com o caniço, uma espécie de gramínea abundante em várzeas moçambicanas, requer uma manutenção periódica e a sua reconstrução, em geral, a cada dois ou três anos. Alternativamente, muitos moçambicanos têm optado pela substituição do caniço por folhas de zinco, de maior durabilidade, o que amplia consideravelmente o prazo para manutenções e reconstruções. Logo, a paisagem em diferentes localidades, como periferias urbanas e aldeias rurais, tem sido transfigurada gradualmente pela introdução do zinco como principal material construtivo. Porém, é desnecessário dizer que a referida mudança traz implicações em termos de conforto térmico no interior da moradia, especialmente se considerada a inserção da maior parte do país em faixa tropical e em terras baixas, o que potencializa as altas temperaturas. Ainda assim, não se deixa de notar o uso do zinco como uma espécie de distinção social, indicando que a família se encontra em posição privilegiada em relação às demais, pelo simples acesso a um material mais durável.

Na Universidade Eduardo Mondlane, em Inhambane, a apresentação proferida pelo Prof. Dr. Ernesto Jorge Macaringue (egresso do PPGG/UFG) forneceu ao grupo brasileiro um panorama bastante esclarecedor do país, a começar de sua história. As informações sinalizam que no período pré-colonial, anterior

ao século XV, o território era organizado por reinos e impérios de origens tribais, que se estendiam até áreas hoje pertencentes a países vizinhos, além de sultanatos (islâmicos) presentes no litoral. Como exemplo, o reino de Gaza incorporava porções atuais da África do Sul, do Zimbabwe e da Suazilândia. De certo modo, a diversidade étnica se mantém presente em Moçambique em virtude dos diferentes dialetos que constituem a primeira língua de boa parcela da população, acrescidos posteriormente pelo português aprendido na escola.

Uma das condições para a independência de inúmeros países africanos durante o século XX foi a manutenção da divisão territorial definida pela Conferência de Berlim, em finais do século XIX. Tal exigência levou a conflitos internos posteriores em muitos países, relacionados às disputas de poder entre grupos étnicos contrários ou mesmo ancestralmente beligerantes entre si, mas que haviam de coabitar dentro dos limites de um mesmo território unificado segundo ditames externos.

Em Moçambique, na sequência da guerra que levou à independência do país em meados da década de 1970, outro conflito armado, relacionado à disputa interna pelo poder, transcorreu até o início da década de 1990. Em um contexto de disputa global por áreas de influência do bloco socialista (soviético) e do bloco capitalista (estadunidense), a oposição entre os dois principais partidos moçambicanos, Frelimo e Renamo, deu origem a uma longa e dura guerra civil, finalmente superada com eleições pluripartidárias em 1994. O salto praticamente direto de um período colonial e pré-capitalista para um período de independência, sob orientação socialista, mostrou-se eminentemente complexo, ainda marcando o tempo presente em Moçambique.

Pela apresentação do professor, é possível compreender a existência atual de um conjunto de dilemas que envolvem dois circuitos produtivos muito distintos, com seus respectivos arranjos sociopolíticos e territoriais: o circuito inferior das machambas, que

engloba a agricultura em pequena escala, conduzida diretamente pelas famílias no intuito de seu autossustento; e o circuito superior, que engloba a internacionalização do capital e a produção de *commodities* agrícolas e minerais. A relação entre esses dois modelos produtivos e suas implicações em proporções nacionais têm constituído a principal pauta de discussões entre geógrafos moçambicanos nos dias de hoje.

Tal contexto se revela ainda mais desafiador, considerando os percentuais elevados de população em situação de extrema pobreza (em torno da metade do contingente populacional, à época de nossa visita) e também da proporção de analfabetos (ao redor de 40% dos habitantes, à mesma época). Verifica-se, pois, um cenário que exige amparo social considerável, diante da situação de abertura econômica vigente, a fim de que haja proteção efetiva às camadas populares e a reversão do quadro até aqui observado, em vez de seu agravamento.

Experiência enriquecedora, do ponto de vista da organização social e da luta por direitos, foi vivenciada nos arredores de Inhambane, junto à Associação de Camponeses 7 de abril, ligada à União Nacional de Camponeses (Unac) de Moçambique. A associação reúne 17 famílias e obteve a concessão para o cultivo em uma área de nove hectares, divididos em lotes individuais (com renda destinada a cada família) e coletivos (com renda destinada à associação). O grupo tem feito emprego de sombrites para o controle da radiação solar sobre os cultivos, além de ter dado início a uma experiência pioneira com agricultura orgânica, com o uso de compostos naturais para a fertilização da terra e o combate às pragas agrícolas.

Entre os produtos obtidos pela associação, destacam-se: milho, mandioca, banana, alface, repolho, couve, coentro, cebolinha e pimenta, além da fabricação de farinha e da criação de galinhas. A produção tem sido comercializada na cidade de Inhambane, ainda que persistam dificuldades quanto ao transporte dos produtos,

uma vez que a associação não dispõe de veículo próprio. A água empregada na machamba é bombeada de um pequeno curso d'água que atravessa a área, com o auxílio de um motor a *diesel*, sendo armazenada em um tanque e posteriormente distribuída com mangueiras (por gravidade). Somente uma família da associação fixou moradia no local, com o intuito de zelar pela segurança, ao passo que os demais deslocam-se diariamente para a execução dos trabalhos e a comercialização dos produtos.

Apesar de ser uma experiência pequena, especialmente se comparada a outras que ocorrem no Brasil (como nos assentamentos da reforma agrária), verifica-se sua riqueza em termos da manutenção do modo de vida camponês, seu fortalecimento político e de suas forças produtivas. Entende-se que a ampliação do modelo para outros grupos e regiões do país poderá contribuir para a fixação das famílias no campo, em detrimento de seu deslocamento, compulsório ou não, para as periferias urbanas já bastante vulneráveis e desassistidas. Ao mesmo tempo, a redução do êxodo rural pode auxiliar no atendimento gradativo quanto aos problemas ambientais urbanos, que tanto implicam a qualidade de vida do povo moçambicano, a exemplo das questões relacionadas ao saneamento básico.

A última região visitada pela missão científica, conforme explicado no início do texto, localiza-se na porção norte de Moçambique, mais especificamente na cidade de Nampula e em localidades históricas e turísticas litorâneas, em suas proximidades. Nampula, com cerca de 600 mil habitantes, é a capital da província homônima e a terceira maior cidade do país. Em suas ruas é possível observar um maior número de adeptos do islamismo, por suas vestimentas e hábitos, em comparação com as cidades anteriormente visitadas, no sul do país.

Nampula está localizada no chamado "Corredor de Nacala", onde se escoa por via ferroviária a produção de carvão mineral da Província de Tête até o Porto de Nacala (Oceano Índico). Cabe

destacar, nesse empreendimento dos setores mineral e logístico, a presença de capital brasileiro, por meio da companhia multinacional Vale S.A. Infelizmente, não foi possível observar diretamente as atividades que englobam a exploração (áreas de lavra) e o transporte de produtos minerais, tampouco suas implicações geográficas nessa região, o que certamente nos revelaria importantes pontos para reflexão. Alternativamente, nos dirigimos ao litoral, rumo à Ilha de Moçambique e à cidade de Mossuril, posteriormente retornando a Nampula.

Essa viagem mostrou-nos uma didática transição entre paisagens de savana, nas proximidades de Nampula, e paisagens tipicamente litorâneas, com restingas e mangues, descortinando parte da variedade natural e paisagística de Moçambique. A Ilha de Moçambique foi a primeira ocupação portuguesa na região, a partir da chegada do navegador português Vasco da Gama, no final do século XV. Foi capital da colônia até 1898, quando houve a transferência para a cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), no sul.

Por conta de sua história, a Ilha de Moçambique apresenta belíssima arquitetura colonial, com prédios da antiga administração portuguesa, igrejas e a fortaleza de São Sebastião. O conjunto encontra-se parcialmente preservado, com algumas partes em ruínas ou em mau estado de conservação. A fortaleza, em especial, havia passado por serviços recentes de recuperação nos telhados, à época da visita. Em sua grande área protegida com muralhas, havia hospital, igreja interna, dependências administrativas e postos de vigilância, em um labirinto de corredores e passagens.

A população da ilha é relativamente pequena, estimada em não mais que 15 mil habitantes. Vive de atividades de turismo (pousadas e restaurantes), além da pesca e do artesanato. Ainda incipiente, a atividade turística se revela aquém de suas possibilidades, a considerar pela riqueza do patrimônio local, tanto do ponto de vista natural quanto histórico e arquitetônico. Além do

mais, existem outras ilhas menores no entorno, onde se localizam um antigo presídio e um farol. A ilha principal se liga ao continente por meio de uma estreita ponte, com uma única faixa de trânsito, o que permite o acesso sem a necessidade de embarcações.

Em Mossuril, pequena cidade vizinha à Ilha de Moçambique, porém na porção continental, a visita ocorreu na Praia de Choca, local onde avançam empreendimentos voltados ao turismo de sol e mar, inclusive atraindo visitantes de Nampula, a cerca de 150 quilômetros. A cidade de Mossuril, cujo acesso se dá por estrada sem pavimentação, é conhecida como berço da resistência anticolonial, sendo até hoje acompanhada por tal estigma. Nessa localidade, predomina a construção de casas e apartamentos de veraneio, há restaurantes à beira-mar, onde também foram observados turistas indianos e sul-africanos, em pequeno número. A expansão da construção civil na Praia de Choca revela preocupações de caráter ambiental, dada a fragilidade dos ecossistemas litorâneos. O microparcelamento da terra, com características urbanas, em local desprovido de infraestrutura adequada e com solo altamente arenoso, tende a gerar ou a agravar diferentes tipos de impactos negativos, o que requer atenção.

As implicações ambientais e sociais da atividade turística, com destaque para Moçambique, constituíram o foco central dos debates ocorridos por ocasião do retorno do grupo a Nampula, para participação no 1º Encontro Internacional de Pesquisas Críticas sobre Turismo. A presença de importantes pesquisadores dedicados a essa temática possibilitou um rico debate entre todos os presentes, especialmente relacionado ao modelo hegemônico do turismo e suas consequências sobre populações locais. No evento, houve a formalização da Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita), com a vinculação de membros de diferentes nacionalidades.

É notório que o segmento do turismo se encontra, ainda, em estágio embrionário em muitas localidades de Moçambique, apesar

do rico patrimônio a ser trabalhado. Todavia, sabe-se da necessidade de infraestrutura e de todo o processo para a formatação de produtos turísticos capazes de atrair e de acolher as demandas potenciais, ao mesmo tempo que possa atender às necessidades e expectativas dos anfitriões, além de minimizar os eventuais efeitos negativos. Quanto a este último quesito, o fato de a atividade dar seus primeiros passos no país representa oportunidade para que erros cometidos em outros países e localidades não sejam repetidos em Moçambique. Logo, o turismo poderá constituir uma ferramenta para um desenvolvimento autêntico, inclusivo e emancipador a ser alcançado pelo povo moçambicano.

Olhar para o turismo sob o prisma das comunidades receptoras implica o atendimento, em primeiro lugar, de suas exigências fundamentais em termos de qualidade de vida, cuidado ambiental, formação educacional e profissional, entre diversos outros aspectos. Em outras palavras, significa construir condições dignas de existência e de reprodução social ao cidadão local, antes de se buscar atrair visitantes, sejam de dentro ou de fora do país. Uma vez atendidas tais demandas, torna-se possível responder, com soberania popular: qual modelo de turismo desejam as comunidades anfitriãs de Moçambique?

É sempre desafiador o fato de que o turismo depende, em grande medida, de investimentos privados, mas é igualmente sabido que o conjunto da infraestrutura elementar, como vias de transporte, energia, saneamento básico, além da regulação da atividade e (muitas vezes) de financiamento, permanece às custas do setor público. Portanto, cabe aos poderes instituídos formular iniciativas para que as circunstâncias propiciem o desenvolvimento da atividade, em especial condições para o turismo de base local.

Não é incomum verificar, com base em diferentes experiências no Brasil, que comunidades locais podem se iludir com os possíveis benefícios do turismo, ao desconsiderarem sua complexidade e ao assistirem passivamente à exploração da atividade por agentes

externos. Paralelamente, às comunidades sobram parcelas ínfimas dos ganhos auferidos, além de todo o peso dos impactos negativos nos planos social, ambiental e econômico.

Advém dessas vivências a preocupação com uma educação para o turismo, o que não consiste na simples preparação de mão de obra local para a atividade. Pelo contrário, trata-se de uma educação empenhada na construção participativa, no engajamento ou no protagonismo local para a definição dos caminhos a serem trilhados pelas comunidades por meio do turismo, juntamente com o setor público, com investidores privados e com os visitantes que haverão de chegar.

No entanto, assim como ocorre com todas as experiências exitosas em termos de autonomia e de emancipação popular, não convém esperar por condições favoráveis possibilitadas de modo heterônomo, como uma dádiva oferecida às comunidades. Tais condições dependem de conquista, de autoconstrução, a partir de organização social embasada pelo sentimento comunitário, de corresponsabilidade e de autodeterminação, ou seja, de uma espécie de pacto coletivo. Esta não é uma receita pronta, mas com resistência, perseverança e valorização de pequenos avanços é possível vislumbrar um futuro em que o modelo hegemônico do turismo exclusivamente como negócio perca espaço gradualmente em detrimento dos efetivos interesses das comunidades receptoras.

RUMO A IMPRESSÕES (TALVEZ) MENOS IMPRECISAS: ARREMATES

Ao final deste texto, com os preceitos livres de um pequeno ensaio, busca-se arrematar as ideias centradas em duas principais frentes: de um lado, a questão que envolve as cidades, o ambiente e a estrutura urbana, o campo e os riscos de um êxodo rural acelerado; de outro, os desafios para o crescimento do turismo, de modo a atender às demandas locais e a conduzir a um legítimo

desenvolvimento. Olhando em conjunto, trata-se de temas que se interligam ou que se afetam mutuamente, focalizados pela percepção e pela memória de um geógrafo brasileiro, com a profundidade certamente aquém de qualquer moçambicano, seja este letrado ou não. Afinal, quem saberia falar com maior propriedade de Moçambique senão o seu próprio povo, que vive a realidade cotidiana do país, com suas facilidades e agruras?

Pelo que me cumpre encerrar, busco aqui alguma sistematização das principais ideias traçadas nas páginas anteriores, sem tentar me esquivar do espírito prescritivo típico da ciência geográfica. Aliás, há que se ressaltar o imprescindível papel das universidades e dos geógrafos moçambicanos nas tarefas de enfrentamento dos desafios que se apresentam.

A considerar pelo aspecto cultural, pelos modos ancestrais de vida e pelo profundo vínculo com a terra e a natureza, é condição essencial a manutenção das famílias no campo, por meio do atendimento às suas demandas fundamentais como infraestrutura, saneamento, habitação digna, serviços públicos em saúde, educação e fomento para o trabalho e a renda. Com algum subsídio e assistência técnica, vislumbram-se possibilidades de fixação e fortalecimento de pequenas comunidades em aldeias espalhadas pelo país, com suas machambas produtivas, segurança fundiária e plenas condições para o autossustento e o desenvolvimento autêntico das famílias. De maneira concomitante, a melhoria da situação nas cidades, com qualificação urbana, cuidado ambiental e políticas públicas de moradia e de trabalho, em especial nas periferias, constitui desafio essencial para o presente e o futuro. Seja de modo paulatino, com recursos próprios ou com financiamento internacional, estes são desafios a serem indubitavelmente enfrentados por Moçambique.

No que tange à questão do turismo, é provável que o país tenha nessa atividade econômica possibilidades efetivas para o enfrentamento dos ditos desafios. Isso se deve à riqueza das

paisagens e das distintas culturas e tradições que compõem o território moçambicano. A gradativa lapidação desse patrimônio e de todo o seu envoltório, com vistas à formatação de produtos turísticos e de circuitos ou rotas atrativas à visitação, representa um caminho viável (ainda que complexo) em direção ao desenvolvimento. Assumir esse trabalho de modo a garantir o pleno envolvimento das comunidades receptoras e o atendimento a seus legítimos desígnios é, entretanto, de caráter elementar. Assim, justifica-se o propósito de não reproduzir as mazelas vividas em outras experiências mundo afora, situações em que o turismo aprofunda desigualdades e a superexploração da natureza e do trabalho.

Por fim, manifesto minha profunda admiração e amizade pelo povo de Moçambique, que recebeu a missão científica brasileira de forma tão afetuosa e colaborativa. Que o espírito deste livro, de buscar o fortalecimento dos laços entre os dois países, desde o Sul Global, possa se fazer vivo entre os leitores! Que nossa cooperação possa prosperar e que outras missões semelhantes sejam viabilizadas para a travessia do Atlântico, tanto no sentido Brasil-Moçambique quanto no sentido Moçambique-Brasil! Que a África e a América Latina possam prosperar em sua união e respeito mútuo!

Capítulo 7

GEOGRAFIAS AO RÉS DO CHÃO DE MOÇAMBIQUE

Ricardo Assis Gonçalves

Meu primeiro encontro com a África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado. Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava. Na verdade, na medida em que, deixando o aeroporto de Dar es Salaam (Tanzânia), há cinco anos passados, em direção ao 'campus' da universidade, atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava. Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim, de mim. A cor do céu, o verde-azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-la, 'desenhando o mundo', a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não

> conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava (Freire, 1977, p. 13-14).

A epígrafe de Paulo Freire, extraída do livro *Cartas à Guiné Bissau*, é fonte de inspiração para iniciarmos este texto-relatório da missão científica realizada em Moçambique no mês de junho de 2024. A citação das palavras do pedagogo e filósofo brasileiro traduz a sensibilidade experimentada diante das paisagens, pessoas, saberes, cores, sabores e sons africanos, quando Freire aterrissou na Tanzânia pela primeira vez. Sublinha as resistências enredadas pelos povos e sua cultura, mesmo grafados pela covardia e agressão imperialista dos colonizadores que por séculos pilharam os territórios da África.

Nesse sentido, pode-se dizer que a referência ao pedagogo e filósofo brasileiro traduz também a experiência que tive quando, em solo do continente africano, desci no Aeroporto de Maputo, em Moçambique. As primeiras observações na cidade e capital do país ilustraram paisagens desenhadas por coqueiros e cajueiros, o movimento apressado de homens, mulheres e crianças negras com roupas coloridas andando pelas ruas, embaralhando vozes e gestos de um povo que parecia predisposto ao acolhimento.

Aos poucos, a cidade revelava-se em seus coqueirais, cujas folhas dançavam ao sabor dos ventos; no pôr do sol que transformava o horizonte em uma aquarela de cores entre o céu e o Oceano Índico; nas praias e nos barcos pesqueiros; no jeito simples, alegre e comunicativo das pessoas; no sentido coletivo das reuniões em círculo; e na luta cotidiana, persistente e aguerrida pela reprodução social da vida. A coexistência entre desigualdade e exuberância conferia à paisagem uma profundidade que evocava, em muitos aspectos, a realidade brasileira. Nessa viagem levei comigo os ensinamentos de Paulo Freire para não olvidar a palavra liberdade e torná-la ingrediente substantivo em toda ação educativa e dialógica.

Com o propósito de participar da Missão Científica de Cooperação Brasil-Moçambique e do Colóquio Internacional Desenvolvimento e Determinações Territoriais no Sul Global, o contato com Moçambique significou também uma oportunidade de fortalecer parcerias em construção e fomentar a relação de solidariedade mirada na perspectiva do Sul Global. Com a construção dessa Missão e do Colóquio, uma rede institucional com ações em distintas escalas foi fortalecida, a saber: o grupo de pesquisa e extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira), a Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita) e o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UEG), em articulação com as universidades moçambicanas Universidade Rovuma (UniRovuma) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Pontua-se que o PPGEO-UEG já possui um histórico de diálogo e cooperação com pesquisadores de Moçambique, destacando-se a publicação de artigos e livros, realização e participação em eventos. Eu mesmo já visitei universidades moçambicanas em 2016 para participar de eventos e atividades de pesquisa. Essa experiência resultou em publicações (Gonçalves, 2018), além de ter possibilitado o contato inicial com instituições e pesquisadores moçambicanos que resultou em parcerias consolidadas.

Desse modo, acredita-se que a realização da missão científica em 2024 fortaleceu os laços de parcerias do PPGEO-UEG com pesquisadores e universidades de Moçambique numa perspectiva de relação e integração com o Sul Global, em especial na relação com países de língua portuguesa. Ademais, considerando que o PPGEO-UEG possui como área de concentração as análises ambientais e territoriais do Cerrado, a interlocução com pesquisadores de Moçambique é também uma oportunidade de conhecer experiências de ensino, pesquisa e extensão focadas na savana moçambicana.

Os resultados de pesquisas que desenvolvo no PPGEO-UEG foram apresentados em Moçambique em palestras e atividades

realizadas em duas universidades, a Universidade Rovuma (UniRovuma, Nampula) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM, Inhambane). Ademais, destaca-se que os resultados das pesquisas surgiram de projetos vinculados ao Laboratório de Geoprocessamento para Análises Ambientais e Territoriais do Cerrado (LabCerrado), estruturado com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), via Pró-Programas; de pesquisas dos projetos "Implicações territoriais da megamineração e proposições para transparência da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), em Goiás", financiadas pelo CNPq (Bolsa PQ-2); e de "Análises ambientais e territoriais do Cerrado em Goiás: impactos do agronegócio e da mineração", financiadas pela Capes.

Finalmente, destaca-se que a realização dessa missão científica só foi possível por meio do apoio da PrP/UEG, por intermédio do Pró-Programas e política de internacionalização das pesquisas e atividades dos programas *stricto sensu*. Por isso, aproveita-se para reconhecer a importância desta política e também agradecer o apoio.

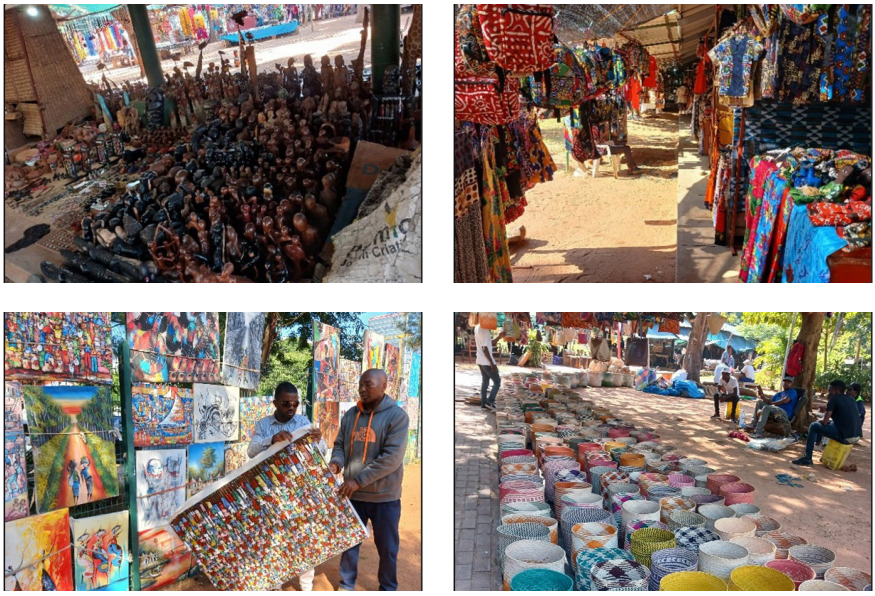
MAPUTO

Na tarde do dia 18 de junho de 2024, desembarquei em Maputo, capital de Moçambique. Hospedado no centro da cidade, pude observar ao fim do dia o movimento de pessoas pelas ruas e avenidas centrais, em especial lançadas à venda de mercadorias (sapatos, roupas, eletrônicos etc.) que compõem a sociabilidade cotidiana da cidade, especialmente no âmbito do que o geógrafo Milton Santos (1979) denominou "circuito inferior da economia", caracterizado pela informalidade.

Uma das ações fundamentais do fazer geográfico é o contato direto com as realidades que pesquisa e interpreta. Por isso, diante dos espaços e paisagens, o geógrafo elabora interpretações e o faz

mediante o uso de categorias e conceitos fundamentais da Geografia. Caminhar no centro de um espaço urbano é fundamental para perceber como as cidades se organizam, como as expressões do trabalho comparecem no cotidiano, o modo como as redes de transportes funcionam e atendem à mobilidade local. Nesse sentido, na manhã do dia 19 de junho continuei a percorrer espaços de Maputo para conhecer elementos do cotidiano da cidade, entre eles a Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo (Feima). Essa feira reúne as distintas expressões das cores, saberes, artesanatos, pinturas e tecidos (as capulanas) que fazem parte do país (Foto 1).

Foto 1 – Mosaico de fotografias da Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo (Feima) em Maputo, Moçambique



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

Depois de passar pela Feima, conheci o Instituto Guimarães Rosa, situado na cidade de Maputo e cuja missão é fomentar a língua e a cultura do Brasil. A visita a esse instituto possibilitou

conhecer o espaço e as exposições acerca do patrimônio cultural e imaterial de diversos países africanos, com foco em danças, músicas, instrumentos musicais (como a timbila, de Moçambique) e práticas religiosas que compõem o vasto, profundo e insondável território africano.

Na tarde do dia 19 de junho desloquei-me por viagem aérea de Maputo a Nampula, para iniciar, no dia seguinte, a jornada de atividades na UniRovuma.

NAMPULA

Em Nampula, fui recebido, inicialmente, por Vanito Frei (professor e diretor científico da UniRovuma), Thiago Sebastiano (professor da UnB) e Daisy Caetano (servidora do IFG), componentes da Missão Científica Brasil-Moçambique. Na manhã do dia 20 de junho, o primeiro contato institucional ocorreu com a reitoria e direção científica da UniRovuma. Fomos acolhidos na sala de reunião da reitoria para a apresentação institucional, para possibilidades de convênios e projetos e exposição da programação com atividades da Missão Científica Brasil-Moçambique.

Nesse momento, o contato inicial propiciou também retomar o histórico de parcerias entre pesquisadores brasileiros e moçambicanos, realização de eventos anteriores, construção de redes, publicações e projetos conjuntos.

Também fomos apresentados ao espaço físico da UniRovuma, com foco nos laboratórios, salas de aula, biblioteca e auditórios. Caminhar pela universidade, observar as reuniões de alunos no pátio ou as salas em momentos de aulas nos fez apreender a importância de uma instituição de ensino voltada para a formação de profissionais em distintos campos de saberes. Na tarde desse dia tivemos um momento de apresentação de pesquisas no âmbito do *Colóquio Internacional Desenvolvimento e Determinações Territoriais no Sul Global*. A palestra que realizei neste espaço do Colóquio

focou os grandes projetos extrativos e seus impactos ambientais nos territórios do Cerrado brasileiro. O foco no Cerrado teve o propósito de tecer aproximações com as implicações dos grandes projetos extrativos e de desenvolvimento planejados na Savana moçambicana, como o corredor de Nacala.

Nesse sentido, as implicações territoriais de grandes projetos de desenvolvimento na Savana de Moçambique foram abordadas pela exposição do professor Vanito Frei, da UniRovuma (Foto 2).

Foto 2 – Apresentação de pesquisas para alunos e professores da UniRovuma, no âmbito do Colóquio Internacional Desenvolvimento e Determinações Territoriais no Sul Global



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

Ao caminhar pelas ruas de Nampula, o olhar geográfico mirado no espaço urbano permitiu apreender as distintas manifestações sociais e do trabalho, com suas escalas e ações. Mulheres moçambicanas caminhavam apressadas nas ruas, vendendo produtos como tecidos e alimentos, com suas roupas coloridas e o sorriso como expressões da alegria apreendida na arte e na

literatura de escritores como Ungulani Ba Ka khosa e Mia Couto. As experiências de caminhar e observar as paisagens humanas e físicas das cidades moçambicanas fizeram parte da percepção geográfica construída ao rés do chão na viagem a Moçambique.

Após as atividades iniciais na UniRovuma, também nos reunimos para discutir o planejamento de atividades no âmbito da Missão Científica Brasil-Moçambique. Com efeito, no dia seguinte, na manhã de 21 de junho, iniciamos a viagem para Nacala Porto, uma cidade portuária situada na Província de Nampula.

NACALA PORTO E NACALA-A-VELHA

No decorrer de quase 200 km, entre Nampula e Nacala Porto, a viagem propiciou o contato com as expressões do território rural moçambicano. No cultivo da terra por meio das machambas, plantam-se milho, mandioca e frutas, com trabalho expressivo de mulheres. As formas de moradias em *palhotas* com paredes de barro e cobertas de palhas, a dependência de água de cisternas, a presença de crianças e jovens na beira das estradas a vender produtos expressavam as distintas realidades do território moçambicano.

Na tarde do dia 21 de junho fomos recebidos pela direção da UniRovuma, *campus* Nacala Porto. Após a apresentação institucional, momento em que retomamos as atividades planejadas pela Missão Científica Brasil-Moçambique, participamos de uma mesa-redonda com palestras proferidas por nós brasileiros e também por pesquisadores moçambicanos.

No dia 22 de junho, o foco das atividades foi conhecer a organização espacial da cidade portuária de Nacala Porto e do distrito de Nacala-a-Velha. Em Nacala Porto, além do impacto econômico da presença da principal região portuária do norte moçambicano, observou-se que a cidade é organizada com foco nos megainvestimentos. O Complexo Portuário de Nacala faz parte do "Corredor Logístico do Norte" de Moçambique, representado por

uma matriz espacial de fixos e fluxos, como denominado por Milton Santos (2002), que inclui ferrovias, rodovias, aeroportos e portos. O resultado dessa infraestrutura espacial é um território marcado pela presença de grandes projetos, em especial de investimentos estrangeiros, advindos de países como Índia e China.

O contato direto com os territórios de Nacala Porto e Nacala-a-Velha demonstrou como o território moçambicano vem se especializando nos últimos anos para extrair e exportar produtos primários. Em Nacala-a-Velha, por exemplo, a presença das infraestruturas do porto para exportação de minérios como carvão mineral elucida as contradições de uma economia primário-exportadora. Enquanto centenas de vagões despejam milhares de toneladas de carvão nos navios cargueiros que transportam esse bem mineral para outros países, as comunidades locais, no entorno do porto ou ao longo de mais de 900 km da ferrovia (Foto 3) que conecta as minas de carvão do distrito de Moatize, na Província de Tete, a Nacala-a-Velha, Província de Nampula, permanecem à margem da riqueza gerada pelos grandes projetos extrativos no país.

De acordo com Kato,

> A região do Corredor Econômico de Nacala sempre ocupou posição estratégica nos planos de desenvolvimento, conectando os serviços de logística com a mineração, a exploração de gás e a produção agrícola. O Corredor permite a convergência de interesses de distintos atores, públicos e privados, atuantes nas mais variadas escalas (do local ao global), criando tensões com relação à posse e ao controle de terras e recursos naturais nessa região. Ademais, opera como um *driver* importante no avanço do poder das corporações nos territórios, aprofundando políticas de liberalização comercial e acentuando a exploração de recursos (Kato, 2019, p. 3).

Foto 3 – Vagões carregados de carvão mineral extraído da Província de Tete para exportações via porto em Nacala-a-Velha



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

Conforme demonstrado por Kato (2019), o Corredor Econômico de Nacala faz parte de um complexo territorial estratégico para as políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo moçambicano, mas também das corporações extrativas que ampliam as fronteiras de controle e explotação de bens naturais em Moçambique. Nesse sentido, observar a organização espacial desse território, conversar com pesquisadores que debatem o tema dos extrativismos predatórios em Moçambique, registrar a realidade das comunidades locais no entorno da ferrovia e do porto, entrevistar moradores e trabalhadores permitiu sistematizar a interpretação geográfica de grandes projetos em territórios do Sul Global.

ILHA DE MOÇAMBIQUE

De Nacala Porto nos deslocamos para a Ilha de Moçambique, também localizada na Província de Nampula. A Ilha de Moçambique é considerada patrimônio mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desde 1991. O contato com esse território possibilitou conhecer parte

da história de Moçambique a partir da colonização portuguesa, a violência do escravismo, a presença da Igreja Católica na colonização portuguesa, os edifícios arquitetônicos, a culinária, a língua local e a presença do turismo. Percebeu-se que o turismo é um setor econômico e espacial central, que influencia na organização de infraestruturas e serviços, além de fomentar atividades como venda de artesanatos, pesca de mariscos, presença de guias turísticos e construção de hotéis, pousadas, restaurantes e museus.

Como parte da equipe que compôs a Missão Científica Brasil-Moçambique pesquisa a temática do turismo e suas implicações territoriais e econômicas, o contato com a Ilha de Moçambique certamente foi uma das experiências centrais que compuseram as interpretações geográficas desse país africano. Foi também uma oportunidade para se conhecer a história da colonização em território africano e, particularmente, de Moçambique.

REUNIÃO FINAL NA UNIROVUMA

Da Ilha de Moçambique retornamos para a cidade de Nampula, onde no dia 24 de junho de 2024 realizamos uma reunião com professores e gestores da UniRovuma (Foto 4) para apresentações de projetos de pesquisas, experiências de ensino, pesquisa e extensão a partir de nossas (dos participantes da missão) experiências em institutos e universidades brasileiras, a saber: Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Destaca-se, naquele momento (2024), que minha condição de coordenador de programa de pós-graduação e pesquisador na UEG possibilitou compartilhar experiências exitosas de pesquisa e extensão, além dos programas atuais de pesquisa e pós-graduação implementados pela PrP/UEG, a exemplo de Pró-Programas, Pró-Projetos e Pró-Laboratórios, que vêm fortalecendo espaços de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da universidade. Também

expus a importância da existência da Editora da UEG e do diretório de revistas. Isso suscitou o interesse por parte de pesquisadores da UniRovuma, especialmente para propiciar compartilhamento de experiências a partir da Editora e do diretório de revistas.

Este momento coletivo também proporcionou um espaço para avaliação das atividades realizadas no âmbito da Missão Científica Brasil-Moçambique, com foco em resultados e projetos em execução e futuros.

Após essas atividades realizadas na Província de Nampula, organizadas pela UniRovuma, na madrugada do dia 25 de junho iniciamos a viagem de ônibus entre a cidade de Nampula e Inhambane (capital da província de mesmo nome). Essa viagem durou dois dias e percorremos cerca de 1.600 km, atravessando as províncias de Zambézia e Sofala.

A VIAGEM DE NAMPULA A INHAMBANE: O CONTATO COM MOÇAMBIQUE PROFUNDO

Percorrer aproximadamente 1.600 km de ônibus em Moçambique foi uma experiência geográfica que proporcionou o contato direto com os territórios e as paisagens que compõem esse país africano. Esse percurso foi realizado pela Estrada Nacional nº 1, que atravessa o país de norte a sul e ao todo possui quase 2.500 km.

Um dos principais aspectos observados em todo o percurso foi a presença significativa da população rural nas mediações da rodovia. Por isso, ficaram evidentes as formas de moradia, de relação com a terra por meio das machambas e a importância da rodovia para atividades de venda de produtos como artesanatos, frutas, lenha, castanhas etc. Em cada parada do ônibus, dezenas de mulheres, jovens e crianças se reuniam na oferta desses produtos para os passageiros.

No decorrer de centenas de quilômetros, ficou explícito o modo como Moçambique ainda se constitui em uma reserva

Foto 4 – Reunião com diretores de institutos e representação de pesquisa, ensino e extensão da UniRovuma



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

mundial de bens naturais como terra, água, minerais e madeira. Por isso, é um território aberto aos interesses das corporações extrativas ou à ação global do imperialismo extrativo, conforme definido pelo geógrafo David Harvey (2018).

A maior parte das terras cultivadas que observamos ainda é ocupada pela agricultura dependente de práticas rudimentares de manejo do solo, uso de força animal e ferramentas como enxadas. As machambas são os principais espaços de uso da terra, e o trabalho rural expressa uma presença marcante de mulheres. Do mesmo modo, as mulheres predominam nas atividades informais à beira da Estrada Nacional nº 1.

A viagem por via rodoviária também demonstrou que as infraestruturas de transporte de passageiros ou de mercadorias impõem desafios aos programas de desenvolvimento do país. As estradas são precárias e dificultam a mobilidade por todo o território nacional. Foi frequente percorrer dezenas de quilômetros sem asfaltamento adequado ou disposição de qualquer infraestrutura às margens da estrada, como postos com banheiros, restaurantes e estacionamentos para carros, ônibus ou caminhões.

Sendo assim, apresentamos nas Fotos 5 e 6 algumas expressões ilustrativas do cotidiano no decorrer da Estrada Nacional nº 1, considerando o trecho que percorremos no decorrer de quase dois dias entre Nampula e Inhambane.

Ao final da tarde do dia 26 de junho, chegamos à cidade de Inhambane, capital da província de Inhambane. À medida que nos aproximávamos de Inhambane, o desfile dos coqueiros revelava a paisagem característica dessa cidade à beira do Índico, conhecida tradicionalmente como "Terra de boa gente".

Foto 5 – Jovens, especialmente mulheres, vendem frutos em uma das paradas do ônibus na estrada Nacional nº 1. Cenas como essa se repetiram em dezenas de paradas, com presença significativa de jovens na venda de produtos, especialmente frutos, para os passageiros do ônibus. Percebeu-se que a venda de produtos no decorrer da estrada é uma fonte de renda fundamental para centenas de famílias moçambicanas



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

Foto 6 – Planície do rio Zambeze, na província Zambézia, Moçambique. Observa-se que a planície é fundamental para o cultivo de hortaliças, mandioca, milho e arroz em solos úmidos e férteis



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

INHAMBANE: AS ATIVIDADES NA "TERRA DE BOA GENTE"

Na manhã do dia 27 de junho, iniciamos as atividades da Missão Científica Brasil-Moçambique em Inhambane, recebidos pelo professor Dr. Ernesto Jorge Macaringue, então (2024) diretor da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A recepção inicial envolveu uma reunião institucional para relato de atividades da Missão e do Colóquio, cuja parte inicial ocorreu na UniRovuma, em Nampula. Esse momento também proporcionou uma retomada de projetos e ações anteriores ocorridos no âmbito do grupo de pesquisa e extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira) e da Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita).

Destaca-se, nesse caso, que a minha primeira viagem no âmbito de Missão Científica realizada em Moçambique foi em Inhambane, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo da UEM, em 2014. Portanto, a oportunidade de retornar à "Terra de boa gente" dez anos depois foi também uma maneira de fortalecer parcerias, amizades e projetos mirados na perspectiva de solidariedade entre países do Sul Global.

Na tarde do 27 de junho retornamos à UEM para conhecer os espaços da universidade e reunirmo-nos com docentes e discentes, o que proporcionou um compartilhamento de experiências que envolveram projetos de pesquisas, publicações, parcerias com pesquisadores e universidades brasileiras e potenciais convênios. Ademais, ao final desse dia percorremos o centro da cidade de Inhambane, composto por uma paisagem arquitetônica colonial, infraestrutura e ofertas de serviços voltados para o turismo.

Na manhã do dia 28 de junho, por sua vez, ocorreu o momento de apresentações de pesquisas com palestras de professores brasileiros e moçambicanos. Nesse momento, junto aos professores Thiago Sebastiano, Uelinton Barbosa e Ernesto Macaringue,

compusemos uma mesa na qual discutimos projetos de desenvolvimento econômico (extrativos minerais, do agronegócio ou turismo) que impactam territórios de países do Sul Global, como Moçambique e Brasil. Na parte da tarde do mesmo dia ocorreram novas apresentações como parte das atividades da missão do colóquio internacional Brasil/Moçambique.

ATIVIDADE DE CAMPO EM ESPAÇOS RURAIS DE INHAMBANE

No decorrer do dia 29 de junho foi realizado um trabalho de campo no entorno da cidade de Inhambane que envolveu a praia do Tofo e comunidades rurais e de pescadores na zona litorânea. Inicialmente, a passagem pela praia do Tofo propiciou o contato com megainfraestruturas de turismo de investimentos estrangeiros com apropriação predatória das paisagens, expropriação dos moradores locais e impactos em atividades como a pesqueira. Na praia do Tofo a atividade turística revelou-se como um setor que apropria territórios e paisagens, segrega espaços, fomenta a extração intensiva de bens naturais e da força de trabalho.

A partir da praia do Tofo percorremos espaços onde as populações locais vivem da relação com a terra e o mar, por meio da extração de frutos (fundamental para a culinária local) e folhas dos coqueiros (na construção das moradias), cultivo da terra (hortaliças, abóboras, mandioca etc.) e prática de pesca. As moradias construídas de caniço e folhas de coqueiro marcam a paisagem rural próxima ao litoral. Destaca-se que a presença de ações na União Nacional dos Camponeses (Unac) contribui também com a organização para defesa dos territórios e formas de usos da terra para plantio de alimentos. Nesse local visitado, denominado Conguiana, comunidade camponesa próxima à praia da Barra, no momento do almoço, foi possível observar a importância das

machambas, dos coqueirais e do mar para a alimentação. Possivelmente, o único produto comprado para o almoço foi o sal. O restante foi à base de coco, pescado, frango criado no quintal, hortaliças e amendoim plantados na machamba (Foto 7).

Foto 7 – Trabalho de campo e contato com populações camponesas



Fonte: Missão científica em Moçambique, junho de 2024.
Autor: Ricardo Assis Gonçalves, 2024.

Essa experiência de campo demonstrou a importância do uso da terra para as famílias camponesas reproduzirem socialmente a existência. Revelou também a presença marcante da mulher moçambicana no uso e na defesa dos espaços de vida, da relação com a terra e o trabalho. Por intermédio do trabalho de campo, a Geografia propicia a compreensão e interpretação dos territórios e paisagens com seus conflitos e contradições, o modo como os distintos sujeitos, homens e mulheres, vivem, trabalham e alimentam; a maneira como a terra, as plantas, as sementes, as águas são transformadas em bases comuns da sobrevivência em territórios ameaçados por grandes projetos extrativos, de infraestrutura ou turismo, como observado em Moçambique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as atividades realizadas em Inhambane, no dia 30 de junho nos deslocamos para a cidade de Maputo, via Estrada Nacional nº 1, em cujo percurso voltamos a perceber a importância que ela exerce para a concentração de atividades comerciais, como venda de produtos primários e básicos para a existência em Moçambique, entre os quais castanhas, frutos, lenha, carne e artesanatos.

No dia 1º de julho, em Maputo, nos dedicamos apenas ao descanso e à organização para a viagem de retorno ao Brasil na manhã do dia seguinte, 2 de julho. Por conseguinte, depois de quase duas semanas em terras moçambicanas, voltar ao Brasil significou também trazer experiências, aprendizados, amizades, parcerias e projetos já em desenvolvimento ou que se abriram ao horizonte de possibilidades futuras.

Os aprendizados, as observações e o diálogo de saberes em Moçambique fortaleceram as parcerias que temos construído com países do Sul Global. Ademais, os saberes geográficos diante da cultura, das línguas, da culinária, dos megaprojetos extrativos, das ruas movimentadas pelo trabalho informal em distintas cidades e a travessia de ônibus de Nampula a Inhambane traduzem um conhecimento geográfico tecido ao rés do chão do território moçambicano.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Cartas a Guiné-Bissau*. Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GONÇALVES, R. J. A. F. Interpretações geográficas em Moçambique / África e experiências dialógicas na Terra de Boa Gente (Inhambane). *Revista Pegada,* vol. 19, n.2, 2018

HARVEY, David. *A loucura da razão capitalista:* Marx e o capital no século XXI. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

KATO, Karina. *Traçando a saída para o desenvolvimento*: o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-2_tracando_a_saida/ESA27-2_tracando_a_saida_HTML. Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido:* os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

Capítulo 8

A SOBERANIA ALIMENTAR E A RELAÇÃO CIDADE/CAMPO

Desafios do turismo em Inhambane-Moçambique-África

Eguimar Felício Chaveiro
Gilmar Elias Rodrigues da Silva
Jorge Ernesto Macaringue
Hélsio Amiro Montany de Albuquerque Azevedo

Por meio da realização de várias missões científicas, configurada no interior do projeto de pesquisa "Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro e as Savanas em Inhambane/Moçambique" e do projeto "A produção de alimentos saudáveis no Cerrado goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos karajás-Aruanã-GO" – CNPq – Edital 01/49, foram desenvolvidas múltiplas atividades relativas à soberania alimentar e às práticas turísticas na província de Inhambane, em Moçambique-África.

Dentre as atividades realizadas nas missões, nos convém destacar cinco excursões técnicas de campo devidamente organizadas conforme o escopo das pesquisas interligando soberania alimentar e práticas turísticas; entrevistas com gestores municipais de Inhambane; seminários internos com membros da equipe; questionário aplicado a alunos e professores da Escola Superior

de Hotelaria e Turismo (ESHTI), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM, Inhambane); levantamento de dados; entrevistas semiestruturadas com múltiplas representações de sujeitos da comunidade; elaboração de um painel fotográfico e captura de imagens videográficas.

Todas essas atividades geraram um manancial de informações que, no decorrer das missões, de maneira coletiva e dialogada, serviram – e servirão – à elaboração de sínteses temáticas, levantamento de problemas e reorganização da direção da pesquisa.

Na trajetória da pesquisa, uma interrogação aflorou: como o turismo praticado em Inhambane poderá ser articulado à produção local de maneira a garantir a soberania alimentar? Ou seja: como a comunidade local poderá potencializar a sua inserção socioeconômica na cidade e no município de Inhambane por meio das práticas turísticas?

Mediante essa problematização, foi possível estabelecer a estrutura teórico-metodológica deste trabalho. Uma premissa emergiu: a necessidade de pensar as determinantes territoriais do país e o lugar da província de Inhambane, envolvendo a questão alimentar e as práticas turísticas. Para isso, empenhou-se esforço no sentido de estabelecer a leitura dos temas da pesquisa a partir da abordagem territorial, essa que mira os conflitos sociais nas escalas locais e geopolíticas.

Isso demandou organizar eixos temáticos estruturais de maneira a permitir a realização da pesquisa. A atenção foi centrada nas condições estruturais do território e nos campos específicos que definem as diversas atividades do turismo e sua relação com o território. A base dos eixos foi a relação cidade/campo. Essa relação ajuda a especificar as articulações entre as escalas de vida do povo de Inhambane internamente e com Moçambique em sua totalidade.

Outra premissa teórica foi pertinente: a relação cidade/campo de Inhambane informa os problemas, os conflitos e as potencialidades que se inserem na atividade turística e na soberania

alimentar. Além disso, demonstra as características estruturais e singulares do local; pode ainda ajudar a definir pautas de intervenção por meio de programas e paradigmas que articulem o turismo e a conquista da soberania alimentar.

Para sistematizar a visada e escapar da dispersão das informações obtidas nos vários meios de coleta, desenvolveu-se o procedimento de definição de marcos espaciais. Isso implicou a eleição de situações espaciais responsáveis pelos principais eventos sociais do território em questão. Os marcos espaciais, referendados na paisagem urbana e rural, mostram o movimento do espaço, o uso do território e a constituição do lugar.

O ESPAÇO/TEMPO DE INHAMBANE: A DETERMINAÇÃO HISTÓRICA

Ao se fazer uma pergunta a estudantes da ESHTI – "Explique o contexto de Inhambane na economia nacional de Moçambique" –, as respostas foram semelhantes. Um entrevistado apresentou: "*A província de Inhambane tem contribuído de forma significativa no setor turístico por oferecer lindas paisagens (praias) que motivam a chegada de turista estrangeiro com o objectivo de desfrutá-las*" (Entrevistado 1, Inhambane, 2024).

Outro entrevistado apresentou resposta semelhante:

> A Província de Inhambane constitui um grande impulso uma vez que, o turismo é uma das atividades econômicas que mais rápido crescimento têm registrado e consequentemente contribui significativamente para o PIB, e Inhambane é uma das cidades/províncias que mais têm contribuído (Entrevistado 2, Inhambane, 2024).

As respostas deram pistas semelhantes. Outro entrevistado observa que:

> A cidade e a Província de Inhambane contribuem significativamente com a prática do turismo no país, exclusivamente a sua capital pelas praias belas que proporcionam um bom turismo sol e mar. Sendo assim, pode-se revelar de grande contributo para o turismo em Moçambique e consequentemente para o PIB nacional (Entrevistado 3, Inhambane, 2024).

Vê-se que a imagem da cidade e a da província estão ligadas às práticas do turismo. Este, por sua vez, se apresenta na imaginação e na representação do morador de Inhambane por meio da importância das praias da cidade. Contudo, ao perguntar se apenas o turismo de praia e sol asseguraria a sustentabilidade da população local, as respostas ganham outros sentidos:

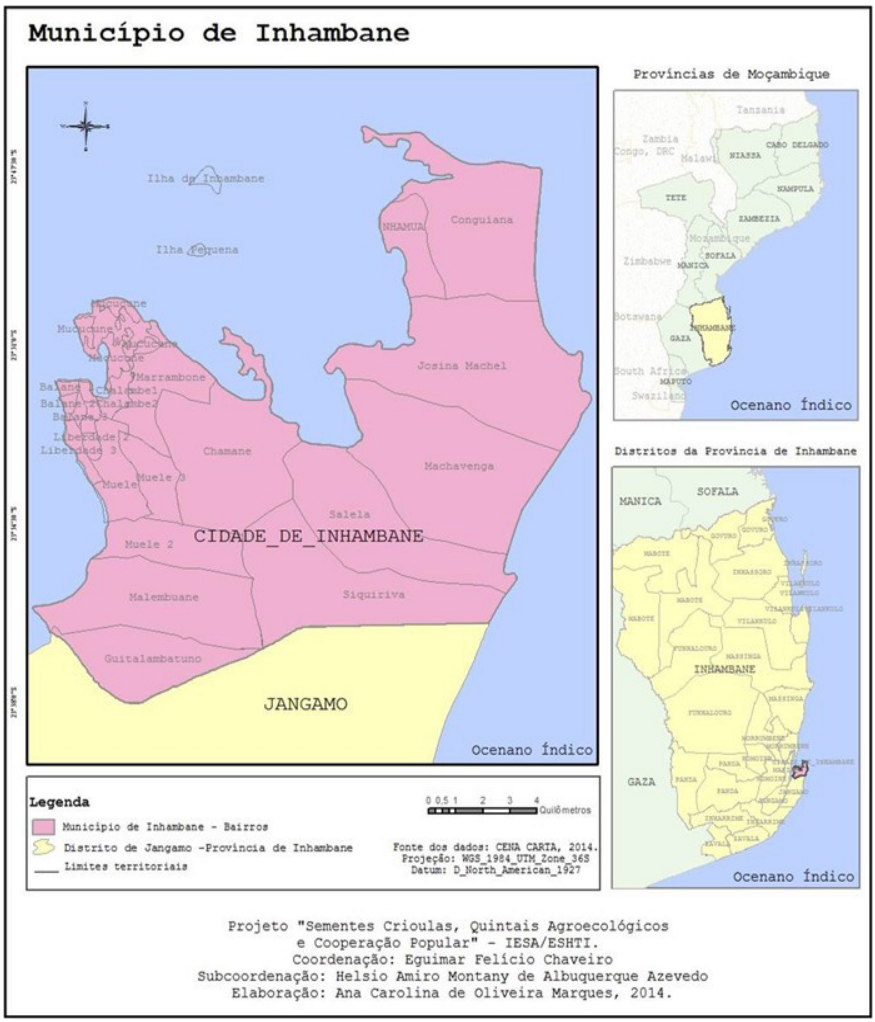
> Eu penso... eu penso que tem que haver muito planejamento, pois não há uma ligação do turista das praias do Tofo, Tofinho e Barra, por exemplo, com o conjunto da população. A população das baixas, quem não mora na cidade, vive de sua produção pequena, apenas para a sobrevivência. É uma produção pequena, a vida é difícil. O turismo não contribui muito, não (Entrevistado 4, Inhambane, 2024).

Seguimos com a intenção de colher posicionamentos e pontos de vista. Um professor universitário avalia:

> Há investimentos estrangeiros nas praias. Os turistas também são estrangeiros. Não se pode ir contra, isso é uma atividade importante, gera dinheiro, movimento. Mas tem que se pensar em outras formas de gerar renda. Eu digo que este tipo de renda é muito concentrado. Falta infraestrutura, falta planejamento. Por exemplo: falta uma continuidade das atividades das temporadas com os outros períodos (Entrevistado 5, Inhambane, 2024).

Antes de avançar na compreensão do turismo como um marco funcional da atual situação socioeconômica de Inhambane, convém interpretar as determinantes histórico-espaciais da cidade/província.

Mapa 1 – Mapa do município de Inhambane – Moçambique / África, 2014



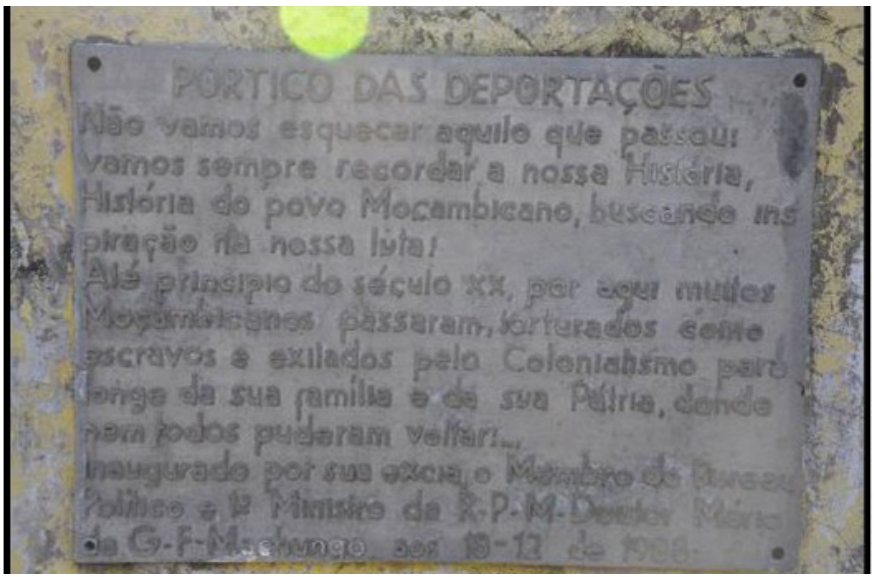
Fonte: Os autores.

Inhambane é o nome dado à província e também à capital da Província. Situa-se na região Sul de Moçambique, em sua zona costeira. É banhada pelo oceano Índico. Cidade portuária, foi constituída às margens de uma baía, que determina a sua organização espacial.

Desde o contato com os colonizadores portugueses no século XV, a cidade se especializou nas funções de ser um centro de comércio em decorrência de sua localização e das suas condições naturais. As Fotos 1 e 2 trazem a imagem do Porto de Inhambane. Nesse local, muitos sujeitos foram deportados como escravizados para Portugal ou para sua colônia na América. Instalada na rota comercial do ouro, do tráfico de escravizados e de formação de características específicas, Inhambane se desenvolveu contando, atualmente, com uma população em torno de 70.000 habitantes.

Na atualidade, o Porto de Inhambane recebe um fluxo elevado de pessoas que partem ou chegam para estudar, trabalhar ou retornar para casa ao fim de uma jornada de trabalho. A relação com o campo é intensa, apesar de haver fome e evidente insegurança alimentar. Percebe-se que há em Inhambane uma ligação estreita entre as condições edáficas, o relevo e o solo. Essa ligação repercute no processo de ocupação, de organização espacial, na funcionalidade dos lugares e no modo de vida da população. E não se pode desprezar o clima. O relevo plano, especialmente nas denominadas "baixas", no período chuvoso, recebe águas que inundam as paisagens, ajudando a formar, posteriormente, os lugares de produção.

Fotos 1 e 2 – Porto de Inhambane. Na primeira foto, placa alusiva aos moçambicanos que deixaram o país na condição de escravos. Na segunda, a configuração do Porto no ano de 2014





Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014.
Autor: Eguimar Chaveiro, 2014.

Azevedo (2014, p.61), ao analisar o município de Inhambane na relação com Moçambique, associa as condições naturais às sociais e às econômicas:

> Assim, torna-se evidente que Moçambique é um dos poucos países da sua região geográfica – África austral – que detêm uma combinação de recursos capazes de captar turistas e investidores com as mais diversas motivações e interesses. O legado histórico, marcado pela penetração mercantil árabe e portuguesa, o clima quente, as praias com temperaturas amenas, o relevo heterogêneo, a fauna marinha e terrestre abundante, a flora diversificada, o potencial hídrico marinho, lacustre e fluvial, entre outros, determinam a riqueza natural e antrópica que se pode utilizar para o desenvolvimento da atividade turística no país.

Da síntese elaborada pelo pesquisador e professor, podem-se inferir alguns motes para a compreensão de Inhambane. Destacam-se o processo colonial; as condições naturais; os componentes históricos e culturais; a funcionalidade econômica. Destacam-se também a insegurança alimentar, a dependência econômica e a pouca oferta de empregos. Esses elementos estruturais podem ser interpretados por meio dos marcos espaciais, os quais abordaremos a seguir.

MARCOS ESPACIAIS DE INHAMBANE

Os trabalhos de campo desenvolvidos no município e na cidade de Inhambane certificam que há seis marcos espaciais definidores da vida socioeconômica do local. A partir desses marcos é possível interpretar os eventos e a dinâmica da vida social do campo e da cidade, bem como suas articulações, conflitos e potencialidades. Eles também se afeiçoam à paisagem oferecendo pistas para serem interpretados estrutural e conjunturalmente. Ou

seja, as formas espaciais expressam funções e intencionalidades, processos e estruturas.

Convém considerar, como plano de fundo, o ensinamento de Araújo (2001; 2002) ao tratar, de maneira abrangente, os temas ruralidades e urbanidades em Moçambique. O autor sintetiza que,

> na África, o rural e o urbano são apresentados como dois espaços bem individualizados que representam dois mundos que, mantendo fortes relações, caminham a velocidades desiguais e representam culturas e realidades profundamente diferentes. Esta situação está a ser agudizada com a tão propalada globalização que, de forma periférica e perversa, só se faz sentir nas principais cidades que, assim, se afastam mais do mundo rural circundante, tornando mais marcante a sua característica de espaços estranhos implantados de fora, sem representarem o resultado de um desenvolvimento de base. Assim, em nada se altera a história da implantação de cidades na África, como surgiam como espaços criados para servirem aos interesses das potências colonizadoras, ou, mais recentemente, as que são criadas como "filhas do Estado" ou para controle administrativo e político. Esta implantação não elimina, por completo, o mundo rural dos limites do novo espaço assim criado. Araújo (2002, p. 5).

A característica geral de Inhambane inclui decisivamente o espaço africano e especificamente o moçambicano, mostrando a força do mundo rural na vida do país. Há que se observar que o regime de produção no espaço rural é insuficiente para garantir a soberania alimentar. A estrutura da cidade e da província mostra também a maneira como as duas dimensões territoriais – campo e cidade – estão ligadas ao processo de colonização, continuando com sentidos semelhantes no período atual.

O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE

Produto de um acúmulo diferenciado de tempos, o centro histórico apresenta formas originadas da colonização. Contudo, casarios coloniais portugueses, praças remodeladas, ruas, becos e construções diversas foram refuncionalizados. Observa-se que as construções históricas como igrejas (Foto 3), o pórtico de deportação e outras desse gênero evidenciam sinais do seu tempo de criação.

Foto 3 – Igrejas representando arquitetura colonial e moderna – Cidade de Inhambane, Moçambique/África, 2014



Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014.
Autor: Gilmar Elias, 2014.

O centro histórico, com formas diferenciadas, responde pela maioria da oferta de serviços de Inhambane. Hotéis, bancos, restaurantes, o mercado central, os cafés e outros atendem os serviços direcionados a dois tipos de usuários: os moradores da cidade e os turistas. São ocupados por trabalhadores da cidade e da zona rural, especialmente da cintura verde, provenientes das machambas.

Fotos 4 e 5 – Mercado Central – Cidade de Inhambane, Moçambique/África, 2014



Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014.
Autor: Gilmar Elias, 2014.

Percebe-se que a relação cidade/campo ocorre pela via do trabalho informal de vendedores e especialmente vendedoras de laranja, mandioca, alguns utensílios domésticos e artesanato. A produção pequena e insuficiente no campo ao juntar-se à informalidade excessiva e precária na cidade faz aflorar a insegurança alimentar.

A BAÍA DE INHAMBANE

A Baía de Inhambane possui várias funções: além do seu valor cênico marcado por uma beleza taxativa, as margens foram ocupadas por parte da população. Em algumas épocas do ano a Baía é usada por pescadores. Em paralelo, é usada para sediar restaurantes, hotéis e algumas formas de lazer, como caminhadas e jogos.

Um aspecto relevante a ser destacado é a ligação da cidade de Inhambane com a cidade de Maxixe. No decorrer do dia há intenso trânsito de pessoas de Inhambane para Maxixe e vice-versa (Fotos 5 e 6). O translado, cortando a Baía na horizontalidade, responde por uma situação estrutural: enquanto a cidade de Inhambane se especializou no turismo, Maxixe se especializou nas funções terciárias (Foto 7, A e B). Além do comércio em diversas lojas, há de forma esparramada nas ruas e calçadas o fluxo de pessoas entre compradores e vendedores de diversas mercadorias novas e usadas. Soma-se a estas a venda de frutas e verduras.

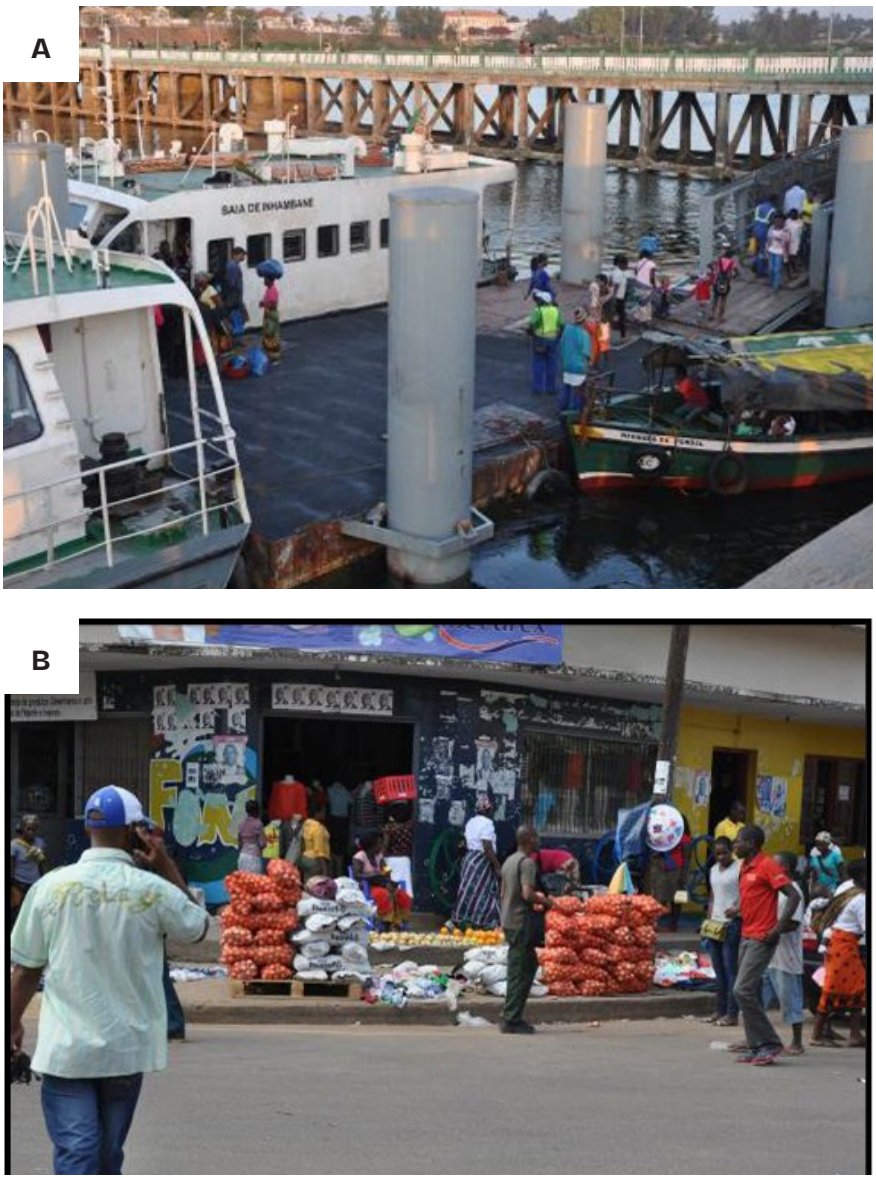
Fotos 5 e 6 – Na Foto 5, observa-se a Baía de Inhambane no momento de pôr do sol. A Foto 6 foi registrada a partir de Maxixe, tendo ao horizonte a cidade de Inhambane, Moçambique / África, 2014





Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014. *Foto à direita tirada a partir de Maxixe, tendo ao horizonte a cidade de Inhambane.
Autor: Gilmar Elias, 2014.

Foto 7 (A e B) – A: Travessia no Porto de Inhambane em direção a Maxixe. B: Vendedores no Mercado de Maxixe – Cidade de Inhambane, Moçambique/África, 2014



Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014.
Autor: Gilmar Elias, 2014.

Os levantamentos de dados, as entrevistas e os trabalhos de campo evidenciam uma divisão funcional entre as duas cidades separadas e unidas pela Baía. Essa divisão funcional urde um cenário regional articulando as duas cidades e seus distritos, bem como a sua ligação com outras províncias e com a capital Maputo. Ressalta-se que a Estrada Nacional-EN1, que corta o país na direção norte-sul, passa por Maxixe.

Ao entrevistar um trabalhador informal que todos os dias sai da cintura verde de Inhambane, região semiurbana, e vai para Maxixe comprar mercadorias para serem revendidas no centro de Inhambane, ele revela que

> Maxixe recebe os produtos dos distritos e também de Maputo. Aqui é uma feira aberta, tem os pontos para comprar e revender em Inhambane. Tem que andar muito, procurar os produtos mais baratos. É muita gente que faz isso todos os dias, alguns fazem a viagem várias vezes por dia. Não sabemos o que vamos ganhar, tem dia que ganha mais, tem dia que ganha menos. É assim que trabalhamos, sustentamos a família. Muitos trazem coisas das Machambas para aqui também. Mas viemos para Maxixe mais para comprar (Entrevistado 6, Inhambane, 2024).

Algumas características observadas, sob um olhar rápido, parecem ser banais. Mas, não são. O esforço dos trabalhadores informais, a rotina da travessia da Baía de Inhambane, o processo comunicativo feito em vários dialetos dentro dos barcos de travessia e também a garra feminina caracterizam a relação entre Inhambane e Maxixe. Por consequência, são índices do cotidiano que revelam as determinações da precariedade econômica do país.

Há que observar a maneira como as mulheres usam a roupa simbólica e concreta do país: a capulana. Para proteger a cabeça, para vestir-se, acomodar os filhos nas costas, forrar o chão para

sentar-se, as mulheres se juntam à capulana numa profunda perícia de equilíbrio. Também testemunham relações profundas entre luta pela vida, corpo e espacialidade. Entretanto, além de ser documento cultural expressivo do continente inteiro, a capulana marca o papel do gênero na cultura e na economia moçambicanas.

AS PRAIAS

As praias do Tofo, Tofinho e Barra são responsáveis por determinar a imagem de Inhambane. Junto ao sentido cênico, os investimentos de infraestrutura para o turismo como hotéis, clubes, restaurantes, *boites*, *lodges*, bares, lojas de *souvenirs*, serviços de entretenimento se somam à atividade de artesãos, ao papel dos trabalhadores informais e às funcionalidades turísticas.

Foto 8 – Indicações de hospedagem na Praia de Tofo – Cidade de Inhambane, Moçambique/África, 2014



Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014.
Autor: Gilmar Elias, 2014.

Azevedo (2014), ao analisar os fatores de captação de turistas nacionais e internacionais, desenvolve uma análise que faz destacar as seguintes atividades condicionadas pelas praias: desportos náuticos por intermédio de vela, esqui e *surfing*; desportos praianos, como o vôlei e o futebol; pescas esportivas e para comércio; passeios de barco; canoagem; mergulho marítimo e outras funcionalidades, como tomar banho de sol. Tudo isso mostra a importância das praias por seus diversos usos.

Ao falar com um professor que pesquisa o papel das praias no turismo, ele revela perspectivas importantes:

As praias são belas, elas são responsáveis pela atração turística do município. Há uma grande potencialidade em vários quesitos. Contudo, há problemas de várias ordens, como segurança, infraestrutura, oferta de serviços, higiene, educação ambiental.

Um trabalhador de artesanato avaliou:

> Não há ainda muita organização, houve tentativa de melhorar as condições, mas tudo é muito inseguro. Estou aqui porque não tem outra coisa mais garantida. Tem dia que não ganho nada. Na temporada é bom, mas depois não há muito turista. Sem o turista de fora isso aqui fica difícil. O nosso trabalho é disputado, é um contra o outro, dá briga, toda hora tem briga, disputa (Entrevistado 7, Inhambane, 2024).

A questão central é: as praias dariam conta de suportar a economia turística de Inhambane? O seu uso poderia ajudar na luta pela soberania alimentar? Como o turismo praiano pode ser articulado à produção local? Ou seja: como a comunidade e não apenas os donos de hotéis e restaurantes, os grandes investidores, podem usufruir do turismo oferecido pelas praias e atender às necessidades primárias, como a alimentação?

AS MACHAMBAS DA CINTURA VERDE

A ligação de relevo, solo e clima dá o estatuto físico-territorial da produção de alimentos na cintura verde de Inhambane. A proximidade da cidade, as casas de caniço (feitas de palmáceas), a facilidade relativa para conduzir os produtos das machambas para o centro da cidade e para os postos de vendas repercutem nas paisagens e nos conteúdos sociais da cintura verde (Foto 9).

Foto 9 – Casa de caniço – Cidade de Inhambane, Moçambique / África, 2018



Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2018.
Autor: Eguimar Chaveiro, 2018.

A imagem demonstra a moradia e também o sistema produtivo feito nas machambas, cujo investimento é realizado por meio da organização das associações de pequenos produtores. As *baixas* durante o período das cheias enchem-se de matéria orgânica, e, posteriormente, são usadas para o plantio de alface, repolho e algumas frutas tais como banana e ananás. Outros produtos, com

intervenção de técnicos especializados em plantio, são desenvolvidos, cultivados e comercializados.

Contudo, o processo de venda, o controle da produção e a quantidade de pessoas envolvidas não atendem às demandas e às necessidades da população. Daí que a fome grita exigindo atenção de todos os setores, inclusive das universidades, ao tema da soberania alimentar. Deve ser observado que a fragilidade do mercado interno faz desabrochar uma contradição gritante: num lugar de produção pequena, de necessidade de abastecimento da população, de existência de fome qualitativa e/ou quantitativa, há a perda de produtos, pois o mercado consumidor é precário.

Desenvolver corredores produtivos, organizar a cadeia produtiva das machambas, articulando-as ao turismo; criar esferas de consumo direcionado; definir programas entre os órgãos públicos e as iniciativas privadas são atividades que se colocam como premências para serem enfrentadas. A atividade turística, caso feche os olhos à fome e à necessidade de prover boa parte da população de alimentos saudáveis, estará contribuindo para que as condições do país – e do lugar – permaneçam do mesmo modo em que se encontram.

Observou-se que as machambas fazem um elo cidade/campo. Promovem um fluxo constante entre o ir e o vir. Há casos de trabalhadores da cidade que se deslocam todos os dias para o trabalho nelas (Foto 10). E há trabalhadores, moradores da zona rural, que vão para a cidade e, inclusive, para Maxixe, no intuito de vender os seus produtos. Uma trabalhadora revela essa relação:

> Eu trabalho aqui como complemento; eu planto, cuido da terra, produzo, colho, mas não dá, aqui não basta. Eu tenho que fazer outras coisas, trabalhar em outras coisas porque nem sempre o que se produz aqui dá para abastecer a necessidade da família, o movimento é pequeno. Não há muito comprador. A produção

> também não é grande. Mas aqui tentamos de todos os jeitos, aqui há ajuda, uns tentam ajudar os outros, tentamos fazer as coisas juntas (Entrevistado 8, Inhambane, 2024)

O controle da terra pelo Estado moçambicano ajuda a democratizar o seu uso e a definição dos sujeitos em sua relação com o processo produtivo. Contudo, o problema estrutural da incapacidade de investimento do Estado em ciência, tecnologia, manejo e na organização das cadeias produtivas repercute no processo. Percebemos que a situação do país interfere decisivamente no processo produtivo.

Foto 10 – Machambas: mulheres colhendo hortaliças – Cidade de Inhambane, Moçambique/África, 2014



Fonte: Missão Científica Exploratória. Projeto de Pesquisa – Iesa/UFG, 2014.
Autor: Gilmar Elias, 2014.

Observam-se na imagem algumas características das machambas: o sentido coletivo; a tentativa de organizar os produtores; a pouca tecnologia na ação de trabalho; o papel das mulheres; as condições de moradia. O fato é que as machambas

se revelam como formas espaciais de conteúdos diversificados. A um só tempo elas revelam os limites da capacidade de investimento do país e a resiliência dos sujeitos na tentativa de operacionalizar linhas paliativas de solução social. Observa-se também a abertura para recolocar, por meio das machambas, a relação cidade/campo.

As machambas mostram, também, a herança cultural das aldeias coletivas; a força da oralidade; a disposição para o diálogo como características para a potencialização coletiva e para desenvolver projetos fora do regime liberal da economia global.

Outro marco espacial é a "Saia Urbana de Inhambane". Numa adjacência contínua à cidade de Inhambane, o campo vai se aproximando da cidade na chamada 'saia urbana', ou seja, no perímetro semiurbano. Ali convivem casas de caniço, pequenas hortas em lotes maiores, casas de alvenaria, postos de vendas informais, algumas feiras, becos e produção de coco — morfologia múltipla que revela a transição entre o rural e o urbano"..

Evidencia-se o intenso fluxo conduzido pelas chapas e um caminho inverso: há sujeitos que estudam no centro da cidade, trabalham, viajam para Maxixe. Esse tipo sai da periferia para os centros comerciais. Há outros que saem da periferia e vão para as machambas, mais ao interior, rumo à zona rural. Em razão dessa ambiguidade social, a forma da paisagem une campo e cidade em duas direções: é uma cidade que vai para o campo; é um quase-campo que vai para a cidade. Ambos se misturam e se entrelaçam socialmente.

O território da periferia urbana possui destaques: o menor preço das mercadorias relativo às áreas centrais, tais como alimentação e outras que tendem a ser mais baratas; a força societária e cultural, por exemplo, do coco, que serve para a alimentação, para fazer casas, muros, para servir-se da água, para os pequenos negócios. A exuberância da cultura do coco torna-se emblema cultural de Inhambane.

Há também dramas sociais no mundo do *Outskirt*, ou seja, do subúrbio urbano. Um aluno da ESHTI revelou:

> Tenho um problema: nem sempre disponho de dez medicais para pagar a chapa para ir e voltar da minha casa para a universidade. Às vezes, eu tenho que ficar por aqui, já senti necessidade. Muitos ajudam. Mas é difícil. Já vim a pé também, dá mais de oito km. Eu tenho que acreditar na universidade, ver se depois as coisas vão melhorar. Muitos aqui vivem esta situação (Entrevistado 9, Inhambane, 2024)

Outros dados mostram o marco da periferia urbana como a alta taxa de fecundidade da população, o estado precário das moradias, o alcoolismo e também o processo migratório de jovens que deixam os pais nas machambas e mudam para a capital do país, Maputo.

A Baía de Inhambane é outro marco espacial. Conforme o Plano de Gestão Ambiental do Município de Inhambane (2009), a divisão administrativa de Inhambane encontra-se nomeada por 24 bairros, dentre eles a Ilha de Inhambane. Esta, por sua vez, dista aproximadamente 45 minutos de barco a motor a partir da cidade-sede do município. Embora pareça pouco distante dela, alguns aspectos diferem as populações. De acordo com o censo eleitoral, a Ilha de Inhambane possui 972 habitantes (Chaúque, 2013). Menos da metade desses bairros possui energia elétrica produzida por painéis solares. Seus moradores não possuem infraestrutura adequada para a qualidade de vida, como água potável e saneamento.

A Ilha de Inhambane, embora apresente potencial turístico, não possui condições para o desenvolvimento da referida atividade. São notórias a riqueza ambiental e a diversidade cultural de seus moradores. Constatam-se a abundante atividade pesqueira da comunidade e o cultivo de pequena produção de alimentos como

a hortaliça, a criação de porcos e galináceos. Para o visitante, o cenário é bucólico. Ante o quadro observado seria, conforme exposto, adequada a exploração do turismo como fonte de sobrevivência e renda. Entretanto, as dificuldades infraestruturais para implementação de tais atividades na ilha tornam-se o maior impeditivo. Assim, a população vê-se impossibilitada de usufruir das potencialidades aí oferecidas.

O modo pelo qual as atividades turísticas são empreendidas não dá sinal de que haja abertura e ação política no sentido de gestar o turismo para eliminar a fome ou para promover a soberania alimentar. Isso requisita a ação política de associações, movimentos populares, ativistas e sindicatos que, na escala local e na relação com movimentos de outros países, exerçam lutas para não se fecharem os olhos à fome em nome da indústria turística de exploração dos bens comuns dos povos moçambicanos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As várias missões científicas feitas em Moçambique, de norte a sul, as pesquisas de orientação, os colóquios internacionais e o levantamento de fontes, demonstram que as cenas miúdas patenteadas nas paisagens moçambicanas revelam sentidos universais. Entre essas cenas podemos destacar a insistência de vendedores almejando turistas para comprarem os seus produtos; o trabalho infantil nas atividades de vendas; o fato das mulheres andarem descalças. A trança contínua de grupos de conversa, de crianças jogando bola e de adultos que andam longos trajetos.

A interpretação dessas cenas fez elucidar a questão de pesquisa esboçada neste trabalho: como transformar a atividade turística de Inhambane num modo de protagonizar a inserção da comunidade na produção de renda e, assim, enfrentar a insegurança alimentar? Como democratizar o turismo transformando-o numa atividade de sustentabilidade coletiva?

No debate teórico de turismo, há diferentes ramificações. A própria atividade é múltipla. Não possui um sentido em si. Por isso, abre-se a um conjunto de miras teóricas e de perspectivas funcionais de uso dos objetos turísticos. Poder-se-ia dizer: como uma atividade contemporânea, lograda pelas sociedades capitalistas mundializadas, o turismo se coloca como objeto de disputa.

As diferentes modalidades turísticas, como turismo rural, religioso, gastronômico, histórico, de lazer, ecológico, praiano e tantos outros abrem o leque para as pesquisas endereçando os trabalhos para averiguar os sentidos econômicos, culturais, ecológicos, ideológicos. Nasce dessas perspectivas a reflexão paradigmática, incluindo decisivamente os sentidos sociais do turismo, dos objetos turísticos, das paisagens e dos territórios turísticos, dos agentes, dos discursos e dos imaginários.

Os sentidos delineiam-se em variadas vertentes: há prismas críticos que, por exemplo, elaboram a leitura do turismo de sexo, sol e praia; há a discussão de turismo em terras indígenas e de povos com identidades quilombolas; discute-se o turismo sustentável, comercial. Há perspectivas que interpretam a funcionalidade do turismo, o papel da infraestrutura, dos saberes, das tradições, das identidades territoriais dos lugares, de sítios e paisagens.

Ao analisar o turismo envolvendo a soberania alimentar em Moçambique, a escala geopolítica se coloca como seta necessária e urgente, pois a disputa pela hegemonia mundial tem arrastado países como Estados Unidos da América, Japão e China em direção às terras moçambicanas, numa corrida para o controle dos bens comuns, como minerais e terras. Diante desse quadro, surge a importância de compartilhar a participação dos agentes e desenvolver parcerias, cooperações, solidariedade, negociações e potencialização de forças que defendam a soberania do Estado moçambicano.

Convém dizer que as representações dos grupos de pessoas pesquisadas mostram uma série de problemas advindos da

atividade turística. Ao perguntar sobre os problemas que impedem a ação do turismo, as respostas apresentam: "falta de segurança"; "não valorização dos atrativos naturais"; "exclusão social"; "baixo nível de informação"; "vias de acesso"; "fraca sinalização"; "elevado custo do produto turístico"; "inexistência de mão de obra especializada"; "baixa renda da população nacional"; "atividade apenas para os ricos" – e outros.

Todas essas respostas apontam os conflitos que atravessam a atividade turística, demonstrando uma ligação dos elementos locais com os globais, dos componentes culturais com os geopolíticos. Dentre esses problemas, há um que pode redundar numa interrogação paradigmática: como desenvolver a atividade turística em países com profunda desigualdade social? Essa pergunta pode ser direta: qual o significado do turismo em países pobres?

A infraestrutura, o uso dos objetos turísticos, a sua implementação e, inclusive, o gerenciamento, a capacidade de informação e outras atividades demandam dinheiro, capacidade de investimento, cultura organizativa e de gestão. Em decorrência disso, coloca-se a necessidade de averiguar o paradigma turístico com o qual se trabalha.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO M. G. Mendes de. Ruralidades-urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos? *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1 série, v. XVII-XVIII, Porto, Portugal, p. 5-11, 2001-2002.

ARAÚJO M. G. Mendes de. Cidade de Maputo, espaços contrastantes: do urbano ao rural. *Finisterra*, Maputo, v. 34, p. 67-68, 1999.

AZEVEDO. H. A. M. de A. *A segurança em territórios turísticos:* o caso do município de Inhambane em Moçambique. 2014. 266 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CHAÚQUE, A. *Autárquicas* 2013: Inhambane, uma cidade-museu cobiçada por todos. Disponível em: http://www.verdade.co.mz/

tema-de-fundo/35-themadefundo/38288-uma-cidade-museu-cobicada-por-todos. Acesso em: 3 out. 2024.

CONSELHO MUNICIPAL DE INHAMBANE. *Plano Municipal de Gestão Ambiental do Município de Inhambane*. Inhambane, julho de 2009. 8 p.

DE WIT, P.; NORFOLK, S. *Reconhecer Direitos sobre os Recursos Naturais em Moçambique.* Documento de trabalho para Rights and Resourses Initiative. Janeiro 2010. 47 p.

IGLÉSIAS, O. *África, a mulher moçambicana e a Nepad*. Campus Social, 2007, p.133-151.

LIMA, I. B. de; CHAVEIRO, E. F. Diagnóstico do turismo ecológico e o papel das parcerias para o desenvolvimento socioeconômico regional e para a sustentabilidade em Goiás. *Ateliê*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 274-287, 13 maio 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 387 p.

SITOE, T. A. *Diversificação produtiva e de atividades de geração de renda:* uma análise da produção hortícola no cinturão verde da cidade de Maputo – região sul de Moçambique. 2010. 201 f. Tese (Doutorado) – Porto Alegre, 2010.

SOPA, A.; RUNGO, B. *Maputo:* Roteiro Histórico Iconográfico da Cidade. Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil. Maputo, 2006.

VIANA, D. L.; SANZ, J. R. L.; NATÁLIO, A. Aprendendo com a forma urbana de Maputo (in)formal. *Revista de Morfologia Urbana*, Porto, n. 1, p. 17-30, 2013. Rede Portuguesa de Morfologia Urbana ISSN 2182-7214. Porto, 2013.

Capítulo 9

PERCEPÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE INHAMBANE (MOÇAMBIQUE)

Pelágio Julião Maxlhaieie

Com a consolidação do turismo como atividade massiva ao longo do século XX, sobretudo a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial (Miller; Yúdice, 2004), diversas questões começaram a ser debatidas para melhor compreender a importância do turismo como alternativa de desenvolvimento econômico e para redução das desigualdades sociais entre os países do Norte Global e do Sul Global. Cabe destacar o papel de organismos internacionais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) já na década de 1960, ou de organismos como a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a partir da década de 1970 (Schettini, 2008), na promoção e desenvolvimento do turismo sustentável.

O turismo é um dos setores econômicos que mais crescem no mundo, sob a égide do capitalismo, trazendo consigo um conjunto de benefícios para os diferentes destinos e atores envolvidos, principalmente por meio da mobilização de recursos, geração de empregos, aumento da renda, melhoria do padrão e da qualidade

de vida, desempenhando significativo papel na balança de pagamentos e na arrecadação de impostos (Hateftabar; Chapuis, 2020; Lepp, 2007). O setor ocupa o terceiro lugar, depois das indústrias química e de combustíveis, posicionando-se à frente das indústrias automotivas e de produção de alimentos, em termos de volume de exportações mundiais (Unwto, 2019).

O desenvolvimento do turismo surge como um termo híbrido que abrange não só os espaços, as motivações e os impactos, mas também as ligações complexas que existem entre atores e instituições, num sistema de interconexão entre a oferta e a procura global (Butler, 1980; Pearce; Butler, 1999). De acordo com a teoria de *stakeholder* (partes interessadas), cinco principais atores devem estar envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo: turistas, residentes, indústrias, funcionários do governo (formuladores de políticas) e Organizações Não Governamentais (ONGs) (Lee; Hsieh, 2016). A perspetiva inclusiva da teoria de *stakeholder* é indispensável para determinar a sustentabilidade do turismo. Trata-se de uma teoria amplamente adotada e discutida em várias pesquisas no campo do turismo, com destaque para as áreas de planejamento e políticas públicas, gestão de grupo de atores e percepções e atitudes dos residentes (Almeida-García *et al*., 2016; Apollo *et al.,* 2020; Lemmi *et al*., 2018).

Os residentes são atores valiosos para uma área turística; portanto, suas percepções constituem um pilar crucial para a conceção de estratégias de desenvolvimento do turismo que promovam o desenvolvimento sustentável (Hateftabar; Chapuis, 2020). As percepções dos residentes têm sido objeto de muitos estudos que visam identificar os custos e benefícios da atividade turística (Lemmi *et al*., 2018) ou dos impactos da atividade (Choi *et al*., 2019; Robinson *et al*., 2019) e fatores que influenciam a atitude dos residentes (Apollo *et al.,* 2020), em destinos costeiros, rurais, de patrimônio mundial ou em áreas de conservação. Contudo, pouca atenção tem sido dada às percepções dos residentes em ambientes

urbanos (Patandianan; Shibusawa, 2020; Wang, 2019). Este estudo pretende contribuir nessa direção, fazendo uma análise estrutural da atividade turística, a partir de um paradigma do Sul Global (uma cidade moçambicana), como forma de promover estudos turísticos mais globais.

O objetivo do artigo consiste em examinar as percepções dos residentes em relação aos impactos do desenvolvimento do turismo, tendo a cidade de Inhambane (CI), em Moçambique, como objeto empírico, face à importância do turismo de Inhambane no contexto regional e nacional. O estudo é um ponto de partida para auxiliar os processos de planejamento e de tomada de decisão da gestão urbana com a integração do turismo. A pesquisa orientou-se na percepção do turismo, que surge como uma das alternativas de estudo, pois fornece subsídios importantes para o conhecimento das relações entre os atores com a transformação do espaço pelo turismo (Xavier, 2007). O turismo é uma atividade (re)construtora dos espaços, que pode produzir melhor qualidade de vida para os residentes, mas seu desenvolvimento pode gerar ainda impactos negativos.

O artigo está organizado em quatro partes. A primeira compreende os procedimentos metodológicos. A segunda é sobre a fundamentação teórica, com destaque para o debate do desenvolvimento do turismo nos estudos sobre percepções e atitudes dos residentes. Após uma breve caracterização do turismo na CI, a terceira é inerente à discussão de resultados. A quarta e última parte do artigo abrange a conclusão. As implicações das discussões em pesquisas futuras são também apresentadas nessa parte.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolveu-se em três etapas principais. A primeira consistiu na revisão bibliográfica e no levantamento documental, com vistas a identificar as dimensões e categorias válidas

para o tema e delimitar a área de estudo, respetivamente. A revisão teórica, empírica e metodológica do tema foi complementada pela análise de estudos anteriores realizados na CI e na coleta de dados em instituições ligadas ao planejamento do território e gestão da atividade turística, com destaque para o Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI), a Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane (DPCTI), a Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane (AHTI), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Autoridade Tributária de Moçambique – Delegação de Inhambane (ATMI).

Nesta etapa fez-se ainda a elaboração do instrumento de coleta de dados, a definição dos conceitos operacionais e do cálculo do tamanho da amostra para os residentes da CI, bem como um questionário com perguntas abertas e fechadas que foi aplicado por meio do inquérito.

AMOSTRA

A seleção da amostra da população residente foi obtida a partir dos registos do INE, referentes ao número total de habitantes da cidade em análise e sua distribuição por bairros. Nesse caso, a amostra do residente foi estratificada segundo os critérios "área de residência" e "faixa etária" pelos quais foi possível trabalhar com jovens e adultos das áreas urbana (Balane), semiurbana (Josina Machel) não urbana (Conguiana), portanto correspondentes ao recorte espacial do objeto empírico. Dessa forma, a amostra foi calculada a partir do universo identificado antes do Censo de 2017, uma vez que a recolha de dados foi feita antes da divulgação dos dados deste Censo, tendo-se obtido uma amostra (n) de 375 habitantes para um universo (N) de 13.186 habitantes (Tabela 1). A fórmula (1) foi utilizada para o cálculo da amostra.

$$n = \frac{X^2 \times N \times P \times (1 - P)}{[ME^2 \times (N - 1)] + [X^2 \times P \times (1 - p)]} \quad (1)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

X^2 = Chi – quadrado para o nível de confiança especificado em um grau de liberdade

N = Tamanho da população

P = Proposta da população (0.50 nesta tabela)

ME = Margem de erro desejado (expressa em proporção)

Tabela 1 – População residente e tamanho da amostra

Bairro	N da CI	N da província (%)	N da CI	n da CI (%)
Balane (área urbana)	3.453	0,053	98	0,26
Conguiana (Barra)	6.234	0,096	176	0,47
Josina Machel (Tofo)	3.499	0,054	101	0,27
Total	13.186	0,203	375	1,00

Fonte: Elaboração própria (2023).

O tamanho da amostra para a população residente foi definido com a aplicação da fórmula de determinação da amostra segundo Krejcie e Morgan (1970), por ser representativa, devido a sua margem de erro (5%) e a seu intervalo de confiança (95%), o que possibilita a generalização dos resultados do estudo.

ANÁLISE DE DADOS

Os questionários foram aplicados com a técnica de inquérito para compreender o significado que o turismo representa no cotidiano individual do residente, e para a comunidade em geral, com base nas experiências e conhecimentos locais. Procurou-se perceber

ainda a forma como este ator reage ao desenvolvimento do turismo na sua cidade. Após a recolha de dados, fez-se seu processamento, sua análise e sua interpretação, de acordo com as abordagens teóricas e evidências do objeto empírico. Os procedimentos de codificação, categorização e triangulação de dados serviram para compilar o essencial da pesquisa. Os exercícios de codificação e categorização ocorrem concomitantemente à recolha de dados.

Com a triangulação, procurou-se combinar diferentes métodos e fontes de dados obtidos nos questionários, nas observações e na pesquisa documental. Assim, foram ponderados três métodos: o descritivo, para a produção de relatos de evidências empíricas durante as interações entre o pesquisador e atores do desenvolvimento do turismo; o comparativo, para registar as semelhanças e diferenças entre as diversas abordagens, e também para discutir os resultados das três áreas; o estatístico, para o processamento de dados do questionário, por meio do uso da técnica de tabulação para as questões fechadas de respostas únicas e múltiplas (aplicação da frequência, médias e desvio-padrão) e abertas (codificação e categorização).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Existem vários estudos que documentam as percepções e atitudes dos residentes face ao desenvolvimento do turismo. Os primeiros estudos foram criticados por serem a-teóricos (Nunkoo, 2016) e desprovidos de métodos homogéneos (García *et al*., 2015).

Nesse sentido, desde 1970, a Teoria de Mudança Social (Ribeiro e*t al*., 2017; Weaver; Lawton, 2013; Woosnam *et al*., 2018), o Limite de Mudança Aceitável (Frauman; Banks, 2011) e a quantificação baseada em Modelos de Equações Estruturais (Gursoy *et al*., 2019; Jaafar *et al*., 2015; Rasoolimanesh *et al*., 2018; Vargas-Sánchez *et al*., 2011, 2015; Wang; Xu, 2015) foram adotados para explicar como os residentes percebem os impactos do turismo.

De fato, os trabalhos sobre os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais foram significativos, embora alguns tenham se especializado na percepção dos impactos sociais (Smith; Krannich, 1998), variações socioambientais (Green, 2005), benefícios culturais (Besculides *et al.*, 2002; Wang; Xu, 2015), efeitos da crise económica (Hateftabar; Chapuis, 2020) e avaliação de políticas públicas (Ishikawa; Fukushige, 2007), com destaque para o impacto do papel do governo no turismo e a importância da percepção do residente no planejamento do turismo (Sinclair-Maragh *et al*., 2015), incluindo a necessidade de estudar possíveis mudanças nas percepções devido à pandemia da Covid-19 (Tovar *et al*., 2020).

O trabalho de Butler (1980) e outros, entretanto, indica que o nível de desenvolvimento do turismo influencia as percepções dos residentes sobre os impactos do turismo (Vargas-Sánchez *et al*., 2015). De acordo com as hipóteses (ciclo de vida da área turística) de Butler (1980), existe uma relação inversa entre o nível de desenvolvimento e os impactos percebidos. Contudo, alguns estudos sugerem uma modificação destas hipóteses (Akis *et al*., 1996).

O rápido desenvolvimento do turismo nos últimos anos trouxe benefícios, mas também impactos negativos para os destinos. O turismo sustentável tornou-se uma escolha importante para o desenvolvimento do turismo (Wang, 2019). Como forma de avaliar a sustentabilidade do turismo, alguns autores (López *et al*., 2018; Lee; Jan, 2019) examinaram as atitudes dos residentes como fatores determinantes nesse processo. No geral, os resultados podem ser usados pelos *stakeholders* (Patandianan; Shibusawa, 2020), como planejadores e formuladores de políticas públicas, no processo de tomada de decisões adequadas que irão melhorar a sustentabilidade de determinada área turística.

Em termos metodológicos, a análise estatística baseada em questionários aplicados a uma amostra representativa tem sido o padrão nas discussões atuais. Embora esta seja a abordagem

aplicada neste artigo, a visão qualitativa também foi importante. Como sustenta Flick (2009), as limitações das abordagens quantitativas vêm sendo adotadas como ponto de partida para uma argumentação no sentido de justificar a utilização da pesquisa qualitativa, uma vez que na pesquisa quantitativa os estudos são planejados de tal forma que a influência do pesquisador, bem como de outros atores, seja eliminada tanto quanto possível.

A percepção do turismo se desenvolve com a preocupação de conhecer e de explicar as atitudes dos atores e o valor que eles atribuem ao turismo, considerando que, mais amplamente, a abordagem perceptiva poderá contribuir para adoção de estratégias a serem empregadas na tomada de consciência dos atores do turismo (Xavier, 2007), principalmente o governo, o setor privado e a comunidade residente, quanto aos benefícios e os problemas ligados aos impactos proporcionados pelo desenvolvimento do turismo. "A percepção deve ser encarada como fase da ação exercida pelo sujeito sobre o espaço" (Xavier, 2007, p. 70). Segundo o autor, as atividades não se apresentam justapostas, mas como no encadeamento, umas sobre as outras.

A percepção do turismo é bastante complexa, já que a atividade envolve vários segmentos humanos, atingindo diferentes grupos de atores, como os planejadores, os políticos, os técnicos, os turistas e, evidentemente, a população residente. Tal fato assume grande relevância, já que a visão dos técnicos que estudam o turismo nem sempre tem considerado a conduta e as atitudes dos residentes (Xavier, 2007). O que o residente sente, pensa ou quer pouco importa, na medida em que é a escala de valores dos viajantes e dos promotores das viagens que prevalece (Krippendorf, 2000). Consequentemente, as orientações técnicas ou governamentais nem sempre têm sido aceitas pelas comunidades receptoras do turismo.

As áreas turísticas, sobretudo as do Sul Global, vêm sendo percebidas como simples referência espacial para o crescimento econômico. A comunidade que recebe o turista vem constituindo

matéria neutra, sobre a qual investidores do turismo, a partir de seus interesses, esperam ter oportunidades, mesmo porque, com frequência, muitas formas de ocupação desordenada do espaço pelo turismo têm deixado marcas profundas de degradação (Xavier, 2007). De acordo com essa reflexão, emerge a necessidade de se considerar as experiências, os conhecimentos, os valores, os interesses e as expectativas das populações residentes.

O processo de desenvolvimento do turismo envolve um conjunto de interações entre turistas e residentes. A aceitação do turista por parte do residente deve ser um elemento fundamental no processo (Andereck *et al*., 2005). A percepção dos residentes é um fator importante a ter em conta em termos de planejamento, pois dele depende o êxito do desenvolvimento do turismo, a curto, médio e longo prazos. Assim, o estudo das necessidades, expectativas e percepções dos residentes deve traduzir-se em um ponto de partida chave em qualquer plano, projeto e programa turísticos (Simmons; Fairweather, 1998 *apud* Ribeiro; Valle, 2013).

CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NA CI

A CI situa-se na região sul de Moçambique, na zona central da província de Inhambane, a cerca de 490 km ao norte da capital nacional, a uma distância de 30 km da Estrada Nacional Número 01 (N-01). A CI, correlato direto do município de Inhambane, localiza-se na região sul e ocupa uma parte considerável da zona costeira de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23º45'50" (península de Inhambane) e 23º58'15" (rio Guiúa) sul, e as longitudes 35º22'12" (ponta Mondela) e 35º33'20" (cabo de Inhambane) leste, cobrindo uma parte continental e duas ilhas, o que circunscreve uma área total de 192 km^2, incluindo a parte líquida, o equivalente a 0,3% do território provincial (Nhantumbo, 2007; CMCI, 2009).

A província de Inhambane é um dos destinos mais procurados em Moçambique. Com a revitalização da economia nacional

nos anos 1980 e 1990, a atividade turística fez-se sentir de forma particular nesta província. Depois da cidade de Maputo (35,3%), Inhambane ocupa a segunda posição no *ranking* nacional da capacidade de acolhimento de visitantes, com 12,9% (INE, 2020). Inhambane mantém-se na segunda posição no número de camas (12,8%) e de dormidas (12,8%), portanto, depois da capital nacional.

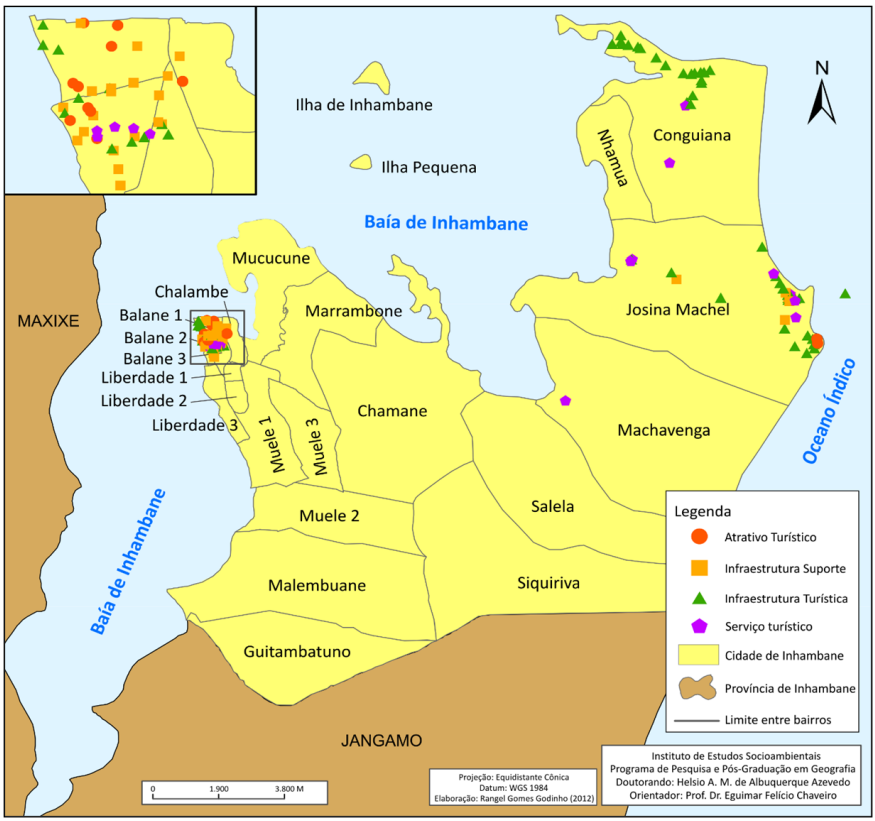
Na CI, o turismo é uma das principais atividades econômicas e que mais contribuem para os cofres do Estado em Inhambane, ocupando a segunda posição (25%), depois do comércio, com uma participação média mensal de 69%. As outras atividades como agricultura, pesca, transportes contribuem com 6% (ATMI/DAFI, 2020). A principal fonte da receita do turismo está nos impostos cobrados nos equipamentos turísticos. Na província de Inhambane existem 836 equipamentos, representados pelo parque de alojamento e restauração. Deste universo, a maior parcela (23%) localiza-se na CI. Entre 2013 e 2020, a taxa de crescimento do parque foi de 53%. A hegemonia de Inhambane, enquanto cidade turística, é explicada ainda pelo volume de investimento e mão de obra empregada nos equipamentos turísticos, com 24% e 23%, respetivamente (DPCTI, 2020; CMCI, 2020).

A atração de investimentos é justificada em primeiro lugar pela qualidade e singularidade dos recursos naturais, que mesmo não contando com um acentuado desenvolvimento turístico, isto é, no que diz respeito à existência de equipamentos de luxo ao seu redor, atraem, por seu talento, visitantes exploradores que gostam de ser os pioneiros na descoberta de destinos. Por outro lado, para os operadores turísticos, uma das principais razões da escolha de Inhambane para a construção de seus estabelecimentos tem a ver com o número de turistas que procura o destino, que nos últimos tempos vem apresentando índices significativos de crescimento.

A CI foi delimitada a partir de três áreas, nomeadamente: a urbana ou centro da cidade (Balane); a área semiurbana (Josina Machel) e a área não urbana (Conguiana). Conforme ilustra o Mapa

1, estas são as áreas que possuem certo nível de desenvolvimento urbano e infraestrutura de turismo, para além da diversidade de atrativos turísticos, elementos estes que qualificam a cidade como uma área prioritária para o investimento turístico.

Mapa 1 – Delimitação das áreas de estudo da CI

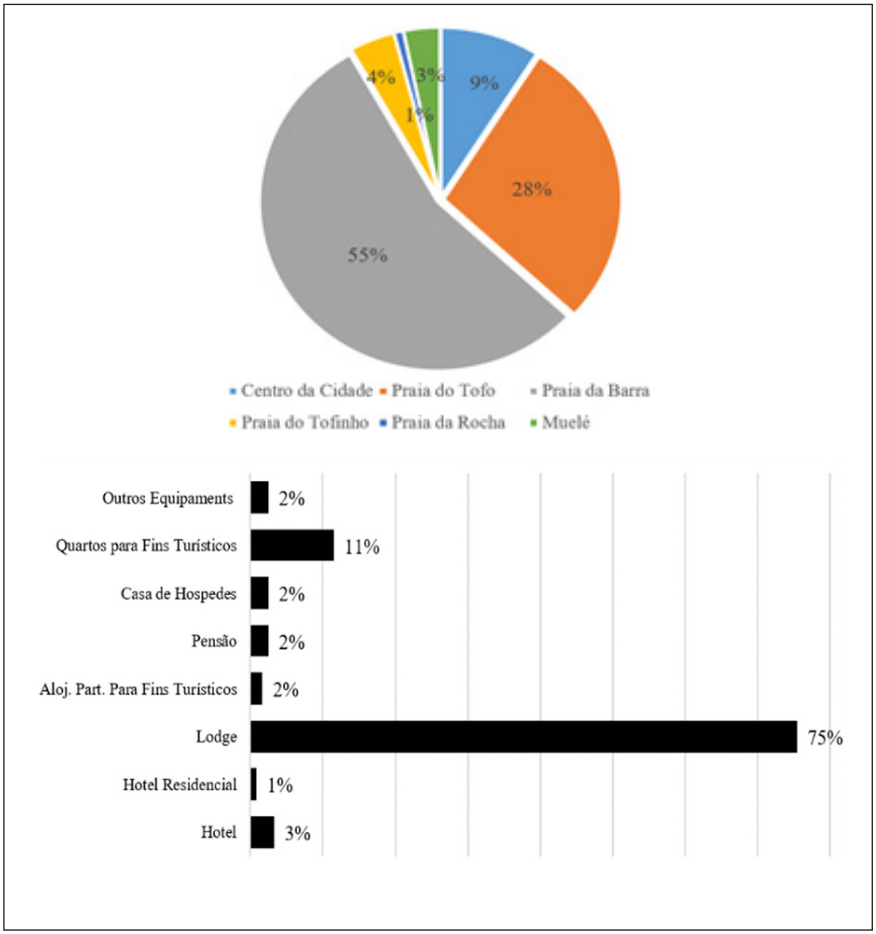


Fonte: CENACARTA. *In*: Azevedo (2014).

As populações residentes ao longo da costa e da área urbana têm maior contato com o turismo, devido à concentração de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, fora a infraestrutura e expansão urbana. É na zona semiurbana e não urbana onde se localizam as praias do Tofo e Tofinho (Josina Machel) e da

Barra (Conguiana), respetivamente. São áreas que concentram mais de 80% dos equipamentos procurados pelo visitante, como ilustra o gráfico 1, que destaca apenas o setor de alojamento, que totalizam 122 unidades. Os restaurantes estão mais distribuídos pelo centro da cidade, atingindo 67%. O parque de alojamento é representado por *lodges* (75%).

Gráfico 1 – Distribuição e categorias dos equipamentos turísticos na CI



Fonte: Autor com base em dados do CMCI (2022) e DPCTI (2022)

O turismo se desenvolve em torno dos atrativos naturais, com destaque para o tradicional turismo de sol e praia. A forma/paisagem da CI é também caracterizada pela sua rica biodiversidade marinha, que é valorizada por sua qualidade de mergulho, pesca, *surf* e safaris oceânicos e fotográficos, atividades estas que são realizadas sobretudo por turistas internacionais, portanto, de forma agregada ao turismo de sol e praia. Esta procura é justificada não só pela qualidade das águas do mar, mas também pela concentração de grandes espécies marinhas, sobretudo os "*Big Five*" aquáticos – golfinhos, tubarões, tartarugas, tubarões-baleia e raias manta, que proporcionam uma diversificada e única experiência turística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população residente da CI foi representada pela área urbana (Bairro Balane), com 26% da amostra; e as praias da Barra e do Tofo, abrangidas pelos bairros Conguiana (47%) e Josina Machel (27%), respetivamente. Cerca de 58% dos residentes são homens adultos, entre 25 e 54 anos de idade (58%), portanto, casados e/ou vivendo com companheiro(a) (60%), seguindo-se os solteiros (35%). Na análise do nível de escolaridade foi feito um agrupamento prévio em três categorias: "analfabeto ou ensino primário" (47%), "ensino secundário" (41%) e "ensino superior (13%). A maior parte dos respondentes (68%) não tem educação em turismo, quer no ensino básico ou médio, quer na formação de nível superior. Observa-se que a maioria exerce atividade profissional (57%), seguindo-se os estudantes (19%), empregados domésticos e os desempregados, partilhando 18%, por último, com 7%, estão os reformados.

Para uma melhor interpretação perceptiva da população residente, os dados foram organizados em categorias, agrupando-os em componentes, de acordo com as respostas obtidas nos inquéritos.

A partir do mapa percetual representativo das categorias, e do cruzamento de opiniões diversas, refletiu-se sobre a opinião deste ator indispensável no processo de desenvolvimento do turismo.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CI E REAÇÃO DOS RESIDENTES

A análise de componentes principais para dados categorizados compreendeu um conjunto de 20 variáveis. As referidas variáveis foram sintetizadas em três componentes (Tabela 2) que melhor representam os custos e os benefícios do turismo, de acordo com as percepções dos residentes da CI.

Tabela 2 – Percepção local do impacto do turismo na CI por área/bairro (%)

Variável	Categoria	Total (1,0)	Área urbana (0,26)	Barra (0,47)	Tofo (0,27)	Média (0,33)	Desvio-padrão (0,12)
Benefícios na qualidade de vida	Piorou	0,13	0,12	0,12	0,15	0,13	0,02
	Manteve	0,12	0,13	0,11	0,13	0,12	0,01
	Melhorou	0,21	0,16	0,20	0,27	0,21	0,06
	Não sei*	0,54	0,59	0,57	0,45	0,54	0,08
Custos socioambientais	Piorou	0,16	0,15	0,14	0,21	0,17	0,04
	Manteve	0,13	0,14	0,11	0,17	0,14	0,03
	Melhorou	0,16	0,12	0,18	0,17	0,16	0,03
	Não sei	0,54	0,59	0,57	0,45	0,54	0,08
Benefícios econômicos	Piorou	0,11	0,14	0,09	0,12	0,12	0,03
	Manteve	0,11	0,12	0,08	0,17	0,12	0,05
	Melhorou	0,24	0,15	0,26	0,27	0,23	0,07
	Não sei	0,54	0,59	0,57	0,45	0,54	0,08

Fonte: Elaboração própria (2023).
*Refere-se ao conjunto de respondentes que optaram pela indiferença nas respostas e aqueles que não foram abrangidos nesta fase de levantamento de dados; isto é, nesta fase priorizaram-se os residentes que tinham pelo menos o ensino secundário no nível de escolaridade. Os residentes indiferentes reconhecem menos os benefícios do turismo, quer na qualidade de vida, quer em termos econômicos, mas também não consideram que essa atividade traga custos ambientais e socioculturais significativos para a CI.

Ponderando as variáveis que evidenciaram uma porcentagem mais elevada em cada um dos componentes, estes foram designados da seguinte forma:

COMPONENTE 1
"BENEFÍCIOS NA QUALIDADE DE VIDA"

Engloba variáveis inerentes ao bem-estar social, sendo estas de âmbito econômico, social e ambiental. Valores elevados nesse componente significam que os residentes denotam crenças nos benefícios gerais do turismo para o bairro onde residem e para a cidade, no que se refere à qualidade de vida. A maioria dos respondentes (16% da área urbana, 20% da Barra e 27% do Tofo) concorda que os aspetos incluídos neste componente (como a infraestrutura urbana e qualidade dos serviços públicos e de apoio ao turismo) melhoraram.

As evidências reportam que os munícipes da CI depositam uma grande esperança no turismo como meio para melhorar o padrão geral de vida, pois, apesar dessa percepção, os residentes reconhecem que certas ocorrências, como a inflação do preço de produtos básicos e o acesso a equipamentos e serviços turísticos, pioraram consideravelmente, representando os impactos negativos diretos da atividade turística.

COMPONENTE 2
"CUSTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO TURISMO"

Inclui variáveis relacionadas com as preocupações socioambientais inerentes a desigualdades sociais, problemas sociais (droga, alcoolismo e prostituição), insegurança e criminalidade, respeito às tradições no relacionamento com os turistas, alterações paisagísticas e da biodiversidade, poluição ambiental, qualidade estética pela construção de equipamentos turísticos e deterioração de locais de

interesse histórico-cultural. Sem considerar os que optaram pela indiferença, constatou-se que os residentes, enquanto manifestam uma atitude positiva em relação a esse componente (16%), também concordam que o turismo trouxe consigo custos socioambientais substanciais (16%).

Esses custos, apesar de serem percebidos na urbe, foram mais evidenciados pelos residentes da área urbana, que devido ao maior nível de escolaridade apresentam uma atitude mais realista/moderada do fenômeno, apesar do pouco envolvimento com o turismo. Por outro lado, os habitantes do Tofo também assinalaram esses custos, uma vez que os impactos negativos do turismo são mais visíveis na praia do Tofo.

COMPONENTE 3 "BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DO TURISMO"

Contempla variáveis de ordem econômica, segundo os quais se verificam fortes níveis de concordância para as três áreas da CI. Neste conjunto foram priorizadas três variáveis, a saber: posto de emprego, oportunidades de trabalho/negócio associado ao turismo e rendimento do turismo, que por sua vez possibilita a melhoria da qualidade de vida e cria oportunidades de trabalho. A maioria da população (15% da área urbana, 26% da Barra e 27% do Tofo) reconhece que o turismo traz benefícios para a economia da CI.

Os residentes da CI têm uma grande expectativa em relação ao desenvolvimento do turismo local, principalmente no que concerne aos benefícios econômicos e à melhoria da qualidade de vida. Contudo, ao mesmo tempo que se apela pela sustentabilidade da atividade, o turismo continua a ser um dos principais responsáveis pelos impactos socioculturais e ambientais negativos acrescidos nesta cidade. Portanto, os residentes em referência, apesar de terem uma atitude favorável ao desenvolvimento do turismo, gradualmente começam a perceber, pela experiência, que

a territorialidade nômade dos turistas, as ações dos investidores e operadores privados, associadas ao papel subsidiário do Estado, pouco se preocupam com o desenvolvimento econômico local e regional.

A emergência de uma atitude crítica é evidência da desordem e desorganização (Morin, 2000) criada pela atividade turística (Preston-Whyte; Oelofse, 2007; Telfer; Sharpley, 2008), sem uma perspetiva clara de envolvimento dos residentes, que mais ressentem os impactos negativos. A opinião desses atores é necessária para garantir a sustentabilidade da atividade, uma vez que orienta as instituições de competência a produzir políticas viáveis. Além disso, esses impactos negativos não são atribuídos à atividade turística, ou ao próprio turista, mas à qualidade da tomada de decisão por parte do poder público (Kuvan; Akan, 2005).

O turismo é tradicionalmente referenciado como capaz de gerar emprego e rendimento para as comunidades locais e é igualmente um meio eficaz para a preservação do património, criação de infraestruturas, comunicação cultural e estabilidade política (Andriotis, 2002). Como se verificou na CI, é devido à maioria destes efeitos positivos que muitos residentes consideram o turismo como uma atividade promissora, capaz de reduzir problemas de subdesenvolvimento, modernizar a base económica e de fixação da sua população (Pearce, 2003; Andriotis; Vaughan, 2003). Butler (1980) sustenta ainda que, em espaços turísticos onde o turismo ainda é incipiente, as populações locais têm uma atitude predominantemente favorável face ao turismo, fato esse que foi observado na CI. Como se fez referência, esta hipótese foi testada em vários trabalhos sobre a percepção e atitude dos residentes.

Devido à ligação que existe entre o desenvolvimento do turismo e a atitude dos residentes, com o aumento dos visitantes, os residentes que no início eram claramente favoráveis nas suas atitudes em relação aos turistas tendem a desenvolver reservas crescentes a respeito dos benefícios a longo prazo (Butler, 1980).

Essa percepção começa a ter alguma expressão nos residentes da área urbana da CI e da praia do Tofo. Na Barra, o turismo ainda está em processo de massificação, associado ao baixo nível de acesso a informação por parte da população, razão pela qual as reservas são, no momento, ainda invisíveis. Na mesma abordagem de Butler (1980), Xavier (2007) sustenta ainda que essa atitude deve-se ao fato da percepção ser individual e seletiva, daí as respostas dadas pela população serem também alteradas, à medida que o desenvolvimento do turismo vai adquirindo maiores proporções. Essa observação se reflete mais na praia do Tofo.

Vários trabalhos (Ribeiro; Valle, 2013; Ribeiro *et al*., 2017) testaram as hipóteses de Butler (1980), na lógica de existência de uma tipologia de residentes com experiências diferentes em termos de seu envolvimento com o turismo. Esses autores mostram igualmente que as atitudes dos residentes são mais negativas em lugares turísticos maduros e mais positivas em lugares com um desenvolvimento turístico ainda incipiente, sendo a última lógica, intrínseca ao contexto da CI, não obstante as diferenças relativas de cada área, onde se verificou que os residentes não têm percepções tão homogêneas em relação ao turismo, uma vez que estas são conduzidas, em grande parte, pela forma como o turismo influencia as suas vidas e das suas comunidades, como defendem Lankford e Howard (1994) e Xavier (2007).

A CI é um destino turístico ainda em desenvolvimento. Os residentes ainda apresentam poucas reservas em relação ao turismo, devido aos benefícios materiais com a vinda de turistas na sua cidade. O turismo representa um dos principais eixos de subsistência local, com efeitos econômicos importantes, sobretudo ao contribuir com empregos, geração de renda e oportunidades de negócio.

É nas praias que a população residente tem mais contato com o turismo, onde a atividade constitui principal fonte de renda (mais de 75%). Os empregos diretos e indiretos constituem a

principal forma de ligação dos residentes com o turismo, daí que, para a maioria (88%), o turismo é bem-vindo no seu bairro ou na sua cidade. São residentes que mantêm contato direto com os turistas, como parte do seu trabalho, ou o turismo é a principal fonte de rendimento familiar, ou, ainda, há algum familiar envolvido profissionalmente no setor.

O reconhecimento dos benefícios econômicos do turismo em detrimento dos seus impactos negativos (Liu; Var, 1986); a tomada de consciência proporcionada pela mídia, em considerar quase que exclusivamente apenas os impactos positivos do turismo nos destinos; os poucos conhecimentos e informações sobre o fenômeno turístico, onde os residentes observam as atividades, mas permanecem sem saber o que fazer, quer como produtores, quer como consumidores do turismo; e a não e/ou reduzida incorporação da dimensão do turismo em seu mundo vivido (Xavier, 2007), já que o turismo ainda não faz parte da cultura dos residentes da CI, são os pressupostos que explicam a atitude positiva desses residentes.

De acordo com a Teoria de Mudança Social (Choy e*t al*., 2019; Dyer e*t al*., 2007; Gursoy *et al*., 2019; Nunkoo, 2016; Ribeiro; Valle, 2013), os residentes da CI conseguem identificar que os benefícios percebidos pontualmente afetam positivamente o apoio ao desenvolvimento do turismo, enquanto os custos percebidos influenciam negativamente o apoio ao turismo. Seguindo esta linha de argumentação, os benefícios e os custos percebidos do turismo são as variáveis antecessoras de apoio ao turismo, de acordo com os residentes da CI.

CONCLUSÃO

A CI possui atrações turísticas naturais e culturais destruídas ao longo da costa (praias da Barra e Tofo) e no centro da cidade (área urbana), respetivamente. Contudo, são os elementos naturais

que conferem maior dinâmica ao desenvolvimento do turismo. Esta oferta primária é responsável pelo aumento significativo do número de equipamentos turísticos e de outros indicadores (investimentos, receitas, rendas e impostos); não obstante, as circunstâncias limitativas decorrem das tensões político-militares no país, crise econômico-financeira mundial e calamidades, com destaque para a pandemia da Covid-19, que constitui campo fértil para pesquisas futuras, incluindo este estudo que deve prosseguir não só na perspetiva de aumentar o tamanho da amostra da CI, mas também no número de estudos de caso.

Os resultados das três áreas (urbana, semiurbana e não urbana) convergem para o apoio ao desenvolvimento do turismo, enquanto os custos percebidos influenciam negativamente o apoio a esse desenvolvimento. De acordo com os residentes, o turismo melhorou a qualidade de vida da sua comunidade nos últimos dez anos, sobretudo por ter influenciado a renovação da infraestrutura urbana e serviços públicos; e trouxe benefícios para a economia local e regional, percebidos pelo emprego, aumento da renda e oportunidade de trabalho/negócio. Por outro lado, enquanto manifestam uma atitude "indiferente" em relação aos custos sociais e ambientais, os residentes concordam que o turismo é também responsável por esses impactos negativos na cidade. Tais custos foram mais percebidos na área urbana e no Tofo.

Independentemente da maior ou menor importância da atividade turística no tecido produtivo em cada uma das áreas analisadas, sublinha-se uma tendência geral para o reforço do papel do turismo nas suas economias. Porém, o desenvolvimento do turismo na CI ainda está fortemente atrelado/ligado às ações unilaterais dos atores/investidores exógenos, maioritariamente sul-africanos.

As ações que envolvem os atores endógenos, sobretudo de nível de administração pública (governo), ainda estão no nível de projetos ou "sonhos", como se demonstra na Política Nacional do

Turismo (2003) e no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2016-2025), supostamente refletidos na CI a partir do Plano Estratégico do Município de Inhambane (2009-2019). Esses documentos fazem referência direta à conservação dos atrativos turísticos e ao incentivo à participação da população residente, portanto, no planejamento do turismo, como forma de promover um desenvolvimento mais endógeno e sustentável, mas as estratégias de implementação dessas ações não são claras, comprometendo, na sequência, as possibilidades de sua concretização.

REFERÊNCIAS

AKIS, S.; PERISTIANS, N.; WARNER, J. Residents' attitudes to tourism development: the case of Cyprus. *Tourism Management*, v. 17, n. 7, p. 481-494, 1996.

ALMEIDA-GARCÍA, F.; PELÁEZ-FERNÁNDEZ, M. A.; BALBUENA-VÁZQUEZ, A.; CORTÉS-MACIAS, R. Residents' perceptions of tourism development in Benalmádena (Spain). *Tourism Management*, v. 54, p. 259-274, 2016.

ANDERECK, K. L.; VALENTINE, K. M.; KNOPF, R. C.; VOGT, C. A. Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, v. 32, n. 4, p. 1056-1076, 2005.

ANDRIOTIS, K. Local Authorities in Crete and development of tourism. *Journal of Tourism Studies*, v. 13, p. 53-62, 2002.

ANDRIOTIS, K.; VAUGHAN, D. R. Urban Residents' Attitudes Towards Tourism Development: The Case of Crete. *Journal of Travel Research*, 42(2), p. 172-185, 2003.

APOLLO, M.; ANDREYCHOUK, V.; MOOLIO, P.; WENGEL, Y.; MYGA-PIĄTEK, U. Does the altitude of habitat influence residents' attitudes to guests? A new dimension in the residents' attitudes to tourism. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, v. 31, 100312, p. 1-8, 2020.

AZEVEDO, H. A. M. A. *A segurança em territórios turísticos*: o caso do município de Inhambane em Moçambique. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

BESCULIDES, A.; LEE, M. E.; MCCORMICK, P. Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 2, p. 303-319, 2002.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer/Le Géographe Canadien*, v. 24, p. 5-12, 1980.

CHOI, Y. H.; LEE, S. H.; JANG, S.; LEE, C. K. Residents' perceptions of the impacts of a casino-based integrated resort development and their consequences: The case of the Incheon area in South Korea. *Journal of Destination Marketing & Management,* 14, 100390, p. 1-12, 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE – CMCI. *Cadastro de estabelecimentos turísticos.* Inhambane, dezembro de 2022.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE – CMCI. *Plano Estratégico do Município Inhambane 2009-2019.* Inhambane, maio de 2009.

DIREÇÃO PROVINCIAL DA CULTURA E TURISMO DE INHAMBANE (DPCTI). Cadastro de estabelecimentos turísticos da província. Inhambane: DPCTI, 2022.

DYER, P.; GLOVER, P.; MCROSTIE LITTLE, K.; MEYER, D. Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia. *Tourism Management,* v. 28, p. 409-422, 2007.

FRAUMAN, E.; BANKS, S. Gateway community resident perceptions of tourism development: Incorporating Importance-Performance Analysis into a Limits of Acceptable Change framework. *Tourism Management, Elsevier,* vol. 32(1), p.128-140, 2011.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCÍA, F. A.; VÁZQUEZ, A. B.; MACÍAS, R. C. Resident's attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives,* v. 13, p. 33-40, 2015.

GREEN, R. Community perceptions of environmental and social change and tourism development on the island of Koh Samui, Thailand. *Journal of Environmental Psychology,* v. 25, p. 37-56, 2005.

GURSOY, D.; CHI, C. G.; DOOLITTLE, C. Residents' perceptions of hotels' corporate social responsibility initiatives and its impact on residents' sentiments to community and support for additional tourism development. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 39, p. 117-128, 2019.

HATEFTABAR, F.; CHAPUIS, J. M. How resident perception of economic crisis influences their perception of tourism. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 43, p. 157-168, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. *Estatísticas do Turismo 2019 – Moçambique.* Maputo, abril de 2020.

ISHIKAWA, N.; FUKUSHIGE, M. Impacts of tourism and fiscal expenditure to remote islands: the case of the Amami islands in Japan. *Applied Economics Letters, Taylor & Francis Journals*, vol. 14(9), p.661-666, 2007.

JAAFAR, M.; KAYAT, K.; TANGIT, T. M.; YACOB, M. F. Perception of young local residents toward sustainable conservation programmes: A case study of the Lenggong World Cultural Heritage Site. *Tourism Management,* v. 48, p. 154-163, 2015.

JOHNSON, J. D.; SNEPENGER, D. J.; AKIS, S. Residents' perceptions of tourism development. *Annals of Tourism Research*, v. 21, n. 3, p. 629-642, 1994.

LEE, T. H..; HSIEH, H-P. Indicators of sustainable tourism: A case study from a Taiwan's wetland. *Ecological Indicators,* n.67, 2016.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Aleph, 2000.

KUVAN, Y.; AKAN, P. Residents' attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: the case of Belek, Antalya. *Tourism Management*, v. 26, p. 691-706, 2005.

LEE, T. H.; JAN, FH. Can community-based tourism contribute to sustainable development? Evidence from residents' perceptions of the sustainability. *Tourism Management,* v. 70, p. 368-380, 2019.

LEMMI, E. *et al.,* The Lucca Comics and Games Festival as a platform for transformational cultural tourism: Evidence from the perceptions of residentes. *Tourism Management Perspectives*, v. 27, p. 162-173, 2018.

LEPP, A. Residents' attitudes towards tourism in Bigodi village, Uganda. *Tourism Management,* v. 28, p. 876-885, 2007.

LIU, J. C.; VAR, T. Resident attitudes toward tourism impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*, v. 13, p. 193-214, 1986.

LÓPEZ, M. F. B.; CRUZ, R. M.; MOYANO, M. M. Residents' attitude as determinant of tourism sustainability: The case of Trujillo. *Journal of Hospitality and Tourism Management,* v. 35, p. 36-45, 2018.

MILLER, T.; YÚDICE, G. *Política cultural*. Barcelona: Gedisa, 2004.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

NHANTUMBO, E. S. *Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no Município de Inhambane.* Inhambane: Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Universidade Eduardo Mondlane, 2007.

NUNKOO, R. Toward a More Comprehensive Use of Social Exchange Theory to Study Residents' Attitudes to Tourism. *Procedia Economics and Finance*, v. 39, p. 588-596, 2016.

PATANDIANAN, M. V.; SHIBUSAWA, H. Importance and performance of streetscapes at a tourism destination in Indonesia: The residents' perspectives. online at www.sciencedirect.com ScienceDirect journal homepage: *Frontiers of Architectural Research*, v. 9, p. 641-655, 2020.

PEARCE, D.; BUTLER R. *Contemporary issues in tourism development*. London: Routledge, 1999.

PEARCE, D. *Geografia do turismo:* fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PEARCE, D. *Tourist development*. New York: Longman Scientific & Technical, 1989.

PRESTON-WHYTE, R.; OELOFSE, C. The development of South Africa's coastal tourism resorts. *In*: AGARWAL, S.; SHAW, G (ed.). *Managing coastal tourism resorts: A global perspective*. Chanel View Publications: Clevedon, 2007. p. 187-203.

RASOOLIMANESH, S. M.; JAAFAR, M.; AHMAD, A. G.; BARGHI, R. Modeling residents' perceptions of tourism development: Linear versus nonlinear models. *Journal of Destination Marketing & Management,* v. 10, p. 1-9, 2018.

RIBEIRO, M. A.; VALLE, P. O. Atitude dos residentes face ao desenvolvimento do turismo em Cabo Verde: uma análise de segmentação. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – RILP Turismo*, Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp), 2013.

RIBEIRO, M. A.; DO VALLE, P. O.; SILVA, J. A. Residents' attitudes and the adoption of pro-tourism behaviours: The case of developing island countries. *Tourism Management,* v. 61, p. 523-537, 2017.

ROBINSON, D.; COTTRELL, S.; MARZUKI, A. Community perceptions link environmental decline to reduced support for tourism development in small island states: A case study in the Turks and Caicos Islands. *Marine Policy,* v. 108, 103671, p. 1-7, 2019.

SCHETTINI, M. G. Del atractivo turístico auténtico a la construcción de autenticidad. Turismo y renovación urbana en el barrio de la Boca de la Ciudad de Buenos Aires. In: BERTONCELLO, R. (org.). *Turismo y Geografía:* lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2008.

SIMMONS, D. G.; J. R. FAIRWEATHER. J. R. Towards s Tourism plan for Kaikoura, Report n. 10. *Tourism Research and Education Center*, Lincoln University, New Zealand, 1998.

SINCLAIR-MARAGH, G.; GURSOY, D.; SZIVAS, E. Residents' perceptions toward tourism development: A factor-cluster approach. *Journal of Destination Marketing & Management,* v. 4, p. 36-45, 2015.

SMITH, M. D.; KRANNICH, R. S. Tourism dependence and resident attitudes. *Annals of Tourism Research, 25*(4), 783–802, 1998.

TELFER D. J.; SHARPLEY R. *Tourism and development in the Developing World: Concepts and issues.* London: Routledge, 2008.

TOVAR, B.; ARAÑA, J. E.; GONZÁLEZ, M. M.; REYES, R. Residents' perceptions and attitudes towards the cruise tourism impact in gran Canaria. *Research in Transportation Business & Management*, V. 45, Part B, December, 2022.

UNION NATION WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. *Tourism Highlights*. Madrid, UNWTO: 2019.

VARGAS-SÁNCHEZ, A.; PORRAS-BUENO, N.; PLAZA-MEJÍA, M. Á. Explaining residents' attitudes to tourism: Is a universal model possible? *Annals of Tourism Research*, v. 38, n. 2, p. 460-480, 2011.

VARGAS-SÁNCHEZ, A.; PORRAS-BUENO, N.; PLAZA-MEJÍA, M. Á. Residents' attitude and level of destination development: An international comparison. *Tourism Management*, v. 48, p. 199-210, 2015.

WANG, S.; XU, H. Influence of place-based senses of distinctiveness, continuity, selfesteem and self-efficacy on residents' attitudes toward tourism. *Tourism Management*, v. 47, p. 241-250, 2015.

WANG, W. C. The effect of early-life outdoor experiences on residents' attitudes towards sustainable tourism within an urban contexto. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, v. 25, p. 1-9, 2019.

WEAVER, D. B.; LAWTON, L. Resident perceptions of a contentious tourism event. *Tourism Management,* v. 37, p. 165-175, 2013.

WOOSNAM, K. M. ALESHINLOYE, K. D.; STRZELECKA, M.; ERUL, E. Applying self-perception theory to explain residents' attitudes about tourism development through travel histories. *Tourism Management,* v. 64, p. 357-368, 2018.

XAVIER, H. *A percepção geográfica do turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

Capítulo 10

ENVOLVIMENTO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS

Implicações para o ensino e aprendizagem em Moçambique

Adelino Zuria Fernando
Eduardo Bata

Enquanto direito fundamental e vetor de transmissão de valores de geração em geração, a educação tem o seu início no contexto familiar. Com efeito, os pais e encarregados de educação têm um papel fundamental na educação de seus filhos, antes mesmo deles ingressarem na escola. São os pais o núcleo essencial para formar o aluno como sujeito pertencente a uma comunidade (Libâneo, 2006).

A experiência cotidiana como professor do ensino primário e secundário mostra que a participação e o envolvimento dos pais e encarregados de educação no trabalho de casa de seus educandos são cruciais no desempenho pedagógico. O envolvimento consiste no acompanhamento das tarefas de casa, verificando se o trabalho de casa é feito diariamente e dialogando com os alunos/filhos para identificar problemas e dar possíveis soluções.

Em Moçambique, pesquisas recentes (Helpo, 2012; Zimbico; Cossa, 2018; Usaid, 2019) destacam a importância do acompanhamento sistemático dos pais e encarregados de educação na formação de seus educandos. Para esses pesquisadores, no país, apesar da

sensibilização, poucos pais ou encarregados de educação participam ativamente na vida escolar de seus filhos, o que acresce os desafios do setor da educação. Nota-se, com frequência, a ausência de pais e encarregados de educação, quer no acompanhamento das atividades escolares de seus educandos, quer na relação com a direção da escola, com objetivo de obter informações relativas ao processo de formação de seus filhos/educandos.

Tal fenômeno, caracterizado pela fraca comunicação entre a escola e os pais ou encarregados de educação, propicia situações em que eles delegam a terceiros para representá-los, por exemplo, em reuniões da escola e quando solicitados para qualquer eventualidade, com pretexto de falta de tempo para participar nessas atividades. Diante disso, questiona-se: como tem sido a participação dos pais ou encarregados de educação na formação de seus educandos e que influência isso tem no processo de ensino e aprendizagem?

Este capítulo analisa a participação dos pais e encarregados de educação na formação dos alunos e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem na Escola Secundária de Muecate-sede. São objetivos específicos: (i) aferir o nível de participação dos pais e encarregados de educação na formação dos educandos; (ii) identificar as ações promovidas pelos diretores de turma e direção da escola para incentivar o envolvimento dos pais e encarregados de educação na formação dos alunos; e (iii) explicar a relação entre o envolvimento dos pais e encarregados de educação e a qualidade de aprendizagem e formação dos alunos.

A estrutura do capítulo comporta três partes: na primeira é feita a revisão da literatura, na qual são discutidos os principais conceitos; na segunda apresenta-se o quadro metodológico da pesquisa, com enfoque para o tipo de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados; na terceira e última parte é realizada a discussão de resultados.

PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA

A relação escola-família tornou-se uma área de crescente interesse, um percurso de investigação que começou a ser construído em torno de várias linhas de pesquisa, entre as quais a que se centra nas vivências da escola e na experiência pessoal e profissional dos professores e alunos.

A participação dos pais no processo de formação é, atualmente, mais expressiva, comparada aos contextos e tempos anteriores. Longe do que se divulga, a maioria dos pais e encarregados de educação tem a noção da importância da sua participação na escola. Também tem realizado ações para garantir que grande parte dos seus tempos livres seja em atividades com as crianças, desde o apoio escolar até as práticas culturais e desportivas (Sampaio, 2011).

Para Marques (2001), a participação dos pais ou encarregados de educação na escola refere-se a todas as formas de relacionamento entre a escola e os pais, incluindo a participação na tomada de decisão. Por isso, a participação designa variadas formas superiores de relacionamento entre a escola e os pais e encarregados de educação nos órgãos de gestão escolar e nas associações de pais.

De acordo com Szymanski (2003, p.101), "a relação escola-família na perspectiva da vivência da escola consiste no desenvolvimento de práticas que visam facilitar a aprendizagem na escola e no desenvolvimento de hábitos coerentes com os exigidos pela escola". É nesse sentido que a família passa a participar da escola com pequenas intervenções no processo educacional da criança que gera grandes mudanças no seu comportamento e aprendizado.

Portanto, a família desempenha o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. Sendo um sistema aberto que se desenvolve na troca de relações com outros

sistemas, tem sofrido transformações, as quais refletem mudanças mais gerais da sociedade (Picanço, 2012).

A influência que os filhos sofrem junto aos meios de comunicação, amigos e à escola leva a concluir que o processo educativo é um componente importante na formação de cada filho. Para Kaloustian (*apud* Pereira, 2008, p. 61, grifos nossos),

> a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Desempenha papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os *valores éticos e humanitários*, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

Dada a importância da família na formação de seus educandos, o papel dos pais torna-se crucial para que estes alcancem melhor desempenho na vida escolar. Para isso, é necessário, além de ter livros em casa, reservar um lugar tranquilo para os estudos, zelar pelo cumprimento dos trabalhos de casa, orientar e jamais dar a resposta certa, preservar o tempo livre das crianças, comparecer a todas as reuniões de pais, conversar sobre a escola, ver com frequência a caderneta do aluno e não fazer pressão em véspera de testes (Picanço, 2012).

Mendonça (2012) considera importante a premissa de que se os pais e encarregados de educação envolverem-se de forma efetiva e ativa na educação dos filhos ou educandos, isso pode facilitar a integração deles no ambiente escolar e contribuir para o rendimento escolar, para a valorização da escola, quer por parte do aluno, quer por parte do professor. Portanto, a participação

dos pais e encarregados de educação complementa a tarefa do professor, na medida em que auxilia nos trabalhos de casa dos alunos, dando continuidade à atividade do professor.

De fato, o envolvimento dos pais na educação dos filhos é uma realidade e rebate a visão errônea de que a escola tem o papel exclusivo na educação e formação da criança. A nova abordagem, isto é, a que orienta os questionamentos feitos nesta pesquisa, concebe a escola como um lugar democrático, no qual todos os intervenientes sociais são chamados a participar com ideias e ações. Portanto, uma das formas democráticas de interagir com a escola é participar não só na vida dela, mas também na formação dos alunos.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Na literatura sobre a participação de pais e encarregados de educação na vida da escola, diversas são as formas de envolvimento apresentadas. No entanto, para este estudo interessa analisar quatro formas de participação enunciadas por Mendonça (2012), nomeadamente: (i) democraticidade, (ii) regulamentação, (iii) orientação e (iv) envolvimento.

> i) democraticidade – neste nível, a participação permite controlar diferentes tipos de poder e orientar a administração da escola no sentido da livre expressão de ideias e projetos, de forma a enriquecer o processo de tomada de decisão;
> ii) regulamentação – aqui a participação é sempre pautada pela existência de normas que permitem a cada ator, dentro da estrutura hierárquica da organização, orientar as suas formas de atuação;
> iii) orientação – neste caso, evidencia-se a relação entre o comportamento e os objetivos, sejam eles da organização ou da pessoa;
> iv) envolvimento –caracteriza-se por uma atitude de maior ou menor empenho dos atores nas atividades organizacionais, de

> forma a evidenciar determinados interesses e soluções (Mendonça, 2012, p.32-33).

Portanto, as distintas formas de participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola apresentadas por Mendonça (2012) destacam a interligação, conexão e complementaridade entre elas. Um aspecto interessante é que, em todas, há sempre espaço para que os pais e encarregados de educação intervenham na tomada de decisão ou envolvam-se com as tarefas escolares e resolução de problemas que a escola enfrenta.

Na verdade, os níveis de participação mais abrangentes são os da democraticidade e de envolvimento. Em ambos, os pais e encarregados de educação podem participar, pois revelam abertura para todas as camadas sociais e de escolaridade, diferentemente dos níveis de regulamentação e de orientação, que são mais restritos devido à sua natureza técnica.

ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA VIDA ESCOLAR

As barreiras e obstáculos existentes na relação entre a escola e a família comprometem, sobremaneira, o processo de ensino e aprendizagem. Essas barreiras não só eivam os canais de diálogo entre a escola e os pais e encarregados de educação, mas também comprometem a realização dos compromissos da escola para a sociedade. Por isso, é de interesse de todos (escola, professores, aluno, família) que elas sejam removidas, ultrapassadas ou eliminadas, de modo a construir uma relação saudável entre pais e encarregados de educação e da escola.

Marques (1997, *apud* Amaral, 2017) elenca quatro estratégias para promover a participação dos pais e encarregados de educação. Tais estratégias consistem em:

a) formação de diretores de turma por meio de cursos pós-laborais para professores que desejam desempenhar o cargo de diretores de turma;
b) visitas domiciliárias para tornar a família e a escola cada vez mais próximas, visto que os professores assim podem ter maior noção da realidade sociocultural de cada criança;
c) criação, na escola, da sala dos pais.

Os pais sentirão que têm um espaço no qual podem trocar informações entre si e com os professores. A sala pode servir, igualmente, para educação desses pais, realização de campanhas de recolha de fundos ou então para estimular o trabalho voluntário de apoio à escola,

d) participação dos pais na tomada de decisão.

É também uma estratégia, devendo-se fazer ouvir a voz dos pais, não apenas na aprovação do regulamento das escolas, mas também na seleção das opções e das áreas curriculares, na direção da escola e na criação de programas de reforço curricular.

Essas estratégias, quando aplicadas de forma adequada e coordenada, podem fortalecer a presença cada vez mais ativa dos pais e encarregados de educação na vida da escola.

O DIRETOR DE TURMA COMO ESTRUTURA INTERMÉDIA NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

O diretor de turma desempenha papel fundamental na relação entre a escola e a família, visto que é um interveniente direto no processo de ensino e aprendizagem que acompanha de perto a vida escolar do aluno, dentro da escola. Para Lorenço (2008, p. 48), apesar das "competências mais valorizadas num diretor de turma serem de âmbito relacional, pedagógico e de dinamização dos

atores educativos para iniciativas e atividades, os diretores de turma desempenham, principalmente, funções de âmbito administrativo".

Portanto, o diretor de turma comunica-se com os pais e encarregados de educação e os professores, abordando situações problemáticas e negativas relacionadas ao comportamento do aluno e ao baixo aproveitamento pedagógico. O diretor de turma pode, também, relacionar-se com os encarregados de educação dos alunos na perspectiva doméstica, assim que eles o solicitarem, por exemplo, na resolução de conflitos domésticos e íntimos do próprio aluno ou da família no geral (Mendonça, 2012).

Por isso, ao diretor de turma é também reservado um papel preponderante no nível do relacionamento com os outros professores e encarregados de educação. No primeiro caso, ele desempenha funções de coordenação e intermediação das atividades realizadas no âmbito escolar. E, no segundo, exerce funções informativas e mediadoras (Lourenço, 2008).

De forma geral, Epstein (1992) e Vygotsky (1989) abordam em suas teorias a problemática da participação/envolvimento dos pais e encarregados de educação na formação dos alunos. Epstein (1992) entende que os pais e encarregados de educação devem pautar pela participação direta, isto é, no nível do processo de ensino e aprendizagem, intervindo permanentemente nas tarefas escolares dos alunos, apoiando na resolução dos trabalhos de casa. Isso inclui, igualmente, o seu envolvimento na tomada de decisões e em atividades voluntárias dentro do contexto escolar, considerado como participação em nível institucional.

Para Vygotsky (1980), teórico sociointeracionista ou socioconstrutivista, a participação dos pais e encarregados de educação acontece no nível do contexto sociocultural por meio da mediação de símbolos e instrumentos desenvolvidos culturalmente pelo próprio ser humano. É no contexto social e familiar que emerge a aprendizagem, onde os fatores culturais têm influência no desenvolvimento intelectual.

Portanto, os pais e encarregados de educação, ao participarem na formação dos seus educandos, geram uma relação de confiança com a escola e com o educando. Do contrário, o aluno pode ter baixo rendimento e desmotivação para o processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

A abordagem adotada na pesquisa é mista, pois no processo de coleta de dados usou-se o cruzamento de técnicas peculiares da pesquisa qualitativa (entrevista) e da pesquisa quantitativa (questionário e análise estatística). Sobre esse cruzamento, Goldenberg (2004) entende que

> a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um *cruzamento* de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos (p. 62, grifo nosso).

Nesse sentido, o uso da entrevista, por exemplo, permitiu a captura de diferentes sensibilidades sobre a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar. Já o questionário possibilitou coletar e posteriormente quantificar as respostas dos participantes sobre o nível de participação dos pais e encarregados de educação na formação de seus educandos.

A combinação da abordagem quantitativa e qualitativa é nomeada por Jensen e Jankowski (1993), Goldenberg (2004) e Duarte (1993), de triangulação metodológica, dado que utiliza diferentes métodos de investigação para coletar e tratar dados

sobre um objeto estudo. Essa integração tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do fenômeno estudado, considerando a sua vinculação com o contexto sociocultural dos alunos.

Com efeito, a pesquisa cruza técnicas de coleta e análise de dados da abordagem qualitativa e quantitativa, com destaque para entrevista, análise de conteúdo, questionários e análise estatística, respectivamente.

TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Tal como na coleta de dados, onde foram empregadas diferentes técnicas, na análise de dados foi usada a técnica de análise de conteúdo e análise estatística simples com o recurso à planilha Excel, versão 10. As duas técnicas foram consideradas as mais adequadas para explorar a informação coletada, tendo em conta os objetivos da pesquisa. Para Bardin (1977, p.30), a análise de conteúdo é estratégia de "análise das comunicações que tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada".

Na pesquisa, a análise estatística consistiu em interpretar as frequências das respostas do questionário dirigido aos alunos e pais e deduzir a respectiva porcentagem e, posteriormente, representar em quadros visando sua interpretação. No total, participaram 83 pessoas, distribuídos entre alunos, pais e encarregados de educação, diretores de turma, diretor de escola e dois diretores adjuntos pedagógicos, sendo um para cada ciclo de aprendizagem.

Na fase de coleta de dados, todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e foi-lhes garantida a liberdade para aceitar ou rejeitar sua participação, bem como retirá-la em qualquer etapa da pesquisa, sem quaisquer implicações.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Medir o grau de participação dos pais e encarregados de educação na formação de seus educandos implica ter contato com eles para escutá-los como tem sido a sua relação com seus educandos, a escola e os professores desta. Para tanto, foram formuladas três questões essenciais, sendo a primeira referente ao envolvimento dos pais e encarregados na formação dos filhos, a segunda às formas de participação e a terceira às estratégias adotadas pelos diretores de turma para promover a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar.

PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS

Para aferir o nível de participação dos pais e encarregados de educação na formação dos educandos, questionou-se aos pais e encarregados de educação a frequência com que eles participam nas atividades escolares, incluindo o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos.

No Quadro 1, nota-se que a maioria (70%) dos pais e encarregados de educação não participa ativamente na formação dos educandos. Nos casos em que tal ocorre, compreende-se, fundamentalmente, a compra, no início de cada ano letivo, de material escolar para que os filhos e/ou educandos possam ir à escola. Para Marques (2001), a participação dos pais e encarregados de educação refere-se a todas as formas de relacionamento entre a escola e os pais na tomada de decisão. Embora sejam reconhecidas as diferentes formas de participação dos encarregados de educação na formação dos educandos, no contexto da pesquisa interessa a participação no ensino e aprendizagem que se resume nos quatro níveis de participação apresentados por Mendonça (2012).

Em relação a isso, Szymanski (2003) afirma que a participação dos encarregados de educação envolve práticas que visam facilitar a aprendizagem do educando na escola e no desenvolvimento de hábitos coerentes com os exigidos pela escola. Na escola secundária de Muecate-sede, os níveis de participação alcançados revelam participação deficitária dos pais e encarregados de educação, o que retrata muito bem os desafios da comunidade acadêmica nessa escola.

Quadro 1 – Participação dos pais e encarregados de educação nas atividades escolares

	Opinião dos pais ou encarregados sobre a participação						Total	
	Sim		Não		Às vezes			
	N	%	N	%	N	%	n	%
Com que frequência tem participado no processo de ensino e aprendizagem dos educandos?	11	22%	35	70%	4	8%	50	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Considerando a porcentagem (22%) dos pais e encarregados de educação que se envolvem ativamente no processo de formação dos educandos (Quadro 1), buscou-se a seguir identificar as formas de participação, pois conforme se fez referência, há diversas maneiras e níveis de participação, porém nem todos possibilitam maior entrosamento e relacionamento entre a escola e a família (Quadro 2).

Quadro 2 – Formas de participação dos pais e encarregados na formação dos alunos

	Opinião dos inquiridos em número e percentagem						Total	
	Sim		Não		Às vezes			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Compra de material escolar	43	86%	2	4%	5	10%	50	100%
Envolvimento nas tarefas escolares	9	18%	39	78%	2	4%	50	
Comunicação permanente com a escola	5	10%	42	84%	3	6%	50	100%
Inclusão na tomada de decisão	3	6%	47	94%	0	0%	50	100%
Participação através do conselho de escola	2	4%	48	96%	0	0%	50	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados do Quadro 2 confirmam a hipótese de que a grande maioria dos pais e encarregados de educação se limita à compra de material escolar. Na verdade, observa-se que 86% de pais e encarregados de educação limitam-se a prover as condições materiais em detrimento do envolvimento em tarefas escolares, comunicação permanente com a escola, participação na tomada decisões e no conselho da escola.

Chama atenção, igualmente, a percentagem (84%) de pais e encarregados de educação que não estabelece comunicação permanente com a escola, assim como aqueles que nem sequer se encontram representados no conselho de escola – órgão máximo de gestão pedagógica e administrativa.

A forma de participação predominante (compra de material escolar) entre os pais contrasta por completo com o que é

apresentado por Epstein (1992), Picanço (2012), Munhate (2014), que defendem que a verdadeira participação do encarregado de educação consiste na sua relação permanente com a escola, com o aluno através do monitoramento das tarefas de casa, envolvimento nas tarefas escolares, reuniões e participação no conselho de escola. Por isso, a compra de material escolar sem o devido acompanhamento no cotidiano escolar não pode ser considerada uma forma de participação ativa no processo de ensino e aprendizagem.

ESTRATÉGIAS DOS DIRETORES DE TURMA PARA INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

O envolvimento de pais e encarregados de educação, assim como a sua participação na formação de seus educandos e na vida da escola, deve ser responsabilidade de todos. A sociedade no geral deve preocupar-se quando esta deixa de participar de forma ativa e constante na vida escolar de seus filhos ou educandos.

Em nível de escola, cabe aos diretores de turma incentivar os pais e encarregados de educação a participarem no processo de ensino e aprendizagem por meio do diálogo permanente e troca de experiências com o objetivo de fortalecer a formação moral e intelectual dos alunos.

Nesse sentido, perguntou-se aos diretores de turma quais são as estratégias que adotam para estimular a participação dos pais e encarregados de educação na formação de seus educandos. Eles responderam o seguinte:

> É com base no núcleo de escola ou conselho de escola envolvendo os pais e encarregados de educação para expandir a importância da formação do educando (Entrevistado 1, Moçambique, 2023).
> A escola tem organizado encontros constantes com os pais para sensibilizar de modo a acompanharem os seus educandos (DT2);

> A iniciativa usada pela escola é [...] marcar encontros com os pais e apelar para que eles não deixem os seus educandos apenas sob responsabilidade da escola (Entrevistado 3, Moçambique, 2023).
> Promover encontros ou reuniões para expandir a informação da participação ativa dos pais e encarregados de educação na formação do seu educando (Entrevistado 4, Moçambique, 2023).
> A escola usa o conselho de escola para fazer chegar as informações aos pais e encarregados de educação, desta feita, consegue envolver nas tarefas escolares (Entrevistado 5, Moçambique, 2023).

A resposta dos diretores de turma evidencia que a principal estratégia usada para a sensibilização dos pais e encarregados de educação são as reuniões e o conselho de escola. As discussões sobre a relevância da participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar transcendem os assuntos relacionados com a aprendizagem. Portanto, temas como casamentos prematuros, gravidez indesejada e precoce, consumo de substâncias psicoativas, direitos da rapariga, entre outros, são abordados nesses encontros que juntam o conselho de escola e pais e encarregados de educação (Foto 1).

Lourenço (2008, grifo nosso) entende que cabe ao diretor de turma colaborar com outros professores e com os encarregados de educação em atividades de coordenação e intermediação das atividades realizadas no âmbito escolar. Portanto, além de desempenhar funções informativas e mediadoras, ele deve também promover uma verdadeira *cultura de participação*, para que a planificação curricular seja participativa por toda a comunidade educativa.

Foto 1 – Reunião da direção da Escola Secundária de Muecate e os pais/encarregados



Fonte: Trabalho de campo, fev. 2023.
Autor: Adelino Zuria Fernando, 2023.

Apesar de alguns diretores de turma da Escola Secundária de Muecate adotarem a sensibilização como estratégia para garantir a participação ativa de pais e encarregados na vida escolar, a tática parece não estar a surtir os efeitos desejados. Isso porque, por um lado, a participação de pais e encarregados de educação continua fraca/insignificante e, por outro, ela não tem contribuído positivamente na melhoria do processo formativo e na relação de colaboração entre a escola e a comunidade.

Nesse enredo, Diogo (1998) aconselha que os diretores de turma não devem somente solicitar os pais e encarregados de educação em situações negativas, como casos de conflitos, indisciplina e outros, mas também devem chamá-los para parabenizar pelo bom comportamento, bom desempenho de seus filhos, ou simplesmente para uma conversa descontraída que estimula cada vez mais a sua participação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A participação de pais e encarregados de educação na formação dos educandos é fundamental, porque auxilia na consolidação de aspectos da personalidade, valores, conhecimento, desenvolvimento moral e intelectual do aluno. Entretanto, a sua ausência, tal como acontece na escola secundária de Muecate-sede propicia a proliferação de comportamentos e condutas indesejadas entre alunos com implicações negativas no aproveitamento pedagógico.

Com o intuito de analisar a participação de pais e encarregados de educação na formação dos educandos, a pesquisa envolveu gestores escolares, alunos e pais e encarregados de educação. Os resultados do estudo indicam que a maioria (70%) dos pais e encarregados de educação não participa ativamente na vida escolar de seus filhos ou educandos. A forma de participação predominante (86%) entre os pais e encarregados de educação consiste na compra de material escolar e uniforme escolar, deixando a formação e o acompanhamento dos alunos como tarefa exclusiva da escola.

Durante a pesquisa verificou-se que em nível desta escola, a comunicação entre ela e os encarregados de educação é fraca, e isso é comprovado tanto pelo percentual (84%) de pais e encarregados que disseram não ter comunicação permanente com a escola quanto por aqueles (94%) que afirmaram não terem sido inclusos na tomada de decisão. Entre os fatores que justificam a fraca participação de pais e encarregados de educação na formação dos filhos destacam-se as atividades de geração de renda familiar (agricultura e comércio) e o desleixo. Marques (1997), Silva (2007), Amaral (2017) inserem essa ausência num quadro de ordem sociocultural porque a cultura da escola pode não compactuar com a cultura da sociedade, principalmente quando esta tiver um nível acentuado de falta de conhecimento.

No entanto, a realidade do Distrito de Muecate revela, além da ocupação dos pais e encarregados de educação em atividades de geração de renda, o fenômeno de casamentos precoces e o analfabetismo como fatores que exercem influência negativa na percepção e no valor que se atribui à escola. Para completar esse quadro, notou-se que grande parte dos alunos não vive com seus pais biológicos. Vive mormente com seus tios e avós, os quais alegam falta de tempo para participar ativamente na formação de seus educandos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. de. *Contributos para uma aproximação entre os pais e a escola:* uma reflexão no contexto do Estágio Pedagógico, na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico. Relatório de Estágio (Mestrado em Educação Pré-escolar e ensino do 1º ciclo do ensino básico) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Açores. 2017. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/4734/2/DissertMestradoMarianaSousaAmaral2018.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

DIOGO, J. Relação escola-família. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, v. 20, 1998.

DUARTE, N. *A. Individualidade para si.* Edição comemorativa. São Paulo: Autores Associados,1993. 247 p.

EPSTEIN, J. *Escola/família/comunidade e pais e encarregados de educação.* PhiDelta Kappan. AERA,1992.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HELPO, S. A. *Apoios pontuais. Apadrinhamento*. 2012. Disponível em: http://helpo.pt/pt/apoiospontuais. Acesso em: 14 mar. 2022

JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. *Metodologias*. Barcelona: Bosch, 1993. 324 p.

LIBÂNEO, J. C. *Didática geral.* São Paulo: Editora Cortez, 2006.

LOURENÇO, L. P. R. *Envolvimento dos encarregados de educação na escola:* concepções e práticas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Especialização em Administração e Organização Escolar, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/1245/1/18986_ULFC091282_TM_tese_livia_lourenco.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARQUES, R. *Educar com os pais*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. 144 p.

MARQUES, S. R. *Os pais e o seu papel na educação dos filhos:* perspectiva em estudo de caso. Almada: Esejp, 1997.

MENDONÇA, G. C. F. da. *O envolvimento dos pais e encarregados de educação na escola*: caso Escola Secundária Manuel Lopes. Monografia (Licenciatura em Ciências da Educação e Práxis Educativa) – Universidade Jean Piaget, Praia, 2012. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/38682558.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

MUNHATE, R. D. *O papel dos pais e encarregados de educação na gestão participativa da escola*: caso da Escola Primária do 1º e 2º Grau 24 de Julho (2013-2015). Monografia Científica (Licenciatura em Administração e Gestão Escolar) – Faculdade de Ciências de Educação, Universidade Pedagógica de Gaza, Xai-Xai, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/28560519/O_Papel_dos_Pais_e_Encarregados. pdf. _Acesso em: 27 jun. 2023.

PEREIRA, M. P. I. F C. dos. *A relação entre pais e professores:* uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Tese (Doutoramento em Educação Infantil e Familiar) – Departamento de Didática de língua e literatura. Universidade de Málaga, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/10630/2549. Acesso em: 3 fev. 2024.

PICANÇO, A. L. B. *A relação entre escola e família:* as suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. Relatório de Mestrado (Mestrado em Ciências da Educação) – Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 2012. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

SAMPAIO, D. *Da família, da escola, e umas quantas coisas mais*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2011.

SILVA, P. O contributo da escola para a atividade parental, numa perspectiva de cidadania. In: Conselho Nacional de Educação (org.). Escola/Família/Comunidade. *Actas de seminário...* Lisboa: CNE – Conselho Nacional de Educação, p. 115-140, 2007. Disponível em: http://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/EscolaFamilia/7-Conferencia.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

SZYMANSKI, H. *A relação família/escola:* desafios e perspectivas. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2003.

USAID. Moçambique é o primeiro país na África a lançar a iniciativa Spotlight para eliminar a violência contra as mulheres e raparigas. 2019.

VYGOTSKY, L. *Formação social da mente.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZIMBICO, O. J.; COSSA, M. Influência do apoio dos pais e encarregados de Educação no Desempenho escolar dos educandos em Moçambique. *Educação em Revista*, Marília, v. 19, n. 1, p. 175-186, jan./jun., 2018.

SOBRE OS(AS) ORGANIZADORES(AS)

DAISY CAETANO – Geógrafa licenciada (UEG/UnUCSEH) e bacharela (UFG/Iesa). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Catalão (UFcat). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Técnica em assuntos educacionais no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Águas Lindas. Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Goiânia. Compõe o Colegiado do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NEST) da FCS-UFG. Atua nas temáticas de trabalho, gênero, feminismos, sexualidade, saúde do trabalhador e da trabalhadora, movimentos sociais, alimentação saudável, sindicalismo e educação profissional. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9892063608404003
E-mail: daisycaetano@gmail.com

ERNESTO JORGE MACARINGUE – Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais (Iesa), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Desenvolvimento Agrário pela Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade Agronomia

e Engenharia Florestal (2009). Tem experiência em docência no ensino superior, em pesquisa das relações em espaços agrários. Atua como ativista comunitário nas áreas de ensino básico, em projetos de desenvolvimento rural. Docente na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane, nas disciplinas de Planejamento Turístico, Geografia de Moçambique, Metodologia de Investigação Científica. Atua ainda como consultor ambiental e social.
E-mail: jorgitomapilele@gmail.com

RICARDO ASSIS GONÇALVES – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor nos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professor colaborador externo do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional – TO. É pesquisador da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental/RP-G(S)A e do GT/CLACSO – Pensamiento Geográfico Critico Latinoamericano. Integra o Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira), o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e o Instituto Cultural e Educacional para os Povos do Cerrado (Icebe). Possui Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9537143258969339
E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

THIAGO SEBASTIANO DE MELO – Docente no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. Realizando pesquisa pós-doutoral com vigência até 31/12/2025, com desenvolvimento de atividades e vínculo como pesquisador na Universidade de Santiago de Compostela, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no ano de

2024, pesquisando o turismo como dispositivo de promoção da saúde. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) na Universidade Federal de Goiás – UFG, com parte da pesquisa (sanduíche) realizada em Moçambique, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Rio Claro. Graduado em Turismo também pela UNESP, campus de Rosana. Vice-líder do Grupo LABOR MOVENS – Condições de Trabalho no Turismo (CNPq). Membro do grupo de pesquisa Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência (UFG/Iesa); do grupo de pesquisa Geografia, Literatura e Arte (USP); e do Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural – GEPTER (UNESP/Rosana), todos vinculados ao CNPq. Membro fundador da Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação – Reescrita e coordenador geral da rede no biênio 2024-2025. Atua diretamente na inserção da atividade turística no meio rural; como essa tem se dado no cenário brasileiro por meio das Políticas Públicas, sobretudo, em relação às populações tradicionais e aos movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2887809032343087
E-mail: sebastianodemelo@gmail.com

VANITO VIRIATO FREI – É Doutor em Geografia, com ênfase em Gestão de Recursos Naturais pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (Iesa/UFG), Brasil (2017). Mestre em Geografia, com ênfase em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Jataí (2013). Possui Bacharelato e Licenciatura em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique – Delegação de Nampula (2008). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando

principalmente na área de Organização e Produção do Espaço; Dinâmica Territorial; Gestão de Recursos Naturais; Geografia Agrária; Turismo, Ambiente, Políticas Públicas, Comunidades Locais e Desenvolvimento Territorial. É Coordenador do Núcleo de Estudos "Ruralidades, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial" na Universidade Rovuma, Nampula, Moçambique. Atualmente trabalha como Professor Auxiliar na Faculdade de Geociências, e Director do Centro de Extensão, Inovação e Transferência de Conhecimento (CEITRAC) na Universidade Rovuma. Também trabalha como Consultor e Auditor Ambiental Individual ajuramentado no Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique.
E-mail: vanitofrei@yahoo.com.br

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

ADELINO ZURIA FERNANDO – Mestre em Psicopedagogia pela Academia Militar "Marechal Samora Machel", Nampula, Moçambique.
E-mail: adelinozuria@gmail.com

ALDENIR DIAS DOS SANTOS – Possui licenciatura plena em história pela Universidade Metodista de Piracicaba (1998) e mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2003). É Doutora em Ciências Sociais no Núcleo Relações Raciais, Memória, Identidade e Imaginário" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), bolsista CNPq. Foi bolsista Capes (Programa doutorado Sanduíche no exterior) por quatro meses em Moçambique (2016). Professora no Ensino Superior nas disciplinas de História da Arte, Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, História da América, História do Brasil, História da África, Estudos Africanos e de Povos Indígenas da América. Pesquisadora das relações étnico raciais, das relações de gênero e da diversidade sexual; feminismo; história das mulheres; mulheres moçambicanas. Ministra palestras e oficinas em movimentos sociais e órgãos

públicos; organiza atividades culturais e educacionais da cultura negra. Como formação, além da educação formal, conta também com viagens a vários quilombos do país, como Maranhão, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como, as missões científicas internacionais aos povos indígenas da América, no Peru e na Bolívia e a povos africanos no Senegal, Moçambique, África do Sul e Egito.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0454387984637925
E-mail: dias.dida@gmail.com

CARLA ADRIANA OLIVEIRA SILVA – Educadora popular, graduada em Turismo, licenciada em Pedagogia, mestre em Turismo, pós-graduada em Gestão Pública e Docência em Educação Profissional e Tecnológica. Assistente em Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, atualmente ocupando o cargo de Coordenadora de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino. Integrante da CPPIR – Comissão de políticas para promoção da igualdade étnico-racial desde 2017. Extensionista no Projeto das Promotoras Legais Populares, atuando com mulheres de Águas Lindas desde 2019.Tenho experiência em extensão nas áreas de relações de gênero, raça e juventudes, educação à distância e políticas públicas de gênero e igualdade racial, além de experiência com movimentos sociais, sindicais e de mulheres.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7428652059935249
E-mail: carlawicca@gmail.com

EDUARDO BATA – Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Bacharel e Licenciado em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula (2008). Atualmente é docente na Faculdade de Ciências e colabora com o Instituto Superior de Transportes, Logística e Telecomunicações, Universidade Rovuma,

Nampula. Tem experiência em Geografia Econômica, com ênfase para área da análise das dinâmicas espaciais e territoriais, análise ambiental. De 2012 até então pesquisa a temática de Recursos naturais, com ênfase na mineração de pedras preciosas e carvão mineral. Pesquisas atuais inserem-se na área de Governança em recursos naturais.
E-mail: ebata@unirovuma.ac.mz

EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO – Possui Graduação em Geografia pela Pontífice Universidade Católica de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (Iesa/UFG). É Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço, Sujeito e Existência "Dona Alzira". Mantém parcerias de trabalho com instituições em Moçambique/África, Cuba, Chile e Alemanha. Coordena projetos de pesquisas financiados pelo CNPq, CAPES e FAPEG. Desenvolve trabalhos ligados à abordagem territorial do Cerrado; saúde, trabalho e território; cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência; Geografia, literatura e arte. Possui Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9540141505352914
E-mail: eguimar@hotmail.com

GILMAR ELIAS RODRIGUES DA SILVA – Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1997), especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Goiás (2001), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2012). Atualmente é professor de Geografia do ensino fundamental – Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana,

atuando principalmente nos seguintes temas: o processo de urbanização do Entorno do DF, dinâmica demográfica e privatização e precarização do trabalho.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2423331233849694
E-mail: gilmarelias@hotmail.com

HÉLSIO AMIRO MONTANY DE ALBUQUERQUE AZEVEDO – Professor Associado. Atua no Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática da Faculdade de Educação e no Departamento de Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. É doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (2009). Licenciado em Turismo pela Universidade Eduardo Mondlane (2006). Foi diretor da ESHTI. Atuou como Diretor Adjunto de Pesquisa e Extensão e Diretor do Curso de Gestão de Mercado de Turismo. Foi bolsista CAPES no programa PEC-PG (Doutorado) e bolsista CNPq (Mestrado). Atua no ensino, pesquisa e extensão nas áreas do conhecimento sobre turismo, meio ambiente e Geografia. É consultor ambiental *ad hoc* e membro do conselho editorial de várias revistas.
E-mail: helsio2000@hotmail.com

LUCAS BARBOSA E SOUZA – Bacharel (1999) e licenciado (2000) em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre (2003) e doutor (2006) em Geografia (Análise da Informação Espacial) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Rio Claro. Pós-doutorado (2018) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Titular da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (ingresso em 2004), onde atua junto ao Curso de Geografia (Campus de Porto Nacional) e aos Programas de Pós-Graduação em Geografia

(Campus de Porto Nacional) e em Ciências do Ambiente (Campus de Palmas). Desenvolve pesquisas nas áreas de climatologia geográfica e percepção ambiental.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8310303536103062
E-mail: lbsgeo@mail.uft.edu.br

ÓSCAR MORAIS FERNANDO NAMUHOLOPA – Doutor (2021) e Mestre (2017) em Sociologia em Sociologia Pela Universidade Federal de Goiás-Brasil e Graduado em Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Niassa em 20210. É professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Rovuma-Moçambique. Eixos temáticos de pesquisa: História das Sociedades; Movimentos sociais e étnicos; Poder Político e Estado e Cultura de práticas simbólicas.
E-mail: oscarnamuholopa@gmail.com

PELÁGIO JULIÃO MAXLHAIEIE – Concluiu o doutorado em Planejamento do Território, pelo Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em associação com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Obteve o Mestrado em Geografia – Análise Territorial e Ambiental, pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Licenciatura em Planejamento do Turismo, pela Universidade Eduardo Mondlane. É docente na Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (UEM-ESHTI), desde 2009, onde exerce o cargo de Diretor do Curso de Informação Turística. É colaborador externo (investigador) da Earth Observation Laboratory (eoLab) da Universidade de Coimbra, e Docente e Coordenador Executivo do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Estratégico das Organizações da Corporate Business School. Atua na(s) área(s) de Planejamento e Ordenamento Territorial, Indicadores de Sustentabilidade Turística, Ciências da Engenharia e Tecnologias com ênfase em Outras

Ciências da Engenharia e Tecnologias, Ciências Sociais com ênfase em Geografia Económica e Social, e Estudos Urbanos.
E-mail: paydakany@gmail.com

RITA ALBERTO ÁVILA – Professora da Escola Superior de Hotelaria e Turismo (ESHTI), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Inhambane, Moçambique.
E-mail: rialberto31@gmail.com

VALÉRIA CORREIA LOURENÇO – Professora de Língua Portuguesa e Literaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Crateús. Doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da CAPES PDSE (programa de Doutorado Sanduíche no Exterior) com período de 4 meses de pesquisa em Moçambique (2024) sob orientação do professor Dr. Francisco Noa. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão (2015). Graduada em Letras Português e Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2015). Tem interesse na área de Literatura brasileira, Literaturas africanas, Historiografia literária, comunidades quilombolas, lei 10.639 de 2003 e 22.645 de 2008. Tem participado em festas e eventos de literatura pelo Brasil, a exemplo da FLINK Sampa, FliAraxá, Farol Antirracista, mediando mesas redondas, realizando oficinas e sendo entrevistada em rodas de conversas. Publicou contos e poemas nos volumes 36, 37 e 42 da série "Cadernos Negros", nos anos de 2013 e 2014 e 2019. Coordenou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFCE campus Crateús entre 2018 e 2021 e, atualmente, coordena o Clube de Leitura Sementes Carolinas. Ainda participa da Rede de Mulheres Negras do Ceará e do Coletivo de escritoras Brota, no Ceará.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0561205711559090
E-mail: valeria.lourenco@ifce.edu.br

SOBRE O LIVRO

Formato:	16x23 cm
Tipologia:	Minion Pro
Número de Páginas:	218
Suporte do livro:	E-book

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área – CEP: 75. 132-903
Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO
www.ueg.br/editora | e-mail: editora@ueg.br



A organização deste livro faz parte de uma história coletiva e densamente construída por pesquisadores brasileiros e moçambicanos. No seu âmago há parcerias institucionais envolvendo pesquisas, missões científicas, cooperações em rede, eventos e publicações. Há também uma relação solidária e de amizade. As trajetórias de alguns dos pesquisadores que compõem esta obra foram entrelaçadas em momentos de formação no decorrer do mestrado e do doutorado. O contexto de desafios, sonhos, tristezas e alegrias que fazem parte da formação em pós-graduação propiciou a construção de amizades que se tornaram duradouras. Por isso, este livro tem suas raízes em laços de irmandade tecidos entre o Brasil e Moçambique, de um lado e de outro do Atlântico.

Percorrer suas páginas é uma experiência de contato com interpretações mediadas por leituras afloradas de duas nações do Sul Global. Na ação de solidariedade nos sentimos fortalecidos. Os diálogos de saberes arvorados em cada capítulo demonstram isso.

editora UEG

ISBN 978-65-83606-51-8